



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social

Jane da Rocha Cruz

**O impacto da vulneração na subjetividade das pessoas em situação de rua:
colaboração da Bioética da Proteção**

Rio de Janeiro

2018

Jane da Rocha Cruz

O impacto da vulneração na subjetividade das pessoas em situação de rua: colaboração da Bioética da Proteção

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em regime de associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Federal Fluminense. Área de Concentração: Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof^a. Dra^a. Stella Regina Taquette
Professora Associada da UERJ

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

C957 Cruz, Jane da Rocha
O impacto da vulneração na subjetividade das pessoas em situação de rua : colaboração da Bioética da Proteção / Jane da Rocha Cruz – 2018.
111 f.

Orientadora: Stella Regina Taquette.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.
Regime de associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz e Universidade Federal Fluminense.

1. Exclusão social – Teses. 2. Pessoas desabrigadas - Teses.
3. Bioética – Teses. I. Taquette, Stella Regina. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 17.023.33:316.344.7

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Jane da Rocha Cruz

O impacto da vulneração na subjetividade das pessoas em situação de rua: colaboração da Bioética da Proteção

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em regime de associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Federal Fluminense.

Aprovada em 05 de outubro de 2018.

Orientadora: Prof^a. Dra^a. Stella Regina Taquette

Faculdade de Ciências Médicas – UERJ

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Sandra Lucia Correia Lima Fortes

Faculdade de Ciências Médicas – UERJ

Prof^o. Dr. Fermin Roland Schramm

Fundação Oswaldo Cruz

Prof^a. Dr^a. Suely Oliveira Marinho

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à vida que, nos entremeios de sua concretude, conduz ao que sempre é o melhor para nós. E também a todas àquelas pessoas que atravessei seus caminhos, acreditando na proposta do cuidado à saúde mental e à saúde pública.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer as pessoas que são responsáveis pela minha formação, pelo meu caráter, pela minha moral e pela minha ética. Foram e são tantos ensinamentos, foram e são tantas oportunidades oferecidas. Sempre com uma dedicação intensa. Minha mãe Lia que sempre me estimulou a estudar e buscar novos desafios, ofertando os melhores caminhos a seguir. Sigo no caminho do mestrado por seu estímulo. Hoje ela conhece mais sobre as pessoas que estão em situação de rua, sabe mais do sofrimento psíquico que afetam as pessoas porque divido minhas conquistas e angústias com ela. Além de me ajudar na revisão do texto pois é professora de português e uma educadora excepcional. Meu pai Jorge que é meu espelho na organização das tarefas e compromissos. Minha irmã e amiga Eliane, mesmo quando não esteve presente fisicamente, pois morou fora do Brasil durante muitos anos, sempre foi minha companheira de verdade. Minha confidente, minha fiel escudeira. Hoje também minha companheira de trabalho. Médica competente que desenvolve um trabalho belíssimo com crianças e adolescentes com dificuldades no desenvolvimento. Abraçou fortemente o trabalho da Atenção Primária. Essas pessoas são meu esteio, minha vida e minha luz.

Gostaria de agradecer a família que construí e escolhi. Meu marido Márcio que compartilha todos os momentos de minha vida há 22 anos. Grande homem que sempre me estimulou a alcançar voos maiores tanto na vida pessoal e profissional, como este do mestrado. Ajudou-me bastante neste trabalho como revisor da língua portuguesa, pois hoje é um conhecedor, em potencial, das regras de uma boa escrita. Nos momentos de dúvida, medo e decisão sempre esteve com uma fala forte e presente de confiança. Assumiu comigo o meu maior desejo: ter um filho e hoje o Lucas, nosso maior presente, nossa maior meta, nosso maior investimento nos enche de alegria, paz e amor. Lucas, um ser com uma alma grandiosa. Tenho o privilégio de colaborar na sua formação e ensinar e aprender muito com ele. Agradeço aos dois pela compreensão de, nesses 02 anos, não ter podido responder prontamente suas demandas.

Pela dedicação ao trabalho do mestrado tive que recusar alguns convites, sendo assim agradeço aos meus amigos e familiares que compreenderam esse meu momento.

Para chegar a conclusão deste trabalho toda a minha experiência profissional foi super importante. Todos os caminhos que percorri, todas as escolhas que fiz, as ofertas de trabalho

que surgiram, tudo veio no momento certo. Foram e são desafios a superar e sem esmorecer, pois só assim crescemos em nossas conquistas pessoais e profissionais. Sendo assim, colaboraram neste meu investimento os meus companheiros de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde, especificamente da Atenção Primária e da Coordenação das Doenças Transmissíveis a qual a gerência do Consultório na Rua estava submetida. Especialmente à Fabiane Minozzo que acreditou no meu trabalho e me convidou para ser a Gerente dessa área técnica tão importante para o cuidado às pessoas em situação de rua, sempre dividindo a sua grande experiência como gestora; à Patrícia Durovni que foi minha coordenadora e me facilitou e estimulou no avanço desta pesquisa; Claudia, ou melhor, Claudinha, como é chamada por todos nós, que me ensinou a olhar para as pessoas que estão em situação de rua como sujeito de direitos, de forma questionadora e nunca omissa. Acredito que aprendemos uma com a outra pois, com nossas diferenças, sempre validamos o cuidado a essas pessoas; aos apoiadores das equipes do Consultório na Rua que colaboram na construção de um processo de trabalho mais humanizado para essas pessoas; aos maravilhosos trabalhadores das 07 equipes de Consultório na Rua que acreditam, batalham, persistem e cuidam muito bem das pessoas que ficam e moram na rua e por fim agradecer àqueles que estão na rua e me ensinam até hoje a ser uma pessoa melhor, a valorizar o que cada um tem a falar, demonstrando sentimentos, verdade e luta, sempre no caminho da dignidade e justiça.

Especificamente, gostaria de agradecer às duas equipes de Consultório na Rua do Centro da Cidade por terem me acolhido no trabalho de campo que realizei nesta pesquisa.

Também pelo acolhimento no trabalho de campo, gostaria de agradecer a equipe do CREAS Maria Lina de Castro Lima pela entrada no campo da Urca, principalmente a Luzia - Assistente Social e Rosi, educadora social que me acompanharam nesse território.

Agradeço ao Pedro que fez todas as transcrições das entrevistas de forma brilhante e competente, pois a cada leitura delas revivia, de fato, como tudo se deu e ainda colaborou na discussão do conteúdo das entrevistas com seus questionamentos que foram importantes para o meu trabalho.

Agradeço a professora Suely Marinho que me emprestou alguns livros importantes na construção do meu conhecimento.

Para que eu pudesse desenvolver e concluir este trabalho contei com a experiência da minha orientadora Stella Taquette que com paciência, conhecimento, dedicação me ajudou a realizar este trabalho científico.

Agradecer aos meus colegas de turma do mestrado pelos grandes momentos que

passamos juntos nas aulas, nos almoços no restaurante do IESC, nos bares, e especialmente as amigas Giselle, Fabíola, Carol, Andreia, Fabienne e Larissa pelos momentos da carona oferecida no carro da Andreia, cantando música de sofrência, bate-papos no whatsapp e encontros de bares mesmo sem eu beber.

Por fim, quero agradecer as pessoas que estão em situação de rua, participantes desta pesquisa, em colaborar nas entrevistas e nos encontros da observação no campo. Pessoas dignas, sofridas e valentes que me proporcionaram momentos extremamente importantes em minha vida. Experimentei emoções muito especiais. Tive que controlá-las para não chorar. Hoje sou uma pessoa mais feliz por ter conhecido de perto tantas histórias de pessoas que vivem com tanto sofrimento, mas apontam a força da luta e do desejo de ser feliz.

RESUMO

CRUZ, Jane da Rocha. **O impacto da vulneração na subjetividade das pessoas em situação de rua**: colaboração da Bioética da Proteção. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação, em regime de associação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

A população em situação de rua é variada e vem aumentando, principalmente, nos grandes centros urbanos, em razão da crise econômica, do desemprego e da falta e/ou ineficiência de políticas públicas para atender as demandas dessas pessoas. Numa sociedade capitalista, aqueles que não têm poder de compra, se encontram excluídos do acesso a bens essenciais, necessários para uma vida digna. Este estudo trata da exclusão social, da vulnerabilidade e da vulneração de pessoas em situação de rua a partir da percepção delas sobre suas próprias condições. Seu objetivo geral é analisar o impacto da vulneração na subjetividade das pessoas em situação de rua, conhecer como vivem, o que sentem, do que precisam e o quanto são afetadas pelo meio social excludente e as situações de vulneração às quais estão submetidas, nas suas escolhas pessoais, no seu autocuidado e na perspectiva de uma vida melhor. Para tal feito o método utilizado é qualitativo. Devido à diversidade de pessoas que se encontram vivendo na rua, optou-se por estudar aqueles que estão engajados em algum tipo de trabalho. As técnicas utilizadas foram: observação participante do ambiente em que vivem e entrevistas em profundidade com os moradores de rua que são trabalhadores e usuários ou não da estratégia de Saúde, Consultório na Rua. A análise dos dados está baseada em fundamentos hermenêutico-dialéticos, tendo em vista as diretrizes da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os referenciais teóricos da Bioética da Proteção. Os resultados revelaram que as vulnerações as quais as pessoas em situação de rua experimentam na rua afetam sua subjetividade, comprometendo suas escolhas pessoais, seu autocuidado e a valorização de si mesmas – sua autoestima. Devido a essas feridas, que são tão potentes na vida dessas pessoas, é difícil que encontrem desejos e perspectivas de mudanças positivas. Verificou-se que as políticas públicas não favorecem o acesso e o acolhimento dessas pessoas. Como conclusão constatou-se que as pessoas em situação de rua têm enormes dificuldades de se potencializarem e se empoderarem como sujeitos singulares diante das situações concretas de sobrevivência que enfrentam cotidianamente. Espera-se que este trabalho acadêmico possa oferecer subsídios para se pensar novas ações políticas para esta população tendo em vista a Bioética da Proteção, buscando a inclusão em aparatos sociais que valorizem uma vida digna, de não violação dos direitos humanos e de valorização do sujeito na apropriação do seu lugar enquanto pessoa que tem voz própria no desenvolvimento da sua autonomia.

Palavras-chave: População em situação de rua. Exclusão social. Vulnerabilidade. Vulneração. Subjetividade. Bioética da proteção.

ABSTRACT

CRUZ, Jane da Rocha. **The impact of the susceptibility on the subjectivity of the people in street situation**: collaboration of the Bioethics of Protection. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação, em regime de associação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

The homeless persons is varied and has been increasing mainly in the big urban centers, due to the economic crisis, the unemployment and the lack and / or inefficiency of public policies to meet the demands of these people. In a capitalist society, those who have no purchasing power are excluded from access to essential goods necessary for a decent life. This study deals with the social exclusion, the vulnerability and susceptibility of the people in street situation from their perception of their own conditions. Its general objective is to analyse the impact of the susceptibility on the subjectivity of the people in street situation, to know how they live, what they feel, what they need and how they are affected by the exclusive social environment and the situations of susceptibility to which they are subjected, in their personal choices, self-care and the perspective of a better life. For this purpose, the method used is qualitative. Due to the diversity of people living on the street, it was decided to study those who are engaged in some type of work. The techniques used were: participant observation of the environment in which they live and in-depth interviews with homeless persons that are workers who use or not the strategy of health, Office on the Street. The analysis of the data is based on hermeneutic-dialectical foundations, in view of the guidelines of the Universal Declaration of Human Rights and the theoretical references of the Bioethics of Protection. The results revealed that the susceptibility experienced by people in street situation affects their subjectivity, compromising their personal choices, self-care and valuing themselves - their self-esteem. Because of these wounds, which are so potent in their lives, it is difficult for them to find desires and prospects for positive change. It was verified that the public policies do not favor the access and the reception of these people. As a conclusion, it was found that peoples in street situation have enormous difficulties in potentializing and empowering themselves as individuals in face of the concrete situations of survival they have to deal with everyday. It is expected that this academic work can offer subsidies to think about new political actions for this population in view of the Bioethics of Protection, seeking inclusion in social apparatuses that value a dignified life, non-violation of human rights and valuation of the subject in the appropriation of their place as a person who has a voice of their own in the development of their autonomy.

Keywords: Homeless peoples. Social exclusion. Vulnerability. Susceptibility. Subjectivity. Bioethics of protection.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AB	Atenção Básica
AP	Área Programática
APS	Atenção Primária à Saúde
BP	Bioética de Proteção
CPRJ	Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CMS	Centro Municipal de Saúde
CF	Clínica da Família
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CnaR	Consultório na Rua
eCnaR	Equipes de Consultório na Rua
ESF POP RUA	Estratégia de Saúde da Família para a População em Situação de Rua
IBGE	Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
ONG	Organização Não Governamental
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PSR	População em Situação de Rua
RD	Redução de Danos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SP	Saúde Pública
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
URS	Unidade de Reinserção Social
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	OBJETIVOS	19
1.1	Objetivo Geral	19
1.2	Objetivos Específicos	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	Exclusão Social e Vulnerabilidade e a população em situação de rua	21
2.2	Vulnerabilidade e Vulneração no olhar da Bioética e a população em situação de rua	25
2.3	Bioética da Proteção e a população em situação de rua	29
2.4	Direitos humanos e a população em situação de rua: a interface com a produção de subjetividade	34
2.5	Da sobrevivência – “vida nua” – ao espaço da criação	43
2.6	Território, espaço e cidade: a rua e a produção de subjetividade	48
2.6.1	<u>A rua e o território</u>	49
2.6.2	<u>A rua e o espaço</u>	51
2.6.3	<u>A rua e a cidade</u>	53
3	METODOLOGIA E POPULAÇÃO ESTUDADA	56
3.1	Desenho do estudo	56
3.2	Inserção no trabalho de campo	59
3.3	Trabalho de campo	60
3.4	Análise dos dados	61
3.5	Interpretação do dados	62
3.6	Aspectos éticos	63
4	RESULTADOS	64
4.1	Categoria 1: Chegada na rua	72
4.2	Categoria 2: Viver na rua	73
4.3	Categoria 3: Saída da rua	76
5	DISCUSSÃO	79
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	95

APÊNDICE A – Síntese das entrevistas	100
APÊNDICE B – TCLE	109
APÊNDICE C - Roteiro de coleta de dados/Entrevista	111
ANEXO - Parecer do comitê de ética em pesquisa	112

INTRODUÇÃO

No final do ano de 2015 iniciei um novo desafio profissional em minha vida: ser gestora das equipes de Consultório na Rua (eCnaR) do município do Rio de Janeiro, que findou em março de 2018.

No avanço da Atenção Primária à Saúde (APS) nos cuidados de porta de entrada à população, perseguindo os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS) de integralidade, universalidade e equidade, os profissionais de saúde foram percebendo que o público a ser atendido não se limitava àqueles que tinham uma casa e uma família. A população que não tinha o perfil de ter um domicílio aumentava, principalmente no bairro do Centro da cidade. Assim, em 2010, surgiu o projeto Saúde em Movimento nas Ruas, também denominado ESF POP RUA, que serviu como base de construção da proposta das eCnaR. Tal projeto foi pensado e elaborado a partir do cuidado pela Saúde da Família e pela Saúde Mental com o objetivo de iniciarem uma discussão com outras instituições que já avançavam nessa proposta de cuidado às pessoas em situação de rua, entre elas, Organizações Não Governamentais (ONG), profissionais da Assistência Social, arte educadores, gestores de saúde e militantes para se formar equipes de saúde com o perfil desse cuidado a essa população.

As eCnaR são equipes de Atenção Primária que trabalham na lógica de possibilitar o acesso integral à saúde para essa população, numa proposta de articulação intra e intersetorial, na política de Redução de Danos (RD) e com uma abordagem biopsicossocial. O município do Rio de Janeiro conta atualmente com 07 (sete) eCnaR que se localizam nas Áreas Programáticas (AP) 1.0 (Centro Municipal de Saúde (CMS) Oswaldo Cruz e Clínica da Família (CF) Nélio de Oliveira), 3.1 (CF Vítor Valla), 3.2 (CF Anthídio Dias da Silveira), 3.3 (CF Marcus Valadão), 5.1 (CF Faim Pedro) e 5.3 (CMS Sávio Antunes).

Diante de tanta pobreza e laços familiares cada vez mais fragilizados, um número maior de pessoas não encontra outra opção que não viver na rua e essas são afetadas por tudo o que ela oferece. Não importando os motivos que as levaram até esse lugar, enquanto espaço de construção de uma vida e, muito menos atribuindo juízo de valor, essas pessoas estão ali e precisam ser cuidadas. Diante de tantas dificuldades, entendendo, a princípio, que ir para as ruas decorre de situações conflitantes que as acometem, e que para além disso, são seres humanos e têm direitos.

Nesta experiência, comecei a me deparar, de forma mais contundente, com a população em situação de rua (PSR), pois anteriormente essa população atendida pelo território que eu trabalhava – bairro de Jardim América e Vigário Geral – era em número pouco expressivo. Fui conhecendo aos poucos e me impactando com as situações de extrema vulnerabilidade e exclusão em que essas pessoas viviam e como se submetiam à condição de subhumano, entendendo que todo o ser humano tem que ter dignidade. Não importando as causas que as levaram àquela condição, mas sim o dever de cuidar delas e construir, com elas, a ressignificação do lugar que ainda ocupam, fui percebendo que estavam “acostumadas” à condição em que viviam e buscavam estratégias de se defenderem e lutarem pela sobrevivência diariamente. Diante dessa situação comecei a me inquietar e me perguntar: aquelas pessoas que viviam na rua e que estavam quase “nulas”, em seus desejos, seu autocuidado e suas perspectivas de vida, afetadas pelo social, pelo poder do mais forte sobre o mais fraco, sofrem interferências nas suas escolhas pessoais e na sua autoestima? O estar no espaço da rua traz consequências marcantes na subjetividade dessas pessoas? Qual a produção de cuidado que é possível se estabelecer neste espaço?

A PSR, ainda muito invisível pela sociedade como um todo, deflagra uma discussão, sobre o cuidado na ótica da dignidade e dos direitos humanos. Falar dessa população é abordar temas polêmicos e desconfortáveis. As pessoas que constituem a PSR estão nos espaços de circulação de todos. A visão delas causa desconforto e sensação de impotência. O que fazer, como reagir? Oferecer dinheiro? Conversar com elas? Alguns atravessam a rua e correm delas.

Pensar uma proposta de cuidado, com atitudes que levem dignidade para a PSR tem reunido pessoas interessadas. A aproximação e o acolhimento diminuem os estigmas. Essas atitudes de alguns que querem se comprometer com o problema da PSR colaboram para se construir possibilidades e alternativas para essa população. Todos têm uma trajetória de vida singular e escutá-los, valorizando a fala deles enquanto construção dessa subjetividade, é um caminho para se perceber e se pensar propostas de cuidado. Desse modo, este estudo se propõe a conhecer as vicissitudes da rua na vida dessas pessoas que vivem nela e o quanto são afetadas na apropriação de suas vidas, no seu empoderamento enquanto sujeito singular.

População em situação de rua, termo usado tão frequentemente na literatura acadêmica e também no tratamento direcionado a esse grupo, faz referência a pessoas que vivem na rua, seja de forma permanente ou temporária e eventual. Alguns moram na rua, outros dormem na rua e durante o dia trabalham, enfim, são pessoas que têm a rua como espaço de vida e são

atravessadas pelas situações de extrema vulnerabilidade impostas por tal condição de vivência. Sendo assim, optei por referenciá-los de pessoas em situação de rua, apontando para uma desconstrução de um olhar prevalente de um coletivo e apostando num espaço de singularidade, de diferenciação, de subversão, na sustentação de um lugar de criação.

Todo o ser humano está suscetível a vulnerabilidades, pelo simples fato de estar marcado pela incompletude da espécie. Kottow (2003) aponta que, para além dessa vulnerabilidade intrínseca, o sujeito pode ser afetado por circunstâncias desfavoráveis, que a Bioética de Proteção (BP) chama de vulneração, que significa o ato em si das vulnerabilidades que afetam pessoas ou populações. Na situação de rua encontram-se as seguintes vulnerações: o frio; a fome; a chuva; dormir no papelão; a falta de acesso à higiene pessoal, à saúde e à educação; as situações de preconceito e estigmatização, conforme apontou Sotero (2011) em seu artigo *Vulnerabilidade e vulneração: população de rua, uma questão ética*. As pessoas em situação de rua vivem, cotidianamente, o enfrentamento dessas vulnerações na condição de estarem na rua, levando a um comprometimento na inscrição subjetiva e singular como forma de viver, isto é, no espaço de criação.

Estar nas ruas é experimentar a violação dos direitos humanos, estes determinados nos vários artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009) que têm a proposta de legitimizar o indivíduo como cidadão, inserido numa sociedade igualitária e justa. As pessoas que estão na rua se encontram em situação de exclusão social, na relação direta com a precarização do trabalho e dos rompimentos e fragilização das relações afetivas nos vínculos familiares (CASTEL, 1997). Por essas condições são seres invisíveis, não participando de espaços decisórios e colaborativos para a implementação de políticas públicas.

Nesse quadro de fragilidade vivido pelas pessoas em situação de rua, fica bem difícil para elas conseguirem, sozinhas, estar em outras condições de vida e poderem se fortalecer enquanto sujeitos e encontrar um caminho de um cuidado de si (FOUCAULT, 2009). Cabe aos profissionais, aos estudiosos, às pessoas que são sensíveis às limitações desse tipo de vida discutir essas questões e evidenciar a importância de construção de políticas públicas que favoreçam uma vida mais digna e igualitária para as pessoas em situação de rua.

A BP, enquanto ferramenta de cuidado ético e moral, vem colaborar na construção de situações de autonomia e proteção das pessoas vulneráveis, através da interação entre os vários saberes, por vezes distintos, mas não separados, a fim de que prossigam nas conquistas de mudança de atitude frente aos enfrentamentos desiguais da sociedade. É estar junto na lógica do amparo e do fortalecimento do sujeito diante das privações estabelecidas

(SCHRAMM, 2017). Este autor vem salientar que essa bioética se aplica nas ações sanitárias da Saúde Pública, privilegiando

indivíduos e populações de afetados em sua saúde e bem-estar de maneira significativa, e inscritos em um contexto amplo que pode ser qualificado como aquele das situações de escassez – que são aquelas em que, de fato, devem viver os ‘suscetíveis’ e ‘vulnerados’, que são o objeto de estudo *stricto sensu* da BP (2017, p. 1.535).

Este estudo foca nos impactos provocados pelas situações de vulnerações sofridas por essas pessoas, especificamente as que desenvolvem algum trabalho formal ou informal; questiona se essas vulnerações interferem na subjetividade delas, portanto nas suas escolhas pessoais, no seu autocuidado e na sua autoestima.

Justificativa

No município do Rio de Janeiro encontra-se uma PSR de, aproximadamente, 14.276 pessoas, segundo dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) através de estudos realizados pelo setor do Observatório da Coordenadoria Técnica de Proteção Social Especial da SMASDH em dezembro de 2016 (RIO DE JANEIRO, 2016). Esse grupo específico, que tem a marca da vulnerabilidade em grau elevado, luta diariamente pela sobrevivência e não lhe é oportunizado desenvolver suas potencialidades e criatividade, inerentes a cada ser humano, por influência do ambiente limitador em que vive e a condição em que se encontra. O que é urgente é a preservação biológica.

A PSR está focada em questões de sobrevivência, no que é necessário para sua existência física, devido a vulnerabilidade social que a afeta. De acordo com Escorel (1999, p. 75),

considero a exclusão social como um processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição (estado) de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício das potencialidades na condição humana.

Dessa forma, a valorização das potencialidades dos sujeitos que vivem nas ruas fica obscurecida, pois a sociedade está dominada pelo poder da produção e do consumo que são as marcas do capitalismo. Essas pessoas, pela exclusão social estão à margem deste regime e não

são visibilizadas, apenas têm o peso da sobrevivência, entre morrer e viver que a cada dia se renova.

É impossível fazer calar os sentimentos e pensamentos do ser humano que aparece, de uma forma ou de outra, rompendo os limites do indizível, buscando nas expressões do dito ou do não dito a sua singularidade, sua forma criativa de ser. Esse processo não é fácil, mas é inevitável, pois todos os seres humanos têm uma história de vida construída e sempre a construir.

Valorizar o que as pessoas em situação de rua falam, estimular a busca da sua autonomia e perceber que as condições sociais a que estão submetidas não são de sua responsabilidade, mas da condição de vulneração que sofrem de forma tão contundente, faz a sociedade ter um olhar mais humano e político para a conquista dos direitos humanos dessas pessoas.

Sendo assim, esse grupo específico traz questionamentos do lugar de sujeito na relação com a sociedade e consigo mesmo, diante dos vários enfrentamentos com que se depara, na busca de uma vida melhor. Apesar de todas as dificuldades que levam a um abafamento dos seus desejos, as pessoas em situação de rua querem e precisam falar, ter voz, na sensação de uma vida que existe, mas que não sabem como conduzi-la, por serem afetadas por situações degradantes (vulnerações) que interferem nas suas escolhas e no espaço de criação, nas suas singularidades.

Este trabalho justifica-se que, mesmo com muitas dificuldades de apontar suas singularidades, essas pessoas podem encontrar nos espaços de singularização, a partir dos vínculos estabelecidos com as propostas de cuidado oferecidas, uma possibilidade de se qualificarem e saírem de uma zona de extrema exclusão que se encontram. Este é um desafio para as políticas públicas.

A PSR é um grupo com características heterogêneas e que estabelece relações diversas na rua. Isso quer dizer que é composto por pessoas que, devido às suas próprias histórias de vida, se apresentam e se relacionam diferentemente com o espaço da rua e são influenciadas por ela, pelos múltiplos fatores comuns que constituem a rua. Esses fatores são: a falta de moradia, trabalho e renda; a exposição às doenças e à violência; a dificuldade de higiene e cuidados pessoais; a quebra do vínculo familiar; a falta da educação; o uso de álcool e drogas; o preconceito e a estigmatização; e a falta de investimentos em políticas públicas para eles. Tais fatores são os reflexos danosos de uma grande metrópole, em especial para esses sujeitos que estão excluídos, “de fora”, não vistos pela sociedade a qual pertencem. Tão excluídos são

que os censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não os incluem na categorização quantitativa da população brasileira (BRASIL, 2018). Esses fatores danosos se configuram como situações de vulneração e exclusão social que repercutem nos modos de subjetivação dessas pessoas e, “por conseguinte, nos demais processos psicossociais emancipatórios, a saber: consciência e sentimento de pertença” (ALCÂNTARA, ABREU & FARIAS, 2015, p. 133).

Os artigos referenciados neste estudo sinalizam que o processo de exclusão social e a vulneração sofrida pela PSR fazem vários atravessamentos na subjetividade dessas pessoas. Apontam o quanto é importante que as políticas públicas se tornem presentes na vida delas como possibilidade de fortalecê-las no objetivo de ações transformadoras em suas vidas.

Como dizem Alcântara, Abreu e Farias (2015, p. 131)

Conhecer o cotidiano das pessoas em situação de rua - seu modo de vida, suas estratégias de sobrevivência, seus processos de adoecimento físico e psíquico e, sobretudo, os significados atribuídos pelos próprios sujeitos ao processo de existir e subjetivar-se em situação de rua - torna-se imprescindível para a efetivação de políticas públicas emancipatórias.

As pessoas que estão em situação de rua carregam a exclusão social na forma de agir e de estar, mas carregam suas identidades nas próprias histórias de vida e nos seus pertences dentro de uma mochila. Estar na rua implica um *processo de rualização*, segundo o qual o sujeito é afetado por vários condicionantes que acabam determinando o modo de viver nesse lugar. Um desses condicionantes é a própria autoexclusão, o sentimento de não pertencimento. As pessoas que vivem na rua não se percebem sujeitos de direitos. Acabam por naturalizar suas situações de vida e não se acham valorizadas para pertencerem a este mundo. São consideradas pela sociedade como um “nada”, são invisíveis. E se consideram um “menos”, fracassadas, caídas. A sociedade e as políticas públicas não podem estar à parte dessa situação. O importante é quebrar esse *processo de rualização* que acaba interferindo na autoconfiança das pessoas que estão em situação de rua. Quanto mais tempo na rua, mais comprometidas nesse processo. Faz-se necessário pensar em ações de prevenção para aquelas que estão há pouco tempo na rua (PRATES, PRATES & MACHADO, 2011).

É importante que se potencialize a noção de pertencimento da PSR, como dizem Mendes e Machado (2004), a fim de desconstruir o lugar de passividade e alienação em que se encontram. Essa noção se estabelece a partir de acontecimentos em que sua autonomia, sua fala, seu fazer é validado nas representações sociais.

A partir da percepção desse movimento dessas pessoas que estão na condição de ficarem na rua, foi percebida a necessidade de questionar sobre os atravessamentos da rua, na

situação de morar ou ficar nela, e como esses interferem nas escolhas de vida, no autocuidado e na cidadania dessas pessoas. Questões emblemáticas e complexas que se objetiva responder neste estudo.

Desenvolver esta pesquisa no município do Rio de Janeiro, valorizando o contato direto com essa população que desenvolve um trabalho formal ou informal em suas situações de trabalhar durante o dia e ficar na rua à noite e/ou retornar para a casa quando puder, é oportunizar o conhecimento de pessoas que vivem em situações de muitas dificuldades, mas cada uma delas com sua própria história, compondo assim, um grupo heterogêneo. Elas vivem situações semelhantes, mas as respondem diferentemente. A proposta é buscar entender porque elas estão na rua, sob quais condições, o que desejam, o que pretendem, como se cuidam, por que escolhem permanecer nela e o que o trabalho que desenvolvem, seja ele formal ou informal, contribui para diminuir as situações de vulneração que estão expostas.

1 OBJETIVOS

1.1 Objetivo Geral

Analisar o impacto da vulneração sobre a subjetividade das pessoas em situação de rua que desenvolvem algum tipo de trabalho.

1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as situações de vulneração e exclusão social que sofrem;
- Verificar a influência das vulnerações nas escolhas e cuidados pessoais das pessoas em situação de rua;
- Averiguar como as pessoas em situação de rua veem os diversos aparatos sociais disponíveis para elas

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Exclusão social e Vulnerabilidade e a população em situação de rua

As pessoas em situação de rua vivem muitas circunstâncias de exclusão social e vulnerabilidade por estarem à margem das conjunturas sociais capitalistas e reprodutivas da produção do trabalho. O ato em si, a ação dessas experiências são chamadas de vulneração e são elas: ausência de trabalho, fome, falta de moradia, violência, violação dos direitos humanos, doenças, frio, chuva, afastamento do convívio familiar, dificuldades de inserção na escola e na saúde, preconceito, discriminação e estigmatização. Essas situações afetam as escolhas dos sujeitos, o cuidado de si, o sentimento de pertencimento e a expectativa de uma vida futura digna para essas pessoas (SOTERO, 2011).

A temática da exclusão social pode designar conceitos que incluem a discriminação, a segregação, a carência enquanto falta de algo e a vulnerabilidade, entre outros. A questão da exclusão social na PSR passa pelos espaços de discussão desses conceitos que deságuam na vertente da cidadania, isto é, da negação da cidadania, aqui compreendida como não ter direito a ter direito como cidadão. Essa negação se presentifica na culpabilização que a sociedade atribui a essas pessoas pela condição de vida que estão submetidas. A sociedade as culpabilizam pelas causas e consequências da situação de viverem na rua e os incômodos de uma desorganização desse viver que gera situações de falta de higiene e de convivência turbulenta entre eles que expõe a sociedade. Se há sentença de culpa como num tribunal de justiça, o cumprimento dessa é o castigo e/ou responsabilização sobre os atos cometidos: a exclusão do “mundo dos bons”. Dessa forma, a sociedade se exime da responsabilidade e do comprometimento de construção de vidas cidadãs, o que aponta para a dificuldade de buscar igualdade de direitos para todos. É a ausência do olhar para uma sociedade que sofre de condições de precariedade extrema, num mundo em desenvolvimento onde a pobreza e a desigualdade prevalecem. Esses grupos de pessoas que são afetados diretamente por essas condições são reféns e vítimas de violação de direitos que privam seu maior tesouro que são suas habilidades, competências e desejos que podem proporcionar uma vida digna (ESCOREL, 1999).

A exclusão social atinge aqui um caráter subhumano e conforme aponta Escorel (1999, p. 80): “Procede-se uma desumanização, o que significa que há uma retirada do caráter de ser humano nas interações sociais que envolvem indivíduos pobres, relegados à condição de *animal laborans*”. Nessa lógica o conceito de exclusão social faz uma referência ao isolamento do sujeito e a um não pertencimento à sociedade. Há uma segregação, apontando para uma população descartável, indiferente, sem permissão para colaborar no desenvolvimento social e econômico.

A exclusão social que as pessoas em situação de rua vivem assemelha-se ao conceito de pária. Tal conceito, originário da Índia, diz respeito àqueles sujeitos que não fazem parte de nenhuma casta tradicional, que é um sistema social de estratificação com base em classificações como a raça, cultura, classe social, ocupação profissional, desenvolvido durante muitos anos na Índia. Os párias fazem parte da casta mais inferior da sociedade indiana e são considerados os intocáveis, pois a condição social que pertenciam podiam manchar aqueles que os tocassem. Devido a isso são marginalizados e não têm direitos nenhum adquiridos. Hoje em dia na Índia a situação teve um avanço na questão da intocabilidade dessas pessoas, mas ainda persiste o estigma e algumas disputas de poder. Assim, os párias são aqueles sujeitos que são considerados inferiores e não desfrutam dos mesmos benefícios e direitos de outros da sociedade. No mundo ocidental esse conceito é conhecido com o significado de exclusão, desigualdade e injustiça. Do século XVI ao século XVIII a palavra pária circulou nos ambientes cultos portugueses, ingleses, franceses, holandeses indicando que os *Pareas* tinham a pior das reputações, mas só no final do século XVIII que o termo aparece nos espaços públicos literários e políticos europeus (VARIKAS, 2010).

A relação que a sociedade tem com as pessoas que estão em situação de rua se aproxima do conceito de pária no que tange à intocabilidade, à invisibilidade e, no mesmo sentido que lhe foi dado entre o século XVI e XVIII, de pessoas desprezíveis e fedorentas refletindo a época da colônia e da escravidão no Brasil. No século atual (XXI), encontra-se a pertinência desse conceito, pois ainda temos uma sociedade que privilegia a hierarquia não como uma organização social, mas como uma estratificação de vidas (VARIKAS, 2010).

Segundo Miguel (2015), o termo exclusão social é tratado por Castel ao perceber a insegurança da classe trabalhadora, a partir de 1970 na França, na condição social que ocupavam. A partir da desestabilização da coesão social, ele começou a se interessar pela fragilização dos vínculos sociais no quadro da integração, da vulnerabilidade das massas e da desfiliação e percebeu que a relação com o trabalho vinha ocupar um lugar de destaque nessas

questões. Assim, o trabalho ganha um lugar privilegiado nas relações sociais, entendendo-o como fator de inclusão e exclusão das pessoas na sociedade. Através do trabalho há a permissão de pertencimento a uma vida social ampliada por meio do consumo, da moradia, do lazer, da saúde e da educação. Surge assim para Castel uma *nova questão social*.

Castel (1997) traz a sua contribuição para se pensar a questão da exclusão social através da vulnerabilidade em função de um processo intimamente relacionado à precarização do trabalho e à fragilidade dos apoios relacionais. Ele aponta três zonas, que são interligadas dinamicamente e fazem referência a esses dois eixos da exclusão social:

a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional (p. 23).

Entendendo-se que o termo filiação é um conceito de estar ligado a uma instituição, a um grupo, a uma crença ou a um saber, caracterizando um estado de pertencimento, a PRS encontra-se na zona de desfiliação, a partir desse enfoque de Castel (1997), no lugar de ausência de trabalho e vínculos relacionais bastantes fragilizados, além de não experimentar um sentimento de pertencer a sociedade. São os *desvinculados por excelência*. Por ser a última zona reflete a importância de se encontrar estratégias para que essa população saia dessa marca de extrema exclusão.

Entende-se que o processo de exclusão social que a PSR está submetida pela zona de desfiliação, aponta para uma desqualificação da vida dessas pessoas, no sentido dela não ter nenhum valor e importância. Varanda e Adorno (2004), sinalizam a PSR enquanto descartáveis urbanos, seres que sobram, passando, pelo viés descrito acima da exclusão, pela culpabilização. Se são descartáveis, joga-se no lixo e esse precisa ser recolhido. Assim é o que acontece com essa população: é recolhida dos espaços públicos, das ruas, por ser considerada um lixo urbano e os responsáveis por esse recolhimento são os serviços públicos da prefeitura de cada cidade que querem preservar o espaço urbano livre desses “incômodos”. Os lugares da assistência social para onde é levada comportam centenas de pessoas e apresentam dificuldades de qualificar um cuidado mais individualizado, retratando as condições que chegam: em um “bolo” só. Dessa forma, esses sujeitos se sentem sem rumo e percebem que ali não vão encontrar as amarrações simbólicas que norteiam sua caminhada. Este é um desafio atual para as políticas públicas: trabalhar a inclusão social dessas pessoas, nomeando-as como cidadãs e possibilitar o sentimento de pertencimento para que busquem o seu caminho. É dar novos significados à pluralidade e à complexidade do fenômeno *pessoas em*

situação de rua, desmitificando os estereótipos que nomeiam essas pessoas e desnaturalizando esse fenômeno que foi produzido histórica, social e culturalmente (VARANDA & ADORNO, 2004).

O que é incomodativo, normalmente é enquadrado em rótulos no sentido da negação das vertentes subjetivas de cada situação. Assim, os moradores de rua são chamados de bêbados, mendigos, malucos, cachaceiros, drogados, sujus, vagabundos, entre outros, que são tipificações que aprisionam os sujeitos e os impedem de desenvolver sua autonomia, como referem Mattos e Ferreira (2004). Mais uma vez é uma atitude de culpabilizar e fragilizar essas pessoas que se encontram nessa condição de viver nas ruas, desacreditando-as de seus potenciais e afirmando que a sociedade não tem nada a ver com isso. Assim, continuam os autores acima, há uma falácia de que os direitos são iguais para todos. Numa sociedade de modo capitalista de produção fica difícil acreditar nessa premissa e essa população vem apontar que a exploração e a desigualdade é o cerne dessa questão, além de uma relação de dominante e dominado. Tais situações podem levar essas pessoas a se submeterem a essa condição imposta, gerando conflitos internos, podendo levar a situações extremistas de desistência de si mesmo ou, a uma ação transformadora, constituindo movimentos sociais na luta por seus direitos e reivindicações históricas.

Como diz Costa (2005, p. 3):

A exclusão social, que passamos a conhecer, tem origens econômicas, já referidas, mas caracteriza-se, também, pela falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação e perda de autoestima. Acarreta consequências na saúde geral das pessoas, em especial a saúde mental, relaciona-se com o mundo do tráfico de drogas, relativiza valores e estabelece padrões e perspectivas de emancipação social muito restritos.

A exclusão social leva a situações de vulnerabilidade considerando a fragilidade de viver, na exposição à situações limítrofes de negação de dignidade humana e igualdade de direitos e no impedimento de se colocar como sujeito social e subjetivo. Assim, considerando determinado grupo acometido por tais situações, a exclusão social e a vulnerabilidade se entrelaçam e se complementam. As pessoas em situação de rua experimentam, na íntegra, as duas situações: exclusão social e vulnerabilidade (ESCOREL, 1999).

Escorel (1999) analisa a exclusão social num processo de trajetória de vulnerabilidades e ruptura de vínculos que envolvem o mundo do trabalho, as relações sociofamiliares, políticas, culturais e humanas. No mundo do trabalho a exclusão aparece pela precariedade da oferta de trabalho, pela diminuição do trabalho formal com os direitos trabalhistas garantidos, pelo aumento de trabalhos temporários e, por fim, do desemprego

recorrente e duradouro. Nas relações sociofamiliares a vulnerabilidade se apresenta no rompimento e fragilização das relações familiares e das relações da comunidade como rede de apoio. São vários os conflitos gerados na família e por motivos diversos, tais como: a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e o uso abusivo de álcool e drogas. Essas situações tomam proporções enormes levando a pessoa ao isolamento e à solidão. É o não pertencimento à família e à comunidade. Essa dimensão sociofamiliar é a sustentação das outras. Na dimensão política a vulnerabilidade está diretamente ligada à cidadania, na precariedade de seu maior princípio: os direitos são iguais para todos, o que significa direitos a ter direitos. Para alguns grupos ou pessoas esse direito constitui uma luta diária, não está dado e nem constituído. Escorel (1999, p. 77) aponta que a “igualdade é portanto um conceito político que possibilita na esfera pública a expressão das diferenças individuais”. Quanto às relações culturais, a sociedade para se eximir de ações transformadoras, aceita, banaliza e naturaliza as situações de vulnerabilidade em que as pessoas se encontram. É considerar que elas não existem.

Por fim, Escorel (1999) analisa que pessoas ou grupos que têm vínculos rompidos ou fragilizados com a família, com a sociedade, com o trabalho, com a cidadania e com a cultura, dificilmente terão suas dignidades como ser humano reconhecidas. Vivem na condição de manter o funcionamento biológico, mas mortos na condição de existência humana. Não são vistos pela sociedade e, pior ainda, nem por eles mesmos. Vivem precariamente o presente numa ausência de futuro. Assim, a exclusão social traz rupturas e marcas no sujeito que, por muitas vezes, são irreparáveis. Como diz Escorel (1999, p. 81) na exclusão social “a ausência de um lugar envolve uma ‘anulação’ social, uma diferença desumanizadora, que reveste seu cotidiano com misto de indiferença e hostilidade”.

Na situação dos moradores de rua todas essas dimensões da vulnerabilidade são pertinentes e afetam suas vidas, mas a desvinculação com a esfera sociofamiliar é a perda da sustentação do seu lugar frente a ele mesmo. É estar no lugar permanente da rua. Aqueles que estão na rua pelo desemprego ainda mantêm os laços com a família, pois esses não foram rompidos, mas podem apresentar uma fragilidade diante dessa situação.

Dessa forma, a exclusão social é uma experiência do sujeito de não pertencer a lugar nenhum, afetando substancialmente, o olhar para si mesmo, num desamparo dos vínculos sociofamiliares que o sustentam.

2.2 Vulnerabilidade e Vulneração no olhar da Bioética e a população em situação de rua.

Mas o que é vulnerabilidade? Quais as situações de vulnerabilidade evidentes na PSR? O termo vulnerabilidade é derivado do latim (*vulnus*) que significa ferida. É a possibilidade de alguém ser ferido. A bioética, em seu estudo, aponta que o fato da incompletude da existência humana, biológica e psiquicamente torna a vulnerabilidade uma condição do ser humano universal. Todos são vulneráveis.

Como nos diz Hossne (2009, p. 42):

Neste sentido, todos nós somos vulneráveis, pois todos estamos sujeitos, de alguma maneira, a sermos feridos (em qualquer sentido), ofendidos e/ou melindrados, intencionalmente ou não, por agentes de qualquer natureza (por pessoas, animais intempéries da natureza etc.) e até mesmo por acidentes.

Kottow (2003) fala que essa condição de vulnerabilidade intrínseca a qualquer ser humano é um atributo antropológico, pelo simples fato de estar vivo, o que difere de uma suscetibilidade que já seria um dano instalado nos grupos sociais ou em indivíduos. Se é vulnerável ou se está vulnerável? A condição do ser humano é de vulnerabilidade. Então, se é vulnerável, mas nem sempre a pessoa se encontra em situação de vulnerabilidade. Estar vulnerado é experimentar na ação, no ato em si, situações de ferimento, de fragilidade que afeta, no fim das contas, o equilíbrio emocional do sujeito, seja passando por situações de privação física, moral, social e subjetiva.

A PSR se encontra em extrema vulnerabilidade. São pessoas que são vulneráveis e estão vulneradas, no sentido de terem sido afetadas (fragilizadas) por situações degradantes. É um grupo de sujeitos que se mostra incapaz de exercer sua liberdade por questões sociais e políticas, interferindo diretamente no conceito de cidadania (ESCOREL, 1999).

Existem muitas limitações no agir das pessoas que se defrontam com a situação de indivíduos que vivem nas ruas. Não sabem o que fazer quando os olham largados no chão, sujos, machucados e quando encontram o olhar deles percebem um vazio, um pedido implícito e, às vezes, explícito de acolhimento. Tomadas por tantas sensações e pensamentos, que estão impregnados da marca do social e do subjetivo, passam direto e seguem o seu caminho. É o confronto com o real da vulnerabilidade que as afetam e com as quais não sabem como enfrentar.

A bioética, em seus estudos dos conflitos pessoais e sociais, vem ajudar a pensar essas questões na busca por maior tolerância e convivência pacífica com as diferenças,

possibilitando pessoas menos endurecidas e menos afetadas pelo domínio do poder de uma sociedade contemporânea consumista. É uma ferramenta teórico-metodológica que faz uma relação com o estudo das questões éticas e com a prática de adequação de respostas a conflitos que envolvam o maior número de pessoas (TARACHUQUE & SOUZA, 2013).

Na nossa sociedade contemporânea o poder, em sua inscrição a partir do saber tecnológico, intimamente ligado à produção, leva à valorização do consumo, numa estreita relação de sujeito com o objeto, como aponta Anjos (2006, p. 175):

...os sujeitos não apenas modificam os objetos e lhes conferem sentido, mas também os próprios sujeitos se modificam pelo uso dos objetos. Assim, na produção de novos instrumentos, nós, sujeitos humanos, nos modificamos com eles.

Nesse processo, como continua Anjos (2006, p. 175) o resultado é:

um dominante sentimento de poder e de autonomia, com uma correspondente diminuição de espaço para se admitir a fragilidade e a vulnerabilidade. E falamos de perceber e encarar a vulnerabilidade do que está ao redor e daquela que é de cada um. O próprio fascínio pelo poder obscurece o reconhecimento das vulnerabilidades.

A bioética estuda situações de vulnerabilidade pelo compromisso ético e moral de suas implicações e não se limita a ser meramente descritiva ou analítica de situações conflitivas, tornando-se uma ferramenta concreta para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática e, esse olhar mais específico, é o da Bioética da Proteção (BP), conforme aponta Schramm & Kottow (2001) ao afirmarem que o princípio de proteção é o mais adequado para enfrentar os problemas morais relacionados à Saúde Pública.

A bioética vem colaborar para desdobrar os desafios pertinentes nas situações de vulnerabilidade na revelação de suas causas, possibilitando a construção da autonomia como parceira da vulnerabilidade, no sentido de que, se há o reconhecimento dos limites de ações do sujeito, assim há um direcionamento de suas decisões. Dessa forma, “o reconhecimento da vulnerabilidade possibilita o encontro construtivo com o outro e os passos de superação das próprias fragilidades” (ANJOS, 2006, p. 184).

Dentro da ética em pesquisa, considerando a pesquisa biomédica em seres humanos, o termo vulnerabilidade está ligado à defesa e à proteção dos indivíduos e grupos envolvidos, entendendo os indivíduos vulneráveis como aqueles com capacidade ou liberdade diminuída para consentir ou abster-se de consentir, conforme as Diretrizes éticas internacionais para a pesquisa biomédica em seres humanos do Conselho de Organizações Internacionais de Ciências Médicas (2004).

A bioética ressalta que a vulnerabilidade é um princípio, que é considerada internacionalmente pela Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005), e

nessa condição de princípio visa garantir o respeito pela dignidade humana nas situações em relação às quais a autonomia e o consentimento se manifestam insuficientes. É uma medida de proteção quando se fala em garantia, reafirmando os lugares do forte e do fraco. Sabendo-se que a construção da autonomia se faz pelo desenvolvimento do senso crítico da experiência que se vive, as situações de vulnerabilidade interferem no desenvolvimento da autonomia e das decisões, assim sua importância deve ser destacada como lugar de cuidado e proteção, no sentido do resgate da autonomia, da autodeterminação e no princípio da justiça, proporcionando o pensamento crítico nas conquistas sociais e pessoais, e as marcas singulares, da ordem da criação, na construção coletiva. É uma noção bem diferente de proteção enquanto que o paternalismo silencia as decisões autônomas (SCHRAMM, 2008). A vulnerabilidade enquanto condição do ser humano se torna um princípio de cuidado. Como disseram Felicio e Pessini (2009, p. 208): “o cuidar como prática de comprometimento ético com a cidadania e os direitos humanos, de reflexão sobre o sofrimento inerente às normas e valores sociais excludentes”.

Como falado anteriormente, o ser humano, pela sua condição de finitude (incompletude), é vulnerável. Ele pode estar ou não em situação de vulnerabilidade. Mas na sua marca de sujeito a vulnerabilidade está presente. Sendo assim, se esse princípio faz parte das relações de vivência e sobrevivência do sujeito então são questões propícias ao estudo da bioética. Como diz Hossne (2009, p. 42):

Trata-se de ir de uma situação latente a uma situação manifesta; de uma situação de possibilidade para uma situação de probabilidade, do ser vulnerável ao estar vulnerável. Estas oscilações acompanham todas as situações que envolvem a Bioética.

Mas antes de tratar da BP, que é uma proposta de cuidado da bioética, se faz necessário conhecer o conceito de vulneração que surge a partir desse estudo. Vulneração tem o mesmo prefixo de vulnerabilidade que quer dizer ferimento. Vulnerabilidade é a possibilidade de ser ferido e a vulneração é a ação do ferimento. É o próprio ato em si. Todos podem ter a possibilidade de serem feridos, mas nem todos são (KOTTOW, 2003). Como se dá essa diferença?

Kottow (2003) quando faz a diferença entre vulnerabilidade intrínseca ao ser humano e àquela que é circunstancial diante das situações desfavoráveis que afetam as pessoas (pobreza, violência, falta de acesso à educação e saúde, doenças, preconceitos, estigmatização) categoriza a primeira como vulnerabilidade primária e a segunda como vulnerabilidade secundária. Ele diz: “Todos estão sujeitos à forma primária, mas só os

infelizes padecem da segunda” (p. 72). Ele assemelha a vulnerabilidade secundária a uma situação de destituição do ser, isto é, são pessoas que não conseguem atender as suas próprias necessidades e realizar seus próprios desejos, predispondo-se a infortúnios adicionais. Sofrem privações que restringem suas capacidades e liberdades, se tornam impotentes, “criando muitas vezes obstáculos insuperáveis ao florescimento humano mesmo mínimo” (p. 72). Continua dizendo (p. 72):

Pessoas destituídas precisam de soluções corretivas para suas circunstâncias infelizes, num esforço de redução ou eliminação dessa sua descapacitação e, portanto, de diminuição de sua vulnerabilidade secundária.

Kottow (2003, p. 73), repensando a pergunta de Macklin sobre o que torna indivíduos, grupos e mesmo países inteiros vulneráveis aponta a sua resposta:

...porque carecem dos bens fundamentais de que precisam para sair de um estado de destituição. Padecem da perda de capacidade ou da falta de liberdade, têm reduzida a gama de possibilidades disponíveis para negociar os bens essenciais do bem-estar e buscar os interesses importantes de sua vida.

Eis a questão da PSR. Eles sofrem de vulnerações que os levam a uma situação de destituição, diminuindo a crença em si mesmo e no outro, diminuindo suas forças para enfrentar as grandes dificuldades que a sociedade impõe, pois esta não os reconhece como sujeitos desejantes e de direitos e, assim, estão mais predispostos a sofrer danos.

De acordo com Schramm (2006), pode-se pensar em potência e ato na diferenciação de vulnerabilidade e vulneração. Todos são potencialmente vulneráveis enquanto seres vivos, mas sofrer as situações de vulneração depende das circunstâncias em o sujeito se encontra: classe social, gênero, etnia, condições de vida, condições de saúde. Isto faz total diferença na tomada de decisão com senso de justiça, sendo imprescindível para a bioética a distinção entre esses dois conceitos.

Sotero (2011) destaca que para discutir as questões da PSR o conceito mais adequado é o de vulneração, viabilizando as prioridades para as mudanças nas políticas públicas. São elas as vulnerações: fome, moradia insalubre, outros habitantes da cidade, ações dos agentes do Estado, violência, falta de acesso a escolaridade, a informação e a saúde, ausência de trabalho, preconceito e estigmatização. A proposta concreta de atuação dos governantes deve se basear na certeza das feridas sofridas por eles (vulneração) e não na possibilidade de que elas ocorram (vulnerabilidade), pois se assim for, a vida dessas pessoas fica subtraída e perde o valor, como diz Arán (2007), se torna uma vida “nua”. Ao tratar a população de rua pelo viés da vulneração, Sotero (2011) assume que é necessário que se tenha o compromisso moral e ético de proteger este grupo diante de tanta luta pela sobrevivência diária em condições de

total vulnerabilidade e vulneração, possibilitando que eles possam resgatar a dignidade que lhe é de direito. É importante que essa população seja vista na concretude do que lhe afeta e do que lhe falta. Dessa forma a autora compartilha da mesma concessão de Kottow e Schramm (2001) nos cuidados éticos à pessoas e grupos vulnerados.

Schramm (2006) aponta a importância em se distinguir a *mera vulnerabilidade da efetiva vulneração*, pois assim valoriza-se a ideia de igualdade e justiça e a constatação e análise da assimetria entre cidadãos, referenciando-se assim o princípio da equidade.

Pelo viés da vulneração é que este trabalho de pesquisa é fundamentado, relacionando o impacto desses atos em si que as pessoas em situação de rua sofrem na sua subjetividade. Como a proposta desta pesquisa é fazer um trabalho que envolva a PSR, escutando-a, observando-a, considerando, particularmente a vulneração que estão submetidos e que os afetam em sua subjetividade para se buscar propostas de cuidado para essa população, se faz necessário ter um cuidado da BP nesta condução. Quais os desafios deste cuidado bioético a essas pessoas?

Schramm (2002) aponta três funções da bioética ao lidar com situações de vulneração: no primeiro momento, descrever e analisar os conflitos pertinentes junto com demais profissionais como os sanitaristas, sociólogos e outros; no segundo momento, ser normativo no sentido de proscriver os comportamentos reprováveis e prescrever aqueles corretos; e, por fim, a função protetora no sentido de dar amparo aos vulnerados, aos frágeis.

2.3 Bioética da Proteção e a população em situação de rua

A vulnerabilidade por ser um fator importante na vida do sujeito deve sempre ser levada em consideração quando se busca estudar as ciências da vida e até, incluí-la nas normas da investigação bioética. As situações de vulneração que envolvem indivíduos ou populações têm na desigualdade social um fator determinante para suas manifestações. A bioética, em seu papel de reflexão, entendeu que a teoria principialista da bioética clínica norte-americana de Beauchamp e Childress, considerando os princípios da autonomia, da beneficência, da não maleficência e da justiça, tem sua aplicabilidade limitada aos conflitos entre os agentes e pacientes morais envolvidos. Em 2001, Schramm e Kottow sinalizaram um

novo olhar para discutir os conflitos morais no campo da saúde pública, para além da teoria principialista: o princípio da proteção. Segundo eles:

El principio de protección será aquí propuesto como el más adecuado para enfrentar los problemas morales relacionados con la salud pública, capaz de generar acuerdos entre salubristas y eticistas cuando enfrentan conflictos que no pueden dirimirse con recurso al modelo principialista.

Sendo assim, a *proteção*, enquanto suporte e desenvolvimento de habilidades com fins de garantir a equidade e evitar a discriminação para pessoas vulneradas, teria pertinência para ser uma ferramenta para resolver conflitos e dilemas morais que surgiam na Saúde Pública. Daí surge a expressão *bioética da proteção*, no início do século XXI, que foi introduzida no campo da bioética por pesquisadores latino-americanos (SCHRAMM, 2017).

Antes porém de tratar especificamente da BP, vale apontar que a *proteção* é discutida por Macklin (2003) em seu artigo intitulado *Bioética, vulnerabilidade e proteção* no enfoque de indivíduos e grupos vulneráveis em pesquisas com seres humanos, levantando questões sociais e políticas desenvolvidas pela bioética para a garantia da proteção desses, trabalhando na lógica da não-exploração de sujeitos vulneráveis. Essas questões são mais abrangentes do que uma vulnerabilidade que resulta de uma dificuldade física ou por uma consequência natural. São questões que atingem a fragilidade dos indivíduos no seu estatuto de cidadania.

A *proteção*, enfocada pela bioética, tem uma direção no cuidado de pessoas e populações vulneradas, considerando “a vulnerabilidade secundária, circunstancial e marcada pela destituição” (KOTTOW, 2003, p. 72) que são as vulnerações que afetam os sujeitos. Segundo esse autor, os programas de saúde pública devem procurar trabalhar na lógica da redução ou eliminação dos danos causados por essa vulnerabilidade que levam a desqualificação e incapacitação das pessoas.

Se fez importante entender, no estudo da BP, a etimologia da palavra *ética*, em seu primeiro sentido, que vem da palavra grega *ethos* “que significava, na sua origem, ‘guardida’ ou ‘criadouro’ (para animais) e, em seguida, ‘residência’, ‘morada’, ‘lugar onde se habita’ (para humanos), adquirindo, por fim, os sentidos de ‘costume’, ‘hábito’ e ‘caráter’” (SCHRAMM, 2017, p. 1.534). A BP optou em utilizar o sentido de *amparo*, *guardida* para um olhar mais cuidadoso às populações que sofrem de vulnerações.

Com a bioética, o termo *proteção* vai ao encontro dos conflitos morais que acontecem nas populações ou espécies humanas nas práticas das políticas de saúde. É a busca de uma interface entre bioética e saúde pública, estabelecendo efetividade (amparo e garantia de uma

qualidade de vida razoável) e legitimidade (aplicação e adaptação das ferramentas do saber bioético aos conflitos e dilemas morais que surgem em Saúde Pública) nas situações desiguais, baseando-se na igualdade e autonomia para se chegar ao caminho da equanimidade (SCHRAMM, 2017).

Schramm (2017, p. 1.532) em seu estudo da BP, do ponto de vista metodológico, aponta que ela é “uma ferramenta para poder lidar com a moralidade das práticas sanitárias”, interagindo com vários saberes: saúde pública; biotecnociência; biopolítica e biodireito. Na saúde pública é o cuidado com indivíduos e populações inseridos em seus contextos naturais, tecnológicos, sociais e culturais. Na biotecnociência é a busca da transformação de seres e processos vivos de acordo com necessidades/desejos de saúde. Na biopolítica, que discute a vida na relação de poder-saber como um agente de transformação da vida humana; e no biodireito, que se ocupa das relações jurídicas reguladoras da conduta humana frente aos avanços da biotecnociência e a extensão da biopolítica. Esses saberes distintos se comunicam, transdisciplinarmente, que é uma tarefa complexa para a BP.

Com o objetivo de atuar na Saúde Pública (SP), a BP desenvolve duas funções: uma mais específica que cuida das pessoas suscetíveis ou vulneradas e uma mais abrangente que se preocupa com animais e ambientes naturais. Essas duas funções têm em comum o princípio da qualidade de vida. Com a preocupação de cuidar e proteger a saúde das populações humanas em seus vários contextos, a Saúde Pública se baseia na proteção em seus dois aspectos: o da prevenção (evitar as doenças) e o da promoção (construir atitudes e perspectivas de vida saudável) que Schramm (2017, p. 1.536) aponta como as duas faces da prática de proteção:

(1) Uma proteção “negativa” entendida como conjunto de medidas de prevenção *contra* o adoecimento e as ameaças em geral que afetam (ou podem afetar) a qualidade de vida de uma população de indivíduos humanos; (2) uma proteção “positiva” entendida como aquilo que “promove” e favorece o autodesenvolvimento humano, e que é uma condição necessária para o exercício de sua *autonomia*.

A BP, que especifica o estudo daqueles sujeitos ou grupos que não dispõem de meios para realizarem sua vida, tais como acesso ao trabalho, à saúde, à cultura, à educação, à dignidade, enfim à cidadania, busca através de ferramentas entender, descrever e resolver os conflitos de interesses se utilizando do princípio da justiça para atingir a igualdade, através do valor da equidade para a efetivação desse princípio, conforme aponta Schramm (2008). Essa proposta de um novo olhar visa atingir situações de conflitos em confronto com as

vulnerabilidades que os sujeitos estão expostos na privação da realização dos seus projetos de vida.

Dessa maneira, a BP em sua teoria e prática contribui (ela não é uma fórmula mágica) nos desafios encontrados com a PSR, grupo onde a ausência da dignidade e dos direitos humanos são prevalentes nessa condição de vida, dando-lhe suporte (protegendo) a fim de que desenvolvam suas potencialidades que ficam obscurecidas e possam, assim, deixar de precisar dessa proteção, focando na boa convivência, estabelecendo as normas necessárias. Assim a BP tem a função de proteger os seres e entes vivos contra as ameaças que podem prejudicá-los além de encontrar meios morais e éticos da *boa convivência*. Segundo Schramm (2008, p. 17)

De fato, os grupos particularmente vulneráveis, ou literalmente *vulnerados* (ou afetados), não são capazes, por alguma razão independente de suas vontades, de se defenderem sozinhos pelas condições desfavoráveis em que vivem ou devido ao abandono das instituições vigentes que não lhes oferecem o suporte necessário para enfrentar sua condição de afetados e tentar sair dela.

Schramm (2008) tem o cuidado de apontar que a BP não é um “paternalismo”, pois visa, a partir da proteção, dar um suporte para potencializar as capacidades dos sujeitos afetados pela vulneração e a busca da saída dessa condição, em busca de sua autonomia, desde que eles percebam a necessidade e desejem esse cuidado. Não é fazer por eles (paternalismo) e nem culpabilizá-los pelas condições em que se encontram pois, se assim for, se torna uma atitude repressora. É estar junto com essas pessoas que não conseguem tomar decisões sozinhas e ajudá-las em seu empoderamento. Não se trabalha com imposição e sim com oferta.

O papel das políticas de SP é a de proteger sua população no entendimento da BP, tendo a responsabilidade de legitimar as suas práticas no bem-estar dela e na garantia de acesso aos serviços de saúde, fazendo o controle dos resultados e a avaliação das ações por todos envolvidos. Vale ressaltar que, pela BP, os direitos sociais estão acima dos direitos individuais, o que legitima alguma forma de restrição do exercício da autonomia individual frente às exigências do bem comum (SCHRAMM, 2017). Isso vem de encontro ao modo como o senso comum entende a bioética como *ética da vida* que pode ser a vida na relação com o outro (relações sociais) ou a vida na relação do sujeito com ele mesmo (questionamentos e sofrimentos sobre si). Nessas duas situações há uma relação de contiguidade, o que caracteriza a ética.

Schramm ressalta (2008) que os termos *bioética* e *proteção* não se sobrepõem por equivalência e nem são condicionantes, pois nem toda *bioética* é *bioética* da proteção e nem todo meio de proteção é meio da *bioética*

Em suma, a bioética pode ser pensada como meio prático para proteger seres e entes vivos contra ameaças que podem prejudicar de maneira irreversível suas existências, além de ser também um meio "de segunda ordem" para entender a moralidade e seus conflitos, imanescentes ao próprio viver juntos (p. 13).

Qualquer reflexão ou situação que envolva seres e entes vivos (no enfoque individual ou coletivo) não são fáceis de serem discutidas e, muito menos, as soluções pensadas são fáceis de serem aplicadas. A bioética, como proposta de reflexão e cuidado à vida, na lógica da ética, tem uma tarefa árdua e complexa e não há como afirmar que haverá respostas conclusivas e satisfatórias para as suas intervenções devido à grande polarização de questionamentos e implicações nessa trajetória. O importante é que se estabeleça relações (teias) na construção da condução desse cuidado (SCHRAMM, 2008).

Especificamente a BP, em uma de suas vertentes, está envolvida com situações muito complexas, pois lida com a vida em situações coletivas vulneráveis, onde as pessoas ali envolvidas sofrem – *afetadas* – vulnerações que é o ato em si de sofrer danos. Sendo assim, estão mais fragilizadas e não conseguem sozinhas, sair deste lugar. O objetivo da BP é buscar, junto com as pessoas vulneradas, possibilidades de desenvolverem sua autonomia para a conquista de uma outra vida em que, a condição de vulneração não prevaleça, e se faça reconhecer uma vida mais digna e igualitária, valorizando as capacidades e o espaço de criação de cada um – as singularidades (SCHRAMM, 2008).

Dessa forma, o desafio da BP com a PSR é construir um outro olhar dessas pessoas para a sociedade excludente que as estigmatizam e discriminam, rompendo com uma atitude reativa que reforça a condição subhumana em que foram colocadas e a qual se submetem. Se faz necessário agir, contando com as capacidades que lhes são inerentes (é preciso acreditar que as possuem), criando laços com o outro (companheiro de espaço, grupos de pessoas que se aproximam, instituições) para estabelecerem “movimentos” de inserção e de criação, desconstruindo a condição de vulneração que são afetadas. Mas para isso, as instituições públicas competentes pelo cuidado a essa população precisam se aproximar dessa realidade, desenvolvendo junto com ela, a construção da autonomia desse agir, possibilitando a visibilidade e o valor de vidas existentes. Pensar em proteção para a PSR (grupo de extrema vulnerabilidade) é tomar uma posição que implica numa visão de uma sociedade inclusiva, de acolhimento à alteridade. É respeitar a dignidade e integridade humana (SCHRAMM, 2008).

A BP vem trazer um estudo e uma prática desses desafios que se refletem em inquietações, transformações sociais e públicas na vida das pessoas que se encontram nessa condição, na busca pela preservação da integridade da pessoa humana, na luta pelos Direitos Humanos, como um instrumento concreto para se construir uma sociedade democrática e equânime.

2.4 Direitos Humanos e a população em situação de rua – a interface com a produção de subjetividade

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, p. 5) os direitos iguais de todo ser humano estão fundamentados na liberdade, na justiça e na paz no mundo, como é especificado no artigo II:

Todo o ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Da mesma forma, a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005, p. 6) aponta, em seu artigo 2º (c):

...contribuir para o respeito pela dignidade humana e proteger os direitos humanos, garantindo o respeito pela vida dos seres humanos e as liberdades fundamentais, de modo compatível com o direito internacional relativo aos direitos humanos.

Considerando a PSR como um grupo que se torna específico diante de tantas vulnerações sofridas, faz-se importante sinalizar o artigo 8º dessa última Declaração citada (2005, p. 8): “... Os indivíduos e grupos particularmente vulneráveis devem ser protegidos, e deve ser respeitada a integridade pessoal dos indivíduos em causa“. E continua no artigo 11º (2005, p. 8):

Nenhum indivíduo ou grupo deve, em circunstância alguma, ser submetido, em violação da dignidade humana, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, a uma discriminação e a uma estigmatização.

Não há como deixar de falar de dignidade humana quando se depara com grupos que sofrem de extrema vulnerabilidade, afetados em sua liberdade, respeito e justiça. Assim, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (2010) envolvido num trabalho junto a PSR resolve elaborar um guia na luta pela dignidade e cidadania dessas pessoas. O objetivo é o de

salientar os direitos dessa população e, a partir de então, lutar por leis inclusivas e igualitárias, implementando políticas públicas que atinjam suas demandas e necessidades.

Diante do crescente número de moradores de rua e da importância de se cuidar dessa população no que tange, principalmente, à inserção social, além de outros dispositivos de cuidado, as discussões se intensificaram junto aos trabalhadores nos níveis da gestão pública (incluindo cargos ministeriais), movimentos sociais e instituições da sociedade civil na proposta

...de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re)integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo. (BRASIL, 2008, p. 4).

Na lógica dos direitos humanos instituiu-se a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua pensando-se:

...a importância da inclusão desta Política na perspectiva de políticas públicas que concretizem direitos conquistados historicamente pelo protagonismo da população-alvo e de seus aliados, combatendo injustiças sociais praticadas contra setores pauperizados e estigmatizados da população. Trata-se, portanto, do estabelecimento e da manutenção da inclusão social, que requerem do Estado a provisão de um padrão mínimo de bem-estar, e da garantia perene destes direitos sociais. (BRASIL, 2008, p.6).

A implantação dessa Política foi um avanço sobre a realidade desse público que sofre todas as violações dos direitos humanos, utilizando-se de todas as estratégias de sobrevivência. As ações deliberativas propõem a inclusão dessas pessoas na garantia de seus direitos. Na esfera da saúde, a estratégia de cuidado do CnaR realiza um trabalho de prevenção, tratamento e reabilitação, buscando a inserção dessas pessoas em suas conquistas pessoais, sociais e familiares, priorizando um atendimento integral à saúde, em seus espaços de vida, que pode ser na rua ou não, a partir de suas considerações.

A luta pela sobrevivência diária das pessoas que vivem tantas violações e desigualdades sociais resulta na interferência direta em suas subjetividades, isto é, naquilo que, no âmbito do sujeito, do privado, do indivisível, se manifesta em expressões únicas na produção de sentidos. Encontra-se assim, o entrelaçamento dessas duas subjetividades: a coletiva e a individual, como apontam Santos, Mota e Silva (2003).

São muitas as situações de violência que a PSR sofre, atingindo diretamente os direitos humanos que, para além da legitimação pelas Declarações Universais discutidas por

representantes do mundo todo, fere o sujeito e transforma suas relações que estabelece consigo mesmo e com o outro.

Guattari em seu livro *Micropolítica: Cartografias do Desejo* (1996) aponta que a produção de subjetividade está numa relação com o social, em todos os níveis de produção e consumo, à qual todo sujeito está submetido, a partir da heterogeneidade de elementos compostos no contexto social. É uma relação dinâmica, pois o sujeito está submetido a essas produções de subjetividades, mas também as emite. A construção da subjetividade se dá pelo entrelaçamento da subjetividade social e singular. O sujeito se presentifica na ligação constante entre o que é do social, da relação com o outro, e o que ele adere dessa interlocução em sua singularidade, se tornando um sujeito desejanste. No espaço da inscrição social, há as produções serializadas que o sujeito as reproduz por medo da marginalização de assumir ou criar o seu *território singular*. Nessa situação, Guattari (1996) faz um contraponto entre a produção de subjetividade social e a produção de subjetividade singular. Nessa última os processos de singularização são os tons que cada pessoa dá à sua construção de vida:

...modos de sensibilidade, de relação com o outro, de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 17).

O termo *micropolítica* que Guattari (1996) utiliza diz respeito às estratégias de economia do desejo no campo social. Não descarta a singularidade do sujeito, apenas a coloca numa relação com o social e de forma limitadora. Guattari (1996, p. 33) cita que os modos de subjetivação são as condições de possibilidades da singularização:

A *subjetividade* está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização.

A partir dessa citação de Guattari (1996) percebe-se que a vivência da subjetividade da PSR está mais direcionada a um processo de alienação e opressão das situações recebidas pelo social pela predominância de atitudes de naturalização da condição em que se encontram, entendendo que as vulnerações vividas os fragilizam, ofuscando seu processo de singularização. Em outra vertente, através de Movimentos Coletivos que surgem por ações imbuídas de sentido na luta pela diferenciação do olhar de instituições e pessoas

representativas para a PSR, pode-se perceber um processo de singularização que os permeiam. Assim Guattari (1996, p. 46) aponta que:

O que vai caracterizar um processo de singularização, é que ele seja automodelador. Isto é, que ele capte os elementos da situação, que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar nessa posição constante de dependência em relação ao poder global, a nível econômico, ao nível do saber, a nível técnico, a nível das segregações, dos tipos de prestígios que são difundidos. A partir do momento em que os grupos adquirem essa liberdade de viver seus processos, eles passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles. Essa capacidade é que lhes vai dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante.

Conforme Guattari (1996), a produção de subjetividade (serializada) se tornou predominante nas relações do sujeito e, assim, se estabeleceu uma distância substancial com a produção de singularidade e a dificuldade de quebrar esses *modos de subjetivação* e instaurar o desejo. Diante dos estudos dos modos de subjetivação discutidos por Guattari (1996) percebe-se que há uma relação de dependência entre a subjetivação social e a singular, isto é, elas se entrelaçam e se constituem a partir uma da outra. No exemplo da linguagem fica claro essa interdependência: a linguagem enquanto um fato social, constituída de símbolos universais, é igual para todos, mas ela só se operacionaliza através do ser falante que faz uma apropriação singular dela.

Dessa forma, percebe-se o quanto o lugar do sujeito na rua, vivendo em suas referências de um espaço último (resto) de vida, interfere em seus modos de subjetivação singulares. Nesse espaço de moradia onde a luta pela sobrevivência é diária e sofrida pelas situações de extrema vulneração à qual estão expostas, onde as necessidades básicas desse ser humano não são respeitadas, pois é uma população invisível para o poder público e para a sociedade que reforçam a desigualdade social em que se vive, qual a possibilidade desses sujeitos inscreverem seu desejo? O que de fato faz, nessas pessoas, conseguir quebrar o modo de subjetivação serializada, que é significativa na vida de qualquer sujeito, e poderem criar, sentir, seguir a sua trajetória mediando os processos de singularização? É na relação entre as duas subjetividades (social e singular) que se dá a construção da subjetividade do sujeito: o social enquanto um outro que transforma o sujeito na relação consigo mesmo.

A vida é difícil diante de tantos embates entre o que é normativo (subjetividade social) e a inscrição do desejo de cada sujeito (subjetividade singular) (GUATTARI, 1996). Viver na rua é mais difícil ainda. É estar praticamente submerso ao “quadrado” do que é comum, do que é coletivo, do que é determinado pelas leis da sociedade. E essa, para se sustentar como espaço de produção em série, impede os processos de singularização e instaura os processos

de individuação (necessidades biológicas, nome, gênero sexual, raça, idade, classe social e documentos legais) (GUATTARI, 1996). Essa situação fica bem clara com os moradores de rua que são discriminados por não se “enquadrarem” nesses quesitos da individualidade. Não importa o que eles desejam, que é da ordem da singularidade, pois se assim for, estarão rompendo com a normatização imposta pela sociedade. Como diz Guattari (1996), a produção de subjetivação nas sociedades capitalistas é de bloquear os processos de singularização e instaurar os processos de individualização. O que as pessoas pensam, sentem e experimentam, nada importa nesse sistema.

Na condição do lugar do nada, do resto, é difícil para esses sujeitos que estão em situação de rua, (re)afirmarem sua subjetividade através dos modos de subjetivação singulares, na relação com o meio exterior que o constitui historicamente, como um objeto de conhecimento e que interfere em seus encontros consigo mesmo. Nessa situação, a reconstrução incessante da subjetividade faz desvios do percurso do direcionamento de si, apresentando dificuldades na apropriação do cuidado de si, conforme aponta Foucault (1990), em seu estudo da constituição do sujeito através dos *modos de subjetivação*. Esse termo utilizado por Foucault (1990) é diferente semanticamente ao de Guattari (1996).

Os modos de subjetivação para Foucault (1990) fazem uma relação direta com a constituição do sujeito. O que importa para ele são as *formas* que o sujeito utiliza nas diferentes relações que estabelece com os diversos *jogos de verdade*. Para cada relação estabelecida há uma história construída pela cultura, pelo ambiente, pelas relações de poder e saber e pelas relações de objeto. Esses modos de subjetivação são as práticas de constituição do sujeito que se referem às formas de atividades sobre si mesmo. Foucault (1990) começou a se inquietar e quis saber *como* se deu o conhecimento de si e *como* o sujeito se tornou objeto de conhecimento pelo homem. É através das *práticas de si*, das *técnicas de si* e do *cuidado de si* que Foucault (1990) analisa a constituição do sujeito.

As relações do sujeito estão remetidas a algo: ou a ele mesmo ou a um outro, na relação histórica com a sua cultura, através das formações e transformações das relações consigo mesmo, potencializando uma autocriação subjetiva. Assim, para Foucault (1990), se dá a constituição do sujeito .

Foucault (1984), quando fala do sujeito, remete à sua constituição na relação submetida ao outro (exterior a ele), através do controle e da dependência e na relação consigo mesmo, por meio da (in)consciência e do conhecimento de si mesmo . Dessa forma, ele sinaliza que o sujeito não existe como um *a priori*, dado como uma substância física e

psíquica. Ele traz a questão do sujeito como constituída histórica e culturalmente e na relação consigo mesmo.

A relação com o outro e consigo mesmo se estabelece, conforme diz Foucault, através das práticas de si. O sujeito vai buscando uma adequação de atitudes e pensamentos a partir dos enfrentamentos com o meio e com ele mesmo, girando em torno da ética, do poder e do saber. É o momento da experiência através dos “esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (FOUCAULT, 1984, p. 276). Nessas relações a resistência se faz presente e é constitutiva do sujeito.

Para Foucault (1990), o que interessa são os modos pelos quais os seres humanos se tornam sujeitos no enfrentamento das ditas regras sociais. Ele os chamam de modos de subjetivação. É nessas experiências, como na loucura, que o sujeito se reconhece num lugar de saber e de produção de verdade. Os modos de subjetivação são, portanto, maneiras singulares de viver em sociedade. Poder-se-ia dizer que são estilos de vida a partir do encontro com o outro.

O sujeito se utiliza de estratégias para dar conta das práticas de si no sentido de se auto orientar em suas experiências, compreensões, julgamento e condução de si mesmo. Essas são as técnicas de si, outro modo de subjetivação que Foucault (1990) aponta.

Foi partindo do fenômeno do individualismo evocado no mundo helenístico e romano que Foucault (2009) destaca uma das funções do cuidado de si: o interesse que se tem por si próprio, isto é,

a intensidade das relações consigo, isto é, das formas nas quais se é chamado a se tomar a si próprio como objeto de conhecimento e campo de ação para transformar-se, corrigir-se, purificar-se, e promover a própria salvação (p. 48).

Diante dos enfrentamentos consigo mesmo na relação com o momento histórico e social, o sujeito percebe que algo o suscita no sentido da transformação de si mesmo, num olhar mais para si, na vertente de um cuidado. Assim, o cuidado de si se apresenta – enquanto um modo de subjetivação discutido por Foucault (2009) – como uma prática social e política. Nesse sentido só aqueles que governam a si mesmo podem governar o próximo, controlando e normatizando as forças que incidem sobre si (conduzindo-se bem), a partir de uma vertente ética do embate entre os desejos e os limites de agir livremente, para poder exercer as relações de poder sobre o outro (a sociedade), numa relação de ações livres. O cuidado de si é inseparável do cuidado político do outro. Essa relação apontada por Foucault (2009, p. 49) é construída a partir de Sócrates em *Alcebiades* que, num diálogo com um jovem ambicioso e

presunçoso que queria tomar a seu encargo a cidade, lhe diz que ele “não aprendeu anteriormente aquilo que é necessário saber para governar: deve, primeiro, ocupar-se de si próprio”. Aqui se faz uma observação de que esse conceito de cuidado de si não se restringe a uma situação individualizada, mas que está num permanente movimento, possibilitando possíveis contrarreferências – resistências, constituindo uma prática social e proporcionando o conhecimento e elaboração de um saber do sujeito.

Os jogos de verdade para Foucault (1990) representam a relação que o sujeito faz com os valores instituídos pela sociedade, por exemplo, com a loucura, a doença, o trabalho, a sexualidade, aos quais o indivíduo se assujeita ou não. Enfim, para Foucault o sujeito se define a partir das relações que estabelece com os jogos de verdade consigo mesmo e com a cultura.

Foucault investiga o tema do cuidado de si remetendo-o e referenciando-o, desde o mundo greco-romano, à vertente da ética enquanto prática individual da liberdade. Conforme o filósofo (1984, p. 268), “... para se conduzir bem, para praticar adequadamente a liberdade, era necessário se ocupar de si mesmo, cuidar de si ...”. O conduzir-se é a maneira pela qual o sujeito se apropria do código moral (externo e limitante), referindo-os a sua própria moral, seu conjunto de valores (interno e desejoso) e construindo seu caminho na condução de si mesmo. Experiência nada fácil para qualquer pessoa e principalmente para aquelas que estão submetidas às situações de vulneração, acarretando, de uma forma mais potente, a uma confusão no modo de sujeição frente às regras impostas e a forma de se relacionar com elas - as pessoas em situação de rua. Faz-se a prática da obediência ou da resistência, do respeito ou da negligência? Aqui se aplicam os referenciais da BP que através da autonomia, busca encontrar a maneira pela qual essas pessoas se relacionam com as regras e princípios, em seus modos de sujeição, na investigação do seu desejo, transformando-se a si mesmas em um sujeito moral de sua conduta. É um jogo de forças do eu para consigo mesmo. Candiotta (2010, p. 162) traz clareza para esta situação ao dizer:

O difícil trabalho ético consiste em reconhecer, de um lado, a recorrência dos desejos e das ambições pessoais; de outro, a possibilidade de contracondutas constituídas pelas práticas de liberdade que limitam tais desejos e ambições. O cuidado de si evoca a luta agonística e incessante, o embate travado no próprio indivíduo, o inconformismo diante das tendências egoístas e hedonistas.

Os processos de resistência atuam nas diferentes formas de poder e numa relação estreita com a liberdade do sujeito. Só aquele que se sente livre e se potencializa nas interlocuções consigo mesmo consegue viver em sociedade, comungando as relações de poder

existentes com as formas de resistência pertinentes para a constituição do sujeito (FOUCAULT, 1984).

Em todas as relações humanas há uma relação de poder, mas nem sempre há uma relação de dominação. As relações de poder estão diretamente ligadas à liberdade e são circulares, no sentido do movimento sendo que as relações de dominação acontecem quando as relações de poder se cristalizam, se bloqueiam. Só haverá relação de dominação se os sujeitos não tiverem cuidado consigo mesmo no sentido de serem reféns da escravidão dos seus desejos. Como nos diz Foucault (1984, p. 272):

Mas se você se cuida adequadamente, ou seja, se sabe ontologicamente o que você é, se também sabe do que é capaz, se sabe o que é para você ser cidadão em uma cidade, ser um dono da casa em um *oikos*, se você sabe quais são as coisas que deve duvidar e aquelas das quais não deve duvidar, se sabe o que é conveniente esperar e quais são as coisas, pelo contrário, que devem ser para você completamente indiferentes... pois bem, você não pode a partir deste momento abusar do seu poder sobre os outros.

Sendo assim, cuidar de si é cuidar do outro numa ligação estreita com o poder e suas relações, isto é, “a relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro” (Foucault, 1984, p. 276). As relações de poder são como jogos estratégicos entre liberdades onde as pessoas determinam as condutas dos outros e esses respondem ou não. O cuidado de si, problematizado e pensado por Foucault (2009), baseia-se, no sentido da biopolítica, na emergência da vida como objeto e cálculo do poder e nos cuidados atribuídos a ela, mas há uma relação de submissão dessa vida à administração e ao controle de um biopoder que perpassa por sociedades disciplinares, pensadas por Foucault a partir da Modernidade, no século XVIII, onde a vigilância era predominante nas relações de cuidado. Hoje, na sociedade contemporânea, busca-se relações de controle passando por estratégias de cuidado menos vigiadas, mas ainda normatizadas, para a organização da emergência da vida. É a mudança de uma situação disciplinar entre muros para uma situação normatizadora, extra muros (FOUCAULT, 1999). A intenção de Foucault (1999) é sinalizar que as relações de poder têm um cunho não repressivo, que traz uma intencionalidade dessas relações na construção de subjetividades. Esse é o olhar renovador para se trabalhar com pessoas, grupos e instituições que se apresentam em situações de vulnerabilidade.

Figueiredo (2009), em seu artigo *As diversas faces do cuidar: considerações sobre a clínica e a cultura*, fala do cuidado na ótica da ética como uma experiência ética de *dar*

sentido à vida, fazendo cortes e costuras (separação e ligação) nas relações de integração que estabelece diante dos acontecimentos da vida, entendendo as condições de sujeito falho que todo o ser humano tem e que é uma ameaça contínua ao sem sentido na vida das pessoas.

Figueiredo (2009) continua dizendo que, o sujeito se sustenta e se contém a partir das relações com o outro, sendo esse uma outra pessoa, um ambiente, uma instituição, que exercem uma função de *intersubjetividade transubjetiva*. São funções de *acolher, hospedar, agasalhar, alimentar*, “... ao longo de toda a nossa existência só vivemos bem quando podemos contar com algo ou alguém capaz de exercer estas tarefas transubjetivas, mesmo que já percebamos que há uma diferença e uma separação entre nós e este outro” (p. 125). A função da sustentação garante a continuidade e a função da continência proporciona as experiências de transformação.

O ser humano precisa experimentar as situações de *continuidade* para se sentir existente no mundo, tanto física como psiquicamente. Isso se dá ao longo da vida, mas não é definitiva, precisa ser construída e reconstruída e conta com agentes cuidadores que oferecem essa sustentação para o sujeito, podendo ser a família, grupos, instituições, objetos e o próprio sujeito. As experiências de transformação também são construídas a partir do outro nas relações de continência, isto é, situações que proporcionam abranger, incluir ou envolver as dificuldades de crescimento do sujeito, tornando-as reconhecíveis, interpretáveis e toleráveis, como, por exemplo, os filmes e as obras literárias têm o papel de ser o espelho das inquietações do sujeito e o agente transformador delas. São esses objetos de continência que os sujeitos “sonham” e buscam resolver os conteúdos, por vezes inconscientes, dos conflitos que são projetados para dentro deles. Também grupo, instituições e pessoas podem desenvolver esse cuidado ao outro (FIGUEIREDO, 2009).

Como para tudo na vida há de se ter um equilíbrio ou a busca dele, os excessos são os grandes males da humanidade. Nas relações intersubjetivas há de se ter um domínio nos excessos do cuidado que pode ser limitador da ação do sujeito, gerando uma dependência diante da aprovação do outro, num estado de alienação. Faz-se necessário saber cuidar, desenvolvendo no sujeito, a autonomia de pensar e agir. Figueiredo (2009) utiliza o termo *presença reservada* para falar de que é importante no cuidado ao outro um ausentar-se, ou um distanciamento atento, uma não situação de colagem nessa relação. Nesse distanciamento, o cuidador convoca o sujeito à ação que encontra um espaço de mostrar as suas potencialidades e assim, o caminho para a segurança em si próprio se faz presente. Sendo assim, não é possível vislumbrar a implicação pura no cuidado ao outro. Faz-se necessário o equilíbrio

entre presença implicada e presença reservada, termos utilizados pelo autor acima. Nas relações com o outro é que se pode dosar o equilíbrio das atitudes no cuidado consigo mesmo. A partir de um distanciamento entre o sujeito e o objeto é que se torna possível uma ação adequada em vez de uma reação precipitada que ocorreria nas relações “coladas” (FIGUEIREDO, 2009).

É possível pensar em singularidade na experiência do sujeito morador de rua tal qual os modos de subjetivação trabalhados por Foucault, numa condição de extrema vulnerabilidade e sofrendo de vulnerações no seu dia-a-dia? A constituição desse sujeito, nessas condições, é tomada de um grau elevado de confrontos, embates nos jogos de verdade, para representar a sua singularidade na forma de lidar com os códigos sociais e morais instituídos (FOUCAULT, 1990). A sua representação enquanto sujeito se faz num espaço público permanente, numa situação coletiva ou isolada, numa itinerância para encontrar sua sobrevivência sem se situar em lugar nenhum. Apontar sua singularidade nos modos de subjetivação é, por algumas vezes, trazer a marca da subversão, pois legitima o espaço e a tensão da diferença tão evidentes em seus modos de vida, mas é também utilizar a sua fala, o seu olhar e os seus desejos como um lugar de singularização.

Se a singularidade nos modos de subjetivação é uma produção de sentidos frente ao social, quais os sentidos produzidos na rua?

2.5 Da sobrevivência – “vida nua” – ao espaço da criação

As pessoas em situação de rua, na sua luta diária, saem em busca de sua sobrevivência. O sentido da palavra sobrevivência, no dicionário online de Português (www.dicio.com.br), diz respeito a tais palavras: *supervivência*, que é o ato de continuar a existir; *persistência*, *continuação*, *duração*, *conservação*, *permanência*, dando sentido de continuidade e persistência; e *sustento e subsistência*, no sentido de manutenção.

Sair em busca de sua sobrevivência. Esse é o lema das pessoas em situação de rua. Cada dia é uma sobrevivência. A continuidade, para eles, dura 24 horas e no dia seguinte é a mesma luta. Que luta é essa? É o confronto permanente para driblar as vulnerações que os afetam, como por exemplo a fome, as condições climáticas que os atingem diretamente, dormir

no papelão e na sujeira, o medo, a violência, as doenças, o uso abusivo de álcool e drogas, a discriminação, a exclusão, a solidão (SOTERO, 2011).

Vida “nula” ou vida “nua”?

De vida “nula” a vida “nua”. De uma total destituição de si mesmo, um ser sem valor, para a total descaracterização de si mesmo, a desproteção, estar entregue a. É a mesma coisa? Vida nua no sentido de *estar entregue a*. O sujeito não tem poder sobre sua própria vida, há uma subjugação ao outro numa relação de dominação. Há um poder soberano que se equivale a um poder sagrado (ARÁN & PEIXOTO, 2007). Um ser sem valor é um ser desprotegido em suas experiências, é um ser que está fragilizado para encontrar forças para lutar por ele mesmo, para dizer ao que veio, e o que espera para o seu futuro.

Kottow (2003, p. 72) aponta que sujeitos vulnerados são seres destituídos e estão mais predispostos a sofrer danos. “A destituição alimenta a impotência e a perda da capacidade, criando muitas vezes obstáculos insuperáveis ao florescimento humano mesmo mínimo”.

Agamben (2004) traz essa questão bem de perto, reportando para uma reflexão na atualidade quando fala da noção de sagrado (*sacer*), descrevendo que a sacralidade captura a vida na esfera do “*matável e do insacrificável*”. É o poder do soberano que sujeita a vida com um poder de morte. É a vida nua. Aqui Agamben (2004) utiliza a metáfora do *homo sacer* que é uma figura arcaica do direito romano que designa que aquele que foi julgado e condenado por um delito não podia ser sacrificado e quem o matasse não podia ser condenado por homicídio. É o incluído pela exclusão, pois é expulso do grupo social, mas ficando ao domínio do poder sagrado. É a impunidade da morte e o veto do sacrifício. É a sujeição da vida a um poder de morte.

A vida “nua” está na normalização do estado de exceção, como aponta Agamben (2004), que torna regra o estado em que o direito é suspenso em nome de sua manutenção. É a aproximação da vida desqualificada onde, politicamente, as pessoas não são reconhecidas como sujeitos, compondo o grupo dos seres vivos no entendimento da vida como *zoé* – termo grego que exprime a vida comum de todos os seres. A negação dos direitos que legitimizam o cidadão é um exemplo dessa situação, pela utilização de estereótipos que cristalizam as várias formas de vida que um sujeito pode se apropriar em contextos determinados, tais como, mendigo, cachaceiro, preguiçoso, formas essas que denominam os moradores de rua. Essa lógica nega um estado democrático de direito e reforça atitudes soberanas. Essas atitudes demonstram a incapacidade governamental de cumprir com as regras pré-estabelecidas, colocando o sujeito numa condição limitante e de total nudez. Normalmente o estado de

exceção tem uma função transitória para responder uma situação de emergência. O que é percebido que na vida nua o estado de exceção é permanente (AGAMBEN, 2004).

Em seu estudo Agamben (2004) vem mostrar que o poder soberano no Ocidente se estabelece na simetria entre o poder soberano e a vida politicamente desqualificada, isto é, entre a soberania do estado de exceção e o indivíduo que é tomado apenas como vida natural sem *bios* – termo grego que indica a vida própria de um indivíduo ou comunidade. É o retrato do *homo sacer*: o desamparo.

E, assim, os moradores de rua vão se “acostumando” com essa forma de viver, num estado de exceção, despojados de seus direitos, numa vida nua, à mercê de um poder soberano, na negação da cidadania e na valorização da vida como *zoé* (vida biológica).

Agamben (2004) aponta que, na atualidade, existem situações que constituam o estado de exceção como regra: as instituições totais, as favelas como abates de seres humanos, os cárceres privados e acrescenta-se aqui, as pessoas que vivem nas ruas.

A PSR, como vive um dia como único sem a perspectiva de um futuro e sem vínculos estabelecidos, numa vida nua, podem a qualquer momento serem descartados sem que se cometa delito algum, nas situações camufladas, sem responsabilidade de ninguém. É o poder soberano da atualidade que reforça a figura do *homo sacer* (AGAMBEN, 2004).

Atualmente, as relações políticas que se estabelecem, principalmente com grupos vulnerados, são da ordem do poder soberano que é o espaço da vida nua, cada vez mais construindo leis determinantes que se afastam da proposta da biopolítica de Foucault (2005): “fazer viver e deixar morrer”. Essa biopolítica se propõe à gestão da vida, ao controle da espécie (poder) e à sua eventual regulamentação e modificação pela sociedade, estimulando produção de subjetividade. É sair de um estágio anterior da gestão de uma vida anátomo-política fundamentada na disciplina dos corpos enquanto força útil e entrar nos processos naturais da vida humana que começam a ser levados em conta pelos mecanismos de poder e saber que tentam controlá-los e modificá-los. É a apropriação da vida e não da morte. É o deslocamento do poder soberano – o direito de *fazer* morrer ou *deixar* viver – para o direito de *fazer viver e deixar morrer*. Não se trata de uma substituição de direitos e sim um complemento. O segundo direito perpassa e penetra no primeiro, modificando-o (FOUCAULT, 2005).

A biopolítica, que Foucault (2008) traz como uma nova proposta de se pensar a vida humana enquanto espécie tem como consequência prática a instauração da norma, no sentido da regulamentação da vida. É através da norma que se consegue estabelecer uma disciplina do

corpo individual e uma regulamentação da multiplicidade biológica (biopolítica). Esses dois mecanismos de poder (disciplina e regulamentação) têm a função de “formatação e normalização dos indivíduos e das populações, uma espécie de ajustamento dos indivíduos às novas relações de produção então em pleno desenvolvimento” (DANNER, 2010, p. 156). Cabe ressaltar que Foucault (2008) destaca que a normalização, no enfoque da biopolítica, tem a função de organizar vidas que se estruturam desorganizadamente, às margens ou na contramão de um sistema da lei pelo viés da comparação. É a inclusão segundo determinados critérios que são construídos no interior e a partir de grupos sociais. A normalização se estabelece por um modelo construído em função de certo resultado, como o que é normal e anormal e depois sua operacionalização se dá pela conformidade das pessoas nesses modelos que se apresentam em diferentes distribuições de normalidades. É atribuir uma norma disciplinar para destacar o discurso da inclusão. Nesses parâmetros, a norma não é determinista e sim organizadora, mas se torna determinista quando exclui àqueles que não se conformam com a norma. Pode-se perceber que no cuidado com as pessoas em situação de rua, quando a norma é implantada nesse sentido, enquanto facilitadora da produção de subjetividade e não na imposição de uma lei, as respostas de comprometimento e cumplicidade nesse cuidado ofertado se fazem mais presentes.

O conceito de população se insere na biopolítica para dar conta de uma dimensão coletiva que, até então, não havia sido uma problemática no campo dos saberes. É o ingresso da vida (*bios*) na *pólis* (cidade). Inicia-se um olhar para as relações sociais como o lugar do poder e saber (FOUCAULT, 2008). A partir de então a população começa a ser considerada, não mais como uma coleção de sujeitos diferenciados, mas como “um conjunto de elementos que, de um lado, se inserem no regime geral dos seres vivos e, de outro lado, apresentam uma superfície de contato para transformações autoritárias, mas refletidas e calculadas” (FOUCAULT, 2008, p. 98). Os seres deixam de ser chamados de gênero humano e começam a ser chamados de espécie humana. É a inserção da condição biológica do ser humano e por outro lado é a inserção da população no público.

Da espécie ao público: temos aí todo um campo de novas realidades, novas realidades no sentido de que são, para os mecanismos de poder, os elementos pertinentes, o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir (FOUCAULT, 2008, p. 99).

Nessa relação da população com o público, no campo da realidade, vários fenômenos específicos se delineiam: as técnicas de poder e a partir de então, as relações com os objetos que constituem os saberes possíveis. Foucault (2008, p. 103) conclui que:

a temática do homem, através das ciências humanas que o analisam como ser vivo, indivíduo trabalhador, sujeito falante, deve ser compreendida a partir da emergência da população como correlato de poder e como objeto de saber.

Foucault (2005), a partir do olhar da vida enquanto espécie, começa a se perguntar *como* se dá a constituição do sujeito nas relações estabelecidas com o poder. Atribui que o poder deva ser visto como algo que funcione em rede, que atravesse todo o corpo social, desconstruindo o monopólio do poder ao Estado, mas atribuindo a ele essa relação. Dessa forma, Foucault lança a proposta de analisar o poder partindo-se de micropoderes que atravessam a estrutura social, se relacionando com a estrutura geral do Estado. É a desconstrução de um estado de soberania que se prevalecia nas ações do Estado. Se faz importante sinalizar que nessa leitura da estruturação de poder, para Foucault (1999a) ninguém e nada escapa desse mecanismo. O poder está em todo lugar. Ele penetra nos corpos dos sujeitos e na forma como se vive. Ele está nas relações que se configuram. Ele é luta, ele é enfrentamento. Ele é resistência.

O que é importante situar é como as pessoas em situação de rua se movimentam nessas relações de poder porque para Foucault (1999a) o poder não é uma coisa ou uma propriedade que pertença a alguém, mas *relações de poder*. É algo que se efetua, que se exerce, podendo-se entender como uma estratégia ou uma manobra. Esses sujeitos retratam uma outra alternativa de vida: a da sobrevivência. Nem é fazer viver, nem é fazer morrer, mas fazer sobreviver. É uma produção de sobrevivida. E como se dão esses enfrentamentos e lutas? Como se inserem a disciplina e a norma que, para Foucault (2008), são mecanismos de regulação de vida, para essas pessoas que sobrevivem no dia-a-dia?

As pessoas em situação de rua fazem o enfrentamento das relações de poder em suas vidas na rua pelos processos relacionais que acontecem nesse espaço, através da sua inserção enquanto sujeito na apropriação do território social, a partir da medida do seu sentimento de pertencimento na vida à qual se instalou. A articulação dos mecanismos e estratégias deste viver se estabelece pela interferência do que já está instalado em cada sujeito pelas experiências vividas e suas marcas simbólicas e pelos desenhos das configurações do contexto ambiental e social ao qual está inserido. Aqueles que percebem que podem driblar as dificuldades, mesmo sabendo das fragilidades presentes, fazem pela aproximação de pessoas que buscam o mesmo objetivo e conseguem organizar uma estrutura física e emocional, estabelecendo papéis funcionais dentro de uma estrutura de norma e disciplina. Essa

construção se dá por eles mesmos ou por colaboração de agentes que trabalham com o cuidado dessas pessoas.

O vínculo que estabelecem entre eles e entre aqueles que cuidam deles é fundamental e sustentável para desconstruir o peso da sobrevivência e possibilitar a abertura de um possível caminho de diferenciação em suas vidas.

2.6 Território, espaço e cidade – a rua e a produção de subjetividade.

Este subitem vem tratar da possibilidade de construção de subjetividade das pessoas em situação de rua numa cidade-metrópole, num território ou num espaço, na experiência da rua: lugares de sobrevivência para essas pessoas. Nesses lugares há vida. Qual a relação do sujeito que está na rua com a cidade, território e espaço que ele ocupa? Há produção de subjetividades diferentes?

Se há vida, conclui-se que há movimento numa relação do que é social, cultural e ambiental com as subjetividades produzidas por cada sujeito. E como pensar a rua, que é um espaço, num território, dentro de uma cidade, sendo lugar de produção de vida que vive ou de vida que sobrevive para as pessoas que ali moram ou ficam?

Para pensar nessas questões percorre-se pelos saberes e práticas da rua enquanto espaço de cuidado de saúde em seu sentido ampliado, é a *clínica da rua*, como aponta Souza e Macerata (2015, p. 14) nas relações com o território, com os espaços e com a cidade:

A preposição ‘de’ guarda então um triplo sentido para a relação entre clínica e território: estar no território; ser gerada pelo território; e ser para o território - cuidar do território, fazer do território vetor de cuidado.

O cuidado para a vida na rua está direcionado também para um olhar político mais ampliado, no sentido dessa vida ser atravessada pela *pólis* a qual pertence:

pois cuida de um território existencial da pólis; pois intervém nos modos de relação entre os territórios de vida que compõem a cidade; pois coloca na clínica dos serviços a possibilidade de construir políticas públicas; porque afirma como legítimo os modos de existência da rua, como uma produção da pólis, mas busca intervir no modo de relação da cidade com os sujeitos e com os territórios existenciais que os produzem (SOUZA & MACERATA, 2015, p. 14).

Os autores acima relacionam que a vida na rua faz relação com a *pólis* (cidade), enquanto um território existencial na pulsão de vida e nos modos de existir.

2.6.1 A rua e o território

Frequentemente a referência de território diz respeito a um espaço físico da natureza ou aquele construído pelo homem, um território geográfico que faz a delimitação para uma organização estrutural de poderes competentes ou a marcação de um ponto no mapa. Mas o que é importante investigar quando se fala de território na rua são as produções sociais, subjetivas e singulares que os sujeitos estabelecem, como é sinalizado por Guattari (1992), para que a vida pulse diante de situações de tantas vulnerações. Essas produções podem até ser impactantes pela diferença que representam, mas a significação dada é que faz construir uma possibilidade de cuidado (MACERATA, SOARES & RAMOS, 2014).

O território, na lógica de um espaço de existência e de vida e suas relações construídas, é apontado por Guattari (1992) como territórios existenciais. Esse território não é uma delimitação de um espaço físico onde (lugar) algo se dá, o que é muito frequente de se pensar. Ele se estabelece dinamicamente, como um movimento, nas relações que se constituem nele que está para além de algo objetivo, palpável. É o espaço da expressão e do sentido, sejam eles quais forem, numa dialética do que é instituído e do que é construído, numa relação processual e relacional. É um território formado pelas relações do sujeito com ele mesmo ou com o outro, assim, questionamentos, interferências, modificações, ressignificações acontecem nesse espaço vivo pela dinâmica das interrelações (GUATTARI, 1992).

Macerata, Soares e Ramos (2014) trazem que os territórios existenciais não são identificados por sujeitos que estão protagonizando as relações existentes, mas sim pelos processos dinâmicos que são protagonizados por esses sujeitos. A evidência se estabelece nas relações – movimentos – que são construídas entre as alteridades, que pode ser um sujeito, uma cultura, uma instituição ou um grupo:

os territórios existenciais são movimentos, expressividades que não pertencem a seus agentes, a quem protagoniza o ato de expressar. Pelo contrário, a expressividade que marca e forma esses territórios se constitui em relações, em dinâmicas de movimento sem sujeito. Não é o sujeito morador de rua que define seu ambiente de vida, por exemplo, mas é exatamente dessa expressividade que emergem os personagens e a cena, a partir dos seus movimentos, suas relações (p. 922).

Assim, percebe-se que as relações territoriais se configuram num contexto por meio de uma relação processual e não pelo espaço físico em si. Os moradores de rua exemplificam essa situação, pois a transitoriedade do estar num espaço é estabelecida pelas situações

territoriais existenciais marcadas pelas relações que se configuram nele. É importante conhecer os movimentos das alteridades subjetivas – sujeito, instituição, cultura ou grupo – que atravessam o território pelo qual esses sujeitos se relacionam. É a confirmação que o território tem vida e quais as relações possíveis que o sujeito potencializa. Assim, há uma interligação entre espaço e território. É nesse último, pelo que se configura nele, que os sujeitos podem modificar e/ou dominar o espaço físico e subjetivo que se deparam, dando-lhe alguma significação. O território é construído a partir dessas interligações em que os sujeitos são imprescindíveis na sua significação. O território é a humanização do espaço. Esse conhecimento – dos territórios existenciais – facilita as intervenções necessárias para se trabalhar o cuidado das pessoas em situação de rua, focando que há vida nesses espaços subjetivos (SOUZA & MACERATA, 2015).

Uma outra contribuição do conhecimento dos territórios existenciais é quanto ao papel do interventor nas realidades observadas. Esse não é um mero expectador. Sua relação com o território é de se comprometer nos processos evidenciados por meio do diálogo, da troca de saberes, das parcerias, da cumplicidade, num processo de transformação mútua entre o território e o interventor:

nossa intervenção altera não só o território existencial e a maneira como dele vão advir sujeitos e territórios, assim como transforma o agente da intervenção, já que este passa a compor tal território. Entrar em um território existencial já é modificá-lo fazendo parte dele, pois ele é esta expressividade sempre provisória que a tudo capta, sensível e determinante na constituição de seus personagens (MACERATA, SOARES & RAMOS, 2014, p. 923).

De forma mais contundente e numa fala inevitável, o processo de intervenção junto a PSR só se faz pela aproximação e aí há uma concordância com Macerata, Soares e Ramos (2014) de que se faz necessário habitar esse território existencial para cuidar dele. Habitação no sentido do engajamento, da relação afetiva que remete para além de um cuidado protocolar, num olhar para cada um, envolvidos no coletivo, de forma singular. É estar na rua, como território existencial e construir com essas pessoas uma ressignificação de sua vida no sentido de sua singularidade que terá a função de potência nas representações sociais.

Numa vertente de apoio, o território deve ser considerado, principalmente nas instâncias da saúde, como um espaço de redes sociais que fortalecem o apoio e a convivência entre as pessoas que vivem num espaço coletivamente. É por esse viés que a saúde inicia o desenho das teias que se constroem nas relações sociais para responder a um cuidado ampliado para um indivíduo ou uma população. A partir desse olhar é que se dá notoriedade às situações de vulnerabilidade que se encontram nos territórios e a discussão da ferramenta

mais potente para possibilitar o acesso dos sujeitos e populações vulneráveis aos espaços de cuidado à saúde (MACERATA, SOARES & RAMOS, 2014).

2.6.2 A rua e o espaço

A Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008, p. 4) destaca a relação entre rua e espaço:

Ao mesmo tempo, a rua não deve ser vista somente como lugar de circulação entre espaços privados, uma espécie de limbo entre situações reconhecidas, mas como espaço em si, tão abarcador e produtor de realidades como qualquer outro. Estar na rua é ocupá-la, não como violação do espaço limpo e vazio. É preciso desconstruir a bipolaridade ontológica entre normal e anormal colocada para as pessoas em situação de rua, considerando a produção e reprodução de identidades sociais...

Assim, a rua é um espaço produtor de realidades, um espaço dinâmico na construção de relações, em função das subjetividades despontadas pela circulação do sujeito enquanto nomeador de seu desejo na esfera singular e social (SOUZA & MACERATA, 2015). Dessa forma, escolher a rua como um espaço de construção de uma vida – escolha última de reconstrução – é escolher a prática do viver, porque esse espaço não é um lugar estático, é um espaço de mobilidade, é um espaço de narrativas singulares. Bedran e Dantas (2017, p. 97) apontam que “é que apesar de o morador de rua estar cerceado e restrito a apenas determinados espaços, este os ressignifica a partir de sua presença e de sua prática”. As pessoas em situação de rua não estão num lugar. Elas estão num espaço de vida (SOUZA & MACERATA, 2015). E é por isso, que os valores da sociedade são confrontados, pois há ali pessoas que sentem, pensam, agem e sofrem, mas em condições de invisibilidade, exclusão e vulnerabilidade.

A vida na rua tem uma especificidade de um tempo diferenciado, baseado no aqui e agora e na transitoriedade do estar, tanto físico quanto relacional. Por várias situações de violência, ou de encontrar lugares mais adequados, ou uma oportunidade de trabalho as pessoas vão se deslocando dos espaços que ficavam e assim, também desfazendo vínculos relacionais construídos. Tudo é provisório na rua, até a própria vida. E aí eles vão se acostumando a não terem nada. E a cada novo espaço, há a construção do território existencial, num processo relacional incessante e, por vezes, desgastante que gera no sujeito um olhar minimizado para si próprio (SOUZA & MACERATA, 2015).

As relações que as pessoas em situação de rua têm no espaço urbano despontam para uma subversão dos modelos hegemônicos de uma sociedade “arrumada” nos padrões da composição de um domicílio, de um núcleo familiar, de um trabalho, de uma produção pelo consumismo e da prevalência do uso privado dos serviços. As pessoas em situação de rua vêm romper com todas essas situações e estabelecem novas relações com esse espaço urbano, baseando-se numa mobilidade permanente, numa relação temporal restrita no aqui e agora e em formações familiares díspares, no vínculo com aquele que, naquele momento, está ao seu lado (PALOMBINI, 2015).

O espaço tem uma significação em uma organização. Há relações simbólicas e funcionais ali estabelecidas. Percebe-se que alguns moradores de rua que se agrupam, fazem do lugar que estão um espaço de construção de vida. Se organizam, nas funções de cada um, para habitarem um espaço físico da rua com mais condições dignas de viverem – pelo menos se protegendo da violência, construindo seus códigos de condutas e desenvolvendo relações importantes de convivência (PALOMBINI, 2015). É nesse enfrentamento do estar num espaço - que não foi escolhido por eles e sim o que foi possível se fixar, mesmo que de forma efêmera - que vai se configurando um ser num território de vida.

O espaço da rua se assemelha ao espaço da casa. As pessoas em situação de rua buscam um espaço na rua focando na facilidade de suprirem suas necessidades básicas, como o uso de um lugar mais privado na função de um banheiro, proteção da chuva e um espaço de visibilidade onde circulam pessoas que possam oferecer alimentação e trabalho (renda) (PALOMBINI, 2015).

As políticas públicas, com seu olhar hegemônico, percebem que aqueles que ocupam o espaço da rua estão na condição de exclusão social, pois apresentam uma organização nesse espaço de uma forma muito diferenciada daquelas instituídas socialmente (PALOMBINI, 2015).

No espaço da rua os determinantes sociais (a família, o território, a rede de apoio com que se conta) que são importantes no desenho do cuidado em saúde, principalmente na lógica da Atenção Primária, estão em evidência total na vida das pessoas que vivem nela e se tornam o aspecto mais sinalizado para se pensar em instrumentos de cuidado para elas. É importante sinalizar que os aspectos singulares, presentes nessa relação, com os determinantes sociais são também importantes na definição do cuidado e devem ser valorizados e escutados pela fala de cada um ou de um grupo representativo (MACERATA, SOUZA & e RAMOS, 2014).

Na rua não há paredes que delimitam o que está dentro e o que está fora. É estar a céu aberto por todo o tempo. É ter que expor seus momentos de intimidade, tanto na condição fisiológica quanto sexual. É o espaço de todos e de ninguém. É o espaço de quem transita buscando um lugar definitivo provisoriamente, um lugar que aponta que o privado está no público (SOUSA & BECHLER, 2008).

A rua é um espaço público, mas não é livre. É repleto de imposições, regras que interferem naquele que ali vive e precisa sobreviver. Conforme Palombini (2015, p. 35) aponta, “o espaço não é um espaço puro, sem significado. Só o seria se não fossem levadas em conta as relações de acontecimentos que são determinadas por ele e o determinam, numa relação dialética”.

2.6.3 A rua e a cidade

A cidade é uma realidade constituída histórica e culturalmente, estabelecendo relações sociais, culturais e subjetivas das pessoas que nela vivem. A partir do século XIX, com a revolução urbana, “com a promessa de um liberalismo econômico capaz de abraçar a todos” (BEDRAN e DANTAS, 2017, p. 91), a pobreza foi afastada para a periferia, mas mesmo assim, não deixava de atravessar a cidade e movimentar a engrenagem dela, como aponta Bedran e Dantas (2017, p. 92): “Em pouco tempo, estas cidades tornaram-se capazes de concentrar aspectos antagônicos de forma simultânea: toda a sedução e repulsa nelas contidas, toda identidade e anonimato nelas permitidas e toda a riqueza e pobreza nelas vividas”. Nesse viés, cada sujeito é afetado e afeta as construções de uma vida social e política que se instaura na *pólis*, cidade-Estado, que é um modelo das antigas cidades gregas com características equivalentes a uma cidade, baseada numa organização de cidadãos livres que discutiam, elaboravam e legitimavam as leis para aquela cidade (TodaMateria, 2018). Esse modelo é a base do desenvolvimento do conceito de cidade tal qual conhecemos na atualidade: a funcionalidade da cidade nos mecanismos do poder estatal.

As ruas são as veias/vias de uma *pólis* (SOUZA & MACERATA, 2015). É por elas que se evidencia a dinâmica da cidade e é nelas que os moradores de rua encontram sua forma de viver. A saúde, com um olhar ampliado, busca estratégias de condução de um bom cuidado numa dimensão relacional com a *pólis*. Nesse sentido, as políticas públicas pensadas e

concretizadas numa *pólis* dizem respeito a uma representatividade de proteção daqueles que a habitam, função que perpassa nas políticas de assistência social e da saúde.

A rua como um espaço público é ocupada por um público que nela transita. Um lugar de passagem. O que se fixa nela são as construções que servem de moradia, comércio ou instalações de instituições culturais. E o morador de rua que, há muitos e muitos anos, se fixa nas ruas de uma cidade na lógica de uma moradia? São vidas e não edificações que movimentam a rua, transformando a cidade nos seus enfoques, principalmente, políticos. São produções de vida numa cidade em que o público e o privado se misturam. Na Idade Média a vida dependia sempre de lideranças protetoras, estabelecendo uma vida em nada privada. Na sociedade Moderna a vida é privada, mas quando vivida nas ruas ela é privada sempre no público. Fica evidente que a divisão entre público e privado é quebrada na vida de pessoas que vivem na rua de uma cidade. Hoje em dia o público faz referência ao Estado, que administra a cidade, legitimando políticas públicas, aquelas que são para todos (SOUSA & BECHLER, 2008).

Sousa e Bechler (2008, p. 395) apontam que na modernidade a privatização ganha, cada vez mais espaço:

Ao mesmo tempo, há, na modernidade, uma privatização cada vez maior do espaço. A industrialização e a conseqüente relação de trabalho assalariado criam espaços de convivência em ambientes privados. Assim como os parques e praças, lugares de convívio, são substituídos ou ao menos concorrem com os cafés, as galerias, lugares de sociabilidade, mas também de consumo. O público se volta cada vez mais para o privado, que parece um lugar público.

Como pensar uma separação entre o público e o privado numa *pólis* que se organiza a partir de políticas públicas?

O que a cidade pode oferecer e quais as parcerias possíveis para o cuidado em saúde e na assistência social para as pessoas que têm a rua como espaço público potente de vida?

É em cidades-metrópoles que as pessoas em situação de rua se instalam. São cidades grandes, assim como o número cada vez maior dessas pessoas nas instalações das ruas da cidade. Há um grande ritmo nessas cidades. Sousa e Bechler (2008, p. 397) dizem que as cidades-metrópoles são:

um aglomerado de paradoxos, de tensões compartilhadas por quem a habita: é íntimo e coletivo; é tudo ao-mesmo-tempo, com tempos diferentes. A cidade é esse tipo de paisagem que não unifica, que não prescinde do ponto de vista, mas que pode, assim mesmo, ser dotada de sentidos estanques, imutáveis para cada um que habita nela, porque a cidade é carne, corpo de quem a habita, tantas em cada uma, condensadas, memoráveis, porque há uma porção de cidades que se delineiam pelos olhares múltiplos que lhe são lançados.

O cenário das ruas se modifica pelas mudanças sociais da cidade. Viver numa cidade hoje em dia, é estrangular mais os espaços públicos (jardins, parques) em função da delimitação do espaço privado em grades e muros (CALDEIRA, 2000).

Maria Teresa Caldeira, em seu livro *Cidade de muros* (2000), escreve sobre as modificações de uma cidade-metrópole (São Paulo) a partir da violência, do crime, estabelecendo as relações com a segregação e apontando uma alteração marcante na qualidade do espaço público e no significado da noção de público que caracterizou a emergência da vida moderna: “A ideia de sair para um passeio a pé, de passar naturalmente por estranhos, o ato de passear em meio a uma multidão de pessoas anônimas, que simboliza a experiência moderna da cidade, estão todos comprometidos numa cidade de muros” (p. 301).

Os modos de vida na rua têm as suas fragilidades no sentido do sentimento de exclusão e de não pertencimento, levando o sujeito a uma transitoriedade, dificultando na estabilização das relações veiculadas. Essa fragilidade faz uma relação direta com a dinâmica da cidade, do que nela acontece e proporciona uma tensão social em alto grau. Sendo assim, Souza & Macerata (2015, p. 14) trazem o olhar político para esse cuidado:

a rua como via da pólis amplia o sentido político desta clínica: pois cuida de um território existencial da pólis; pois intervém nos modos de relação entre os territórios de vida que compõem a cidade; porque afirma como legítimo os modos de existência da rua, como uma produção da pólis, mas busca intervir no modo de relação da cidade com os sujeitos e com os territórios existenciais que os produzem.

3 MÉTODO E POPULAÇÃO ESTUDADA

3.1 Desenho do estudo

O objeto em estudo, a vulneração e a exclusão social das pessoas que vivem em situação de rua e o impacto em suas subjetividades, é de natureza subjetiva e para tal foi escolhido o método de pesquisa qualitativa adequado para dar respostas às questões da pesquisa.

No contexto deste estudo é importante investigar situações que, por algumas vezes, não podem ser medidas quantitativamente, pois estão nos entremeios da singularidade do ser falante. É através da descrição, da sistematização, da interpretação, da compreensão das experiências vividas e/ou relatadas e do contexto social implicado que foram encontradas as respostas devidas para este estudo. Como diz Minayo (2013, p. 21) sobre a pesquisa qualitativa:

...ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos.

Os locais escolhidos para a realização deste estudo foram o Centro da cidade do Rio de Janeiro através das duas eCnaR, pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), e a zona sul através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Maria Lina de Castro Lima, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) que responde pelas ações de Assistência Social desta zona. No território da zona sul não contamos com eCnaR.

O Consultório na Rua (CnaR) é uma estratégia de Saúde, regulamentada pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) em 2011, que conta com equipes multiprofissionais no cuidado específico a PSR. O cuidado de saúde a essa população não se restringe apenas a essas equipes, entendendo que o SUS é responsável por toda população do seu território adscrito. Sendo assim, o CnaR são equipes de Atenção Básica (AB), exclusivamente dirigida

ao cuidado da PSR, com o objetivo primordial de ampliar o acesso dessas pessoas à rede de atenção no atendimento integral à saúde.

O CREAS é um equipamento público da Política de Assistência Social que oferece serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos como violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em Meio Aberto.

A opção dessas duas áreas da cidade do Rio de Janeiro para este estudo se deu pela concentração grande de moradores de rua nesses espaços, devido à movimentação econômica, o que faz circular ofertas de trabalho formal e informal e, apesar de serem zonas com o menor número populacional da cidade, há um vai e vem de pessoas que favorece as perspectivas de sobrevivência dessa população.

Pelo último censo demográfico do IBGE em 2010, a população do município do Rio de Janeiro é de 6.320.446 pessoas e a estimativa dessa população no ano de 2017 foi de 6.520.266. O número de pessoas em situação de rua não é contemplado nesse censo.

Numa pesquisa concluída em dezembro de 2016 pelo Observatório da Coordenadoria Técnica de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, acusou-se um quantitativo de 14.279 pessoas em situação de rua no município do Rio de Janeiro.

Segundo o Plano Municipal de Saúde do município do Rio de Janeiro de 2014-2017 (2013), a população da Área Programática (AP) da 1.0, que envolve os bairros do Centro da cidade, é de 294.919 e a população da AP da 2.1 que envolve os bairros da zona sul da cidade, é de 645.100. São áreas com o menor índice populacional da cidade, mas apresentam o maior índice de oferta de mercado de trabalho. Segundo um estudo do Painel Regional do Observatório SEBRAE/RJ (2015), há 76% de empregadores no Centro e na zona sul do município do Rio de Janeiro.

Os critérios de inclusão para este estudo de pesquisa foram: PSR a partir de 18 anos e que desenvolvam algum tipo de trabalho, formal ou informal. Foram excluídas pessoas com consumo abusivo de álcool e drogas e as que sofrem de transtorno psíquico grave, pois são situações que têm uma implicação na organização física e mental do sujeito, podendo trazer alteração para os resultados esperados.

Os instrumentos da pesquisa utilizados foram a observação participante e a entrevista aberta. A escolha desses instrumentos se deu pela compreensão de que seriam os mais adequados para contemplar a realização do estudo, dada complexidade do trabalho de campo.

A observação participante é o espaço vivo das contradições e inferências tanto para o pesquisador quanto para as pessoas que são o objeto de estudo. Segundo Minayo (2013, p. 71), “A observação participante ajuda, portanto, a vincular os fatos a suas representações e a desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo ou instituição observados”. Em qualquer pesquisa qualitativa, o instrumento da entrevista é valioso para se obter informações diretas no diálogo com as pessoas. Ainda diz Minayo (2013, p. 65) as entrevistas “tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia”. São dados mais subjetivos que fazem referência ao contexto histórico e social envolvido.

Ao se iniciar uma entrevista é fundamental que, anteriormente, o entrevistador tenha construído uma relação com o entrevistado de informalidade, de descontração do momento para apresentar os fundamentos da pesquisa como o objeto de estudo, os objetivos, a finalidade e firmar o compromisso da garantia do anonimato e finalizar, sinalizando a importância da participação daquela pessoa (MINAYO, 2013). Com as entrevistas abertas cria-se uma oportunidade de maior liberdade dos entrevistados fazerem uso do seu próprio discurso na relação singular com ele, mediante o objeto de estudo estabelecido pelo entrevistador e algumas perguntas norteadoras.

Neste estudo foi utilizado um roteiro de orientação (sabido mentalmente pelo entrevistador) para condução da entrevista que incluiu os seguintes itens a serem utilizados para atender aos seus objetivos:

- 1) Fale-me sobre você;
- 2) Fale-me sobre sua família;
- 3) Fale-me sobre sua vida até a chegada nas ruas;
- 4) Como é viver nas ruas? Dificuldades e facilidades;
- 5) Fale-me dos seus desejos;
- 6) Fale-me de como você se cuida;
- 7) Fale-me do que sabe fazer (trabalho);
- 8) Fale-me da ajuda que recebe do poder público;
- 9) Fale-me sobre suas perspectivas de vida.

Os dados coletados para este estudo foram realizados exclusivamente pela autora deste trabalho. A observação participante foi registrada em um diário de campo, que incluiu o registro do que foi visto e ouvido e também as percepções subjetivas do pesquisador. As anotações seguiram os seguintes itens:

- Data, horário, local, atividade experimentada e as pessoas participantes.
- Ações desenvolvidas pelo Consultório na Rua: o passo a passo de sua realização, a atitude das pessoas, os objetos e espaços utilizados, a proposta, a fala das pessoas envolvidas, os ruídos acontecidos, as avaliações surgidas, qualquer outro detalhe importante.
- Percepções da observadora: ideias, observações, atitudes e emoções.

As entrevistas foram registradas nos áudios gravados através de telefone celular durante sua realização.

3.2 A inserção no trabalho de campo

Para iniciar o trabalho de campo, a interlocução com as eCnaR do Centro e com o CREAS Maria Lina de Castro Lima se deu para o esclarecimento do estudo, incluindo o objeto da pesquisa, os objetivos, a metodologia e os resultados esperados.

A pesquisa foi iniciada no campo no dia 03 de agosto de 2017, no território do Centro da cidade e foi articulada com as eCnaR do Centro a participação da pesquisadora como observadora participante, nas ações nas ruas realizadas pelas equipes, tais como: grupo de roda de conversa com a população em situação de rua; consultas da equipe técnica na rua; ações de promoção e prevenção de saúde com uma temática pré-estabelecida e busca ativa de pacientes com doenças transmissíveis que interromperam o tratamento.

No campo da zona sul a entrada no território se deu no dia 31 de outubro de 2017, especificamente no grupo de moradores de rua que fica na Urca, em frente a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). No primeiro momento, a pesquisadora foi acompanhando o CREAS Maria Lina de Castro Lima numa visita na rua que tinha como objetivo dar continuidade aos cuidados com o grupo, escutando suas demandas para orientar, encaminhar e/ou resolvê-las, numa abordagem social. Os próximos encontros neste campo se sucederam sem a presença da equipe do CREAS devido a dificuldades de conciliar agendas e por já haver construído um bom vínculo com os moradores de rua foi percebido que estar naquele espaço, sem o acompanhamento de nenhum profissional da Assistência Social, não gerava nenhum tipo de risco. Foi observada a dinâmica do local, conversou-se informalmente com os moradores, o espaço de trabalho em equipe que desenvolvem foi visitado – estacionamento dos carros para a pesca – e as entrevistas foram realizadas.

3.3 Trabalho de campo

Com a utilização permanente de um diário de campo, técnica específica para registro dos dados do trabalho realizado, foi se registrando o que foi ouvido, visto, sentido e experimentado. Algumas anotações foram feitas no próprio espaço, outras logo após a experiência no campo.

Os dois territórios abrangidos nesta pesquisa têm características diferentes e a inserção da pesquisadora aconteceu por dispositivos de cuidado diferentes: pelo Centro da cidade com uma equipe de saúde e pelo grupo da Urca com uma equipe da assistência social.

No grupo do Centro teve-se a oportunidade de acompanhar o trabalho das eCnaR no território e perceber as várias ações realizadas e a adesão da PSR a esse cuidado. Este trabalho de campo, utilizando-se da observação e entrevista, aconteceu de 03/08/17 a 20/03/18, totalizando 10 encontros. A pesquisadora foi se inserindo nesse território através das ações das eCnaR. Uma das equipes desenvolve, quinzenalmente, um grupo de roda de conversa com as pessoas em situação de rua no Campo de Santana denominado “Papo na Rua”. Participou-se duas vezes desse encontro e os temas escolhidos e discutidos pelos próprios participantes foram o trabalho e o suicídio. A consulta na rua foi uma outra ação acompanhada, em um outro espaço do trabalho de campo, junto a uma das eCnaR do Centro da cidade. Profissionais técnicos e agentes sociais vão para a rua para atender as demandas de saúde encontradas e vincularem os usuários a continuidade do cuidado na Clínica da Família próxima ao território onde as pessoas ficam e/ou os encaminharem para os demais serviços públicos de acordo com a necessidade de cada um. Em outra situação acompanhou-se uma das eCnaR para busca ativa de pacientes que haviam interrompido o tratamento de saúde.

No grupo da Urca, devido a este trabalho de campo ter sido realizado sem acompanhamento da equipe do CREAS Maria Lina de Castro Lima, ficou centralizado na dinâmica do grupo em suas atividades diárias. Procurou-se estar, neste território, preferencialmente no horário da tarde para a noite, pois as pessoas estavam em maior número, e em outras situações peculiares, apontadas por elas: dia chuvoso e num final de semana. O trabalho de campo neste território se deu do dia 31/10/17 ao dia 31/03/18, totalizando 05 encontros que duraram, aproximadamente, 03 horas cada um.

Dessa forma, foi se conhecendo melhor os espaços que as pessoas em situação de rua ficavam e iniciando um vínculo com elas para observar, contextualizar e obter informações pertinentes para este estudo.

3.4 Análise dos dados

A partir dos registros no diário de campo, pela observação do contexto histórico, social e ambiental dos grupos e pessoas pesquisadas, suas falas e comportamentos, tanto no espaço do individual (entrevistas) quanto no grupal, buscou-se fazer uma análise dos dados pela compreensão do significado explícito e implícito de cada situação, fazendo uma leitura crítica das narrativas dos entrevistados.

As entrevistas foram transcritas na íntegra e ouvidas, por várias vezes, para proporcionar a visão do todo e das singularidades e se impregnar com seus conteúdos e temas mais relevantes. Essa etapa, segundo Minayo (2013) pode ser entendida como pré-análise. Inicialmente foi feita leitura e releitura dos material de campo para se ter noção do todo e as especificidades de cada um. Em seguida foram feitos recortes e colagens no texto para sua classificação. Num segundo momento, as falas foram classificadas em categorias, em função dos significados que surgiram, tendo em vista os objetivos do estudo. Foram construídas três categorias: chegada na rua, viver na rua e saída da rua.

De acordo com a apropriação dos territórios escolhidos em desenvolver esta pesquisa, com o objetivo de perceber e conhecer cada território e suas especificações, foi-se encontrando pessoas que poderiam participar do instrumento das entrevistas abertas, tendo como objeto de estudo a interferência da vulneração e da exclusão social das pessoas que vivem em situação de rua nas suas escolhas pessoais, no seu autocuidado e no sentimento de pertencimento à sociedade, fazendo o recorte desta investigação científica com as pessoas em situação de rua que trabalham.

3.5 Interpretação dos dados

A interpretação dos dados coletados, na pesquisa qualitativa, é o foco central da análise. É no sentido das falas e das ações, que está para além do que é dito ou mostrado, que é compreendido o fenômeno observado. Sua utilização acontece durante todo o processo de coleta de dados.

Minayo, em seu artigo *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade* (2012) aponta que, para se trabalhar fidedignamente na discussão da análise de um estudo científico é importante conhecer os termos estruturantes da pesquisa qualitativa que são utilizados usualmente. Os termos *compreender* e *interpretar* trazem a importância no foco da discussão da análise dos dados. Diz ela quanto à compreensão que:

Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro... Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Mas também é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere (p. 623).

E quanto à interpretação sinaliza que “Interpretar é um ato contínuo que sucede à compreensão e também está presente nela: toda compreensão guarda em si uma possibilidade de interpretação, isto é, de apropriação do que se compreende” (p. 623). Sendo assim, há uma ligação da interpretação com a compreensão, o que o inverso não é verdadeiro. Então, antes de interpretar os dados de uma pesquisa é preciso compreendê-la, priorizando os pressupostos apontados por Minayo.

O posicionamento do pesquisador durante todo o processo investigativo e, principalmente na leitura interpretativa dos dados da pesquisa, é de buscar uma relativa neutralidade no sentido de um não envolvimento quanto a julgamento de valor, emissão de ideias e sentimentos. É importante que o pesquisador tenha a consciência que seus valores podem fazer uma interferência no estudo realizado e assim, poder prevenir tal situação. A imparcialidade total é impossível, pois se faz necessário a construção de um ambiente acolhedor e descontraído e, sempre lembrando, que a pesquisa se dá com seres humanos, como aponta Taquette (2016, p. 526): “Nos estudos qualitativos a postura é diferente, pois não se concebe que existam pesquisas com neutralidade absoluta por se tratar de seres humanos”.

No termo estruturante da compreensão na pesquisa qualitativa, como apontou Minayo acima, é impossível manter uma neutralidade total, mas sim desenvolver a empatia, isto é, se colocar no lugar do outro, mas preservando a singularidade dele, à sua experiência que é diferente daquele que o compreende, pois não é possível ter acesso a experiência do outro. Na

compreensão da situação dada numa pesquisa qualitativa , a empatia é uma relação com a diferença do outro.

Após a descrição e a análise dos dados desta pesquisa, foi apresentada a interpretação desses dados, ou melhor dizendo, a discussão deles, numa contextualização histórica e social, buscando sempre um sentido que é pertinente à pesquisa qualitativa com seres humanos a partir das relações do sujeito com ele mesmo e com o ambiente em que está inserido.

O objeto de estudo desta pesquisa se adequa substancialmente, na abordagem hermenêutica-dialética para a discussão dos resultados encontrados, devido à importância, num estudo de pesquisa qualitativa, da relação intrínseca entre sujeito e objeto, num olhar de todas as nuances que fazem parte deste contexto, dando significado pelo sentido interpretativo do discurso e das coisas que vai além do que é visto, na direção da intencionalidade do uso do discurso e nas contradições e rupturas presentes (MINAYO, 2013).

3.6 Aspectos éticos

Este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, com o número do Parecer 2.100.260 e o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 68828617.1.0000.5279 em 05/06/2017.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (apêndice B) foi assinado pelos entrevistados após sua leitura em conjunto e cada um deles ficou com uma cópia assinada pela entrevistadora e pelo entrevistado. Quanto aos riscos possíveis nesta pesquisa considera-se que os mesmos são mínimos, como a identificação nominal das falas dos entrevistados que foi evitada pela preservação do anonimato dessas pessoas através da identificação das falas por símbolo. As entrevistas foram realizadas somente com as pessoas que não apresentaram nenhum constrangimento para falar da temática e de suas vidas. Este material será incinerado após 05 anos de sua realização.

4 RESULTADOS

Em decorrência da observação qualificada e participativa no campo referenciado para este estudo, como acima apontado, e das entrevistas com as pessoas em situação de rua, foram obtidos os resultados a seguir que atende aos objetivos delimitados. Com os resultados iniciou-se o desenho de uma proposta para acolher e cuidar das pessoas que se encontram na condição de estarem em situação de rua, num olhar mais subjetivo e humano, valorizando as experiências e falas dessas pessoas.

No acompanhamento das eCnaR do Centro da cidade, na participação de uma atividade que elas fazem quinzenalmente com as pessoas em situação de rua – Papo de Rua –, com o propósito de conversarem sobre um tema escolhido pelos participantes e com o desdobramento de informações, reflexões e encaminhamentos demandados, foi observado, em um dos encontros, que a maioria dos participantes estavam arrumados e com mochila, o que indicava que estavam em busca de algo: um trabalho, uma solução de uma situação pendente. Não estavam parados em busca do nada. A receptividade ao trabalho da eCnaR foi boa. As questões discutidas se referiram a situações de discriminação, desvalorização e dificuldade de acesso das pessoas em situação de rua a uma vida digna e justa através do trabalho. Eles estavam falando da realidade vivida por eles e das dificuldades encontradas. Muitos apresentaram um discurso articulado, crítico e com emoção. Apesar de apresentarem uma fala com um saber articulado, foi percebido uma desesperança na possibilidade de mudança do lugar que ocupam na sociedade, gerando uma baixa de autoestima. Foram 12 os participantes nesse dia. Para concluir o trabalho, os profissionais da eCnaR deram orientações quanto ao acesso ao mercado de trabalho, envolvendo a regularização de documentação. O próximo tema sugerido por eles foi moradia e habitação.

No próximo encontro do Papo na Rua participado, o tema discutido foi o suicídio. Percebeu-se que poucos participaram do encontro anterior relacionado, o que aponta para a sua transitoriedade no território, e com a continuidade do trabalho alterada. Porém, esse é possível de ser feito. Havia 02 mulheres participantes. Dar depoimentos sobre suicídio ou tentativa dele não foi fácil, principalmente em grupo, mas percebeu-se que eles falaram dos seus sofrimentos sem ressalvas. Falaram que a dor existencial é muito grande e, na maioria das vezes, para não estendê-la, tomam cachaça, mesmo sabendo que uma hora ela vai acabar e a dor vai voltar e a tristeza também. Tem uns que não aguentam essa dor e tentam o suicídio e

outros vão apostando na cachaça como a grande companheira. Uma pessoa disse que foi através do apoio de pessoas queridas e do tratamento que apostou na sua vida. Um deles disse que “no momento em que se deita no papelão e se cobre com o cobertor, vem a lágrima no rosto, que chega a doer”. É no encontro consigo mesmo que a dor intensifica.

Neste encontro havia mais diversidade de pessoas em situação de rua. Estavam mais agitados e alguns, pelo comportamento, indicavam que haviam consumido bebidas alcoólicas. Essa situação dificultou no manejo da dinâmica do grupo.

Na avaliação do encontro as pessoas disseram que o importante é focar no tratamento e lutar pelo o que se tem de direito. A psicóloga da eCnaR sinalizou o grupo terapêutico que realiza junto ao Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (CPRJ) como alternativa de cuidado para elas. Foi percebido que, mesmo ofertando um espaço de cuidado, elas não aderem. Como buscar essa adesão diante de tantas vulnerações que sofrem diariamente?

As ações de consultas na rua pelas eCnaR, caracterizam-se pela continuidade do cuidado e oferta desse na rua, buscando a vinculação dessas pessoas às Unidades de Atenção Primária com o objetivo de proporcionar o atendimento integral à saúde. Os usuários já sabiam os dias dessas consultas e já ficavam esperando. Fica evidente a dificuldade dessas pessoas irem a uma instituição pública, a qual são pertencentes, para buscar o que precisam. Nessa ação foram atendidas pessoas que trabalham pela redondeza e que ficam naquele espaço para o uso de álcool. Apesar do dia chuvoso e frio, elas estavam ali a espera da consulta no Campo de Santana. Algumas já eram conhecidas, pois passaram pelo grupo Papo na Rua e foi-se mantendo uma aproximação com elas. Nesse dia, algumas pessoas que se enquadravam no perfil da pesquisa foram conhecidas. Estabeleceu-se uma conversa com elas, falando da proposta do estudo e procurando saber onde elas ficavam para um retorno com o objetivo de entrevistá-las. Uma delas, um homem de 50 anos entregou um cartão de visita com os telefones de contato, sendo um de telefone fixo, o que surgiu uma curiosidade. Ele informou que o telefone é de uma senhora que o ajuda muito e confia nele, referenciando-o. Seu ofício é de eletricitista, bombeiro hidráulico e outros serviços.

O trabalho de campo tem a sua potência para o pesquisador, pois a coleta do material investigativo se dá no próprio cenário onde se produzem relações e construções de conhecimento, provocando-o a elaborar ideias frente ao que está experimentando. É o espaço vivo da produção de conhecimento.

O Campo de Santana é um parque onde transitam ou ficam pessoas. Fica entre a Central do Brasil e o Centro Comercial Saara, ligação entre o acesso do transporte de outros

bairros distantes e outros municípios para a grande zona comercial popular do Rio de Janeiro. Por ser um espaço grande, arejado e com muitas árvores, as pessoas em situação de rua ficam ali durante o dia e aquelas que são vendedores ambulantes também buscam nesse lugar de passagem pela possibilidade de uma boa venda. É comum vê-las dormindo nos bancos ou em grupos.

O bairro da Lapa também é um espaço em que as eCnaR fazem as abordagens e consultas na rua. É um lugar de construção de relações entre eles menos organizado. O perfil das pessoas que ali ficam é de usuários de droga e da prática da prostituição como forma de ganhar dinheiro, provavelmente por ser um espaço turístico. Foram encontradas pessoas LGBT. Seus comportamentos e vestimentas não tinham a preocupação com cuidados higiênicos.

Num outro território do Centro do Rio de Janeiro, a Central do Brasil que é a área de abrangência da outra eCnaR, participou-se com eles de um evento em função do mês Novembro Azul que tem a proposta de intensificar as ações de saúde para a população masculina. E num outro dia, a participação foi numa ação de visita à rua, com o objetivo de busca ativa de uma pessoa com suspeita de tuberculose.

A Central do Brasil é um espaço do Centro do Rio de Janeiro que concentra uma central de transportes públicos (ônibus e metrô) onde se encontram muitas pessoas em situação de rua, com muitas demandas de saúde. Elas ficam nesse espaço, pois têm a cobertura das paradas finais das linhas dos ônibus e calçadas largas, além de circular um grande número de pessoas onde podem conseguir algum dinheiro por venda de qualquer coisa ou pedindo aos transeuntes a subsistência diária. É um espaço barulhento, sombrio e ali elas moram, normalmente em grupos, criando seu lugar de sobrevivência. Há o compartilhamento de tudo ali, gerando alguns conflitos, como os objetos espalhados que se misturam. É percebido também que há nesse espaço uma certa proteção para elas, devido a grande circulação de motoristas e trocadores de ônibus, que acabam por serem solidários também com a condição delas pela proximidade da classe social ao qual estão submetidos.

O trabalho no campo com o grupo das pessoas em situação de rua na Urca apresentou características diferentes do território do Centro da cidade. É um grupo que construiu uma organização própria do espaço onde ficam. Há um líder que é chamado de “pai” que desenvolve um papel de referência para os outros moradores. Ele organiza a documentação de cada membro desse lugar numa pasta, a divisão das tarefas do espaço, faz as compras de alimentação junto com outros moradores (utilizam 02 triciclos), é responsável pela cotização

do dinheiro de cada membro para custear as despesas do espaço. Há disciplina, organização e higiene. Qualquer decisão sobre a organização do espaço tem que passar por essa pessoa e ele faz a discussão com os dispositivos da Prefeitura que intervêm no local. Além disso, ele estimula essas pessoas a buscarem seus direitos sociais e cuidados de saúde.

Todos que ali ficam ou moram trabalham como garimpeiros, catam latinha, pescam, tomam conta do estacionamento dos pescadores, fazem faxina, limpam canteiros, e fazem rodízio no trabalho da organização do espaço, como por exemplo, limpeza, comida, compras de alimentação ou manutenção. Eles recebem doações de comida, roupas ou outras necessidades dos estudantes e trabalhadores da Universidade e/ou dos moradores do bairro que conversam com eles para perceberem as suas necessidades. Essas pessoas utilizam o banheiro da Universidade e tomam banho no próprio espaço da rua com a água da Universidade. Fazem comida no local com fogão a lenha e há televisão para os momentos de lazer e interação entre elas. Não é tolerado o uso de outras drogas no local, a não ser a cachaça, que utilizam ao longo do dia, e cerveja na hora do almoço.

Foi escolhido estar com esse grupo no período da tarde e início da noite, pois na parte da manhã é quando eles estão nas atividades da organização do espaço que ocupam, alguns ficam fora para comprarem os mantimentos para a comida do dia e até da semana, enquanto outros fazem a comida e limpam o espaço. Assim como numa casa.

Cada dia que se visitava o território da Urca ficava claro que as pessoas que ali estavam tinham o “pai” como referência de liderança. Muitas vezes se referiam a ele, para perguntar, para oferecer, para decidir. Com certeza ele foi o primeiro do grupo a ser entrevistado. Buscou-se compreender que posição ele ocupava perante ele mesmo e aos outros nesse espaço. Ele está em situação de rua há 17 anos, mas naquele local ele está há 01 ano. Desenvolve o lugar de liderança do espaço com o objetivo de estimular as pessoas a buscarem suas vidas em família, pois acredita que a “vida na rua não é vida para ninguém”. Ele tem casa. Fica na rua porque diz que não consegue ficar em casa pensando nas outras pessoas na rua, principalmente quando chove. Então busca tornar aquele espaço da rua mais prazeroso e organizado. Todos trabalham e contribuem com uma cota de dinheiro para comprar alimentação e os materiais necessários. Cada um tem a sua atividade no local, que é rotativa.

Foi importante escutar algumas outras pessoas que vivem ali (também foram entrevistadas) e perceber que a organização e a disciplina geram uma segurança e proteção para aquelas pessoas. Mas, num contraponto, uma liderança centralizadora pode gerar uma

dependência e ausência de autonomia nas atitudes dessas pessoas. E aí tem alguns que se submetem e outros que subvertem.

Com a aproximação nesse território, o acolhimento se deu de forma satisfatória. Mesmo com a conclusão da entrevista, a conversa continuava e foi possível conhecer um pouco mais de suas histórias de vida e assim perceber o estado emocional que se encontravam: tristeza, desânimo, alegria, confraternização. Apesar de uma organização do espaço territorial, do compartilhamento de vidas, há algo que falta para essas pessoas e que causa uma grande ferida.

Durante este trabalho de campo, duas pessoas faleceram: uma por motivo de HIV e outra por cirrose. Levantou-se uma grande questão: diante de um grupo organizado e cuidadoso, o que aconteceu para que essas pessoas não se cuidassem? Sobre a pessoa que faleceu de HIV, o grupo não sabia que ela tinha esse diagnóstico e nem sabia se ela sabia. Foi sinalizado pelo “pai” que a equipe de Saúde da Família frequentemente vai ao território e orienta que alguns cuidados de saúde devem ser realizados na Clínica, mas que as pessoas não comparecem, apesar da insistência da equipe. A segunda pessoa que faleceu por cirrose trouxe a questão do uso abusivo e crônico do álcool. Ela fazia uso há muitos anos e estava, ultimamente, triste pela falta de carinho das filhas.

Percebeu-se que depois dessa última morte o grupo ficou mais esvaziado e mais triste. No último encontro do trabalho de campo poucas pessoas estavam morando lá. O que estaria acontecendo? O “pai” informou que algumas pessoas conseguiram um trabalho e outras foram para outro território, mas foi percebido que algo não podia ser dito, que diz respeito à fragilização dos cuidados à saúde e que algo não conseguiam falar que faz referência às falhas do ser humano.

A Urca é um bairro da zona sul da cidade do Rio de Janeiro que é 90% ocupado por residências e por muitas casas. Há pouco comércio no local. Quando chove não há proteção para as pessoas em situação de rua em marquises de estabelecimentos comerciais e em prédios, que são poucos e gradeados. Então elas compraram lonas grossas e grandes para colocarem na praça onde ficam, mas mesmo assim, quando a chuva é forte, é difícil de impedir que o local fique bem molhado. Para observar como isso se dava esteve-se no local num dia que chovia. Não era uma chuva torrencial, mas contínua. Estavam jogando cartas, vendo televisão, conversando ou dormindo.

Levando em consideração o objeto de estudo desta pesquisa, foram entrevistadas 13 pessoas em situação de rua individualmente, que tinham algum tipo de atividade remunerada,

utilizando a gravação em áudio de telefone celular. Em apêndice (A) encontra-se a síntese das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas na rua, com exceção de uma que aconteceu no pátio de uma instituição aberta. Todas foram expostas aos ruídos da rua como vento, chuva, helicóptero, carrinho de mão, animais, pessoas falando ao redor, o que gerou uma originalidade peculiar à temática do estudo e uma sensação de “estar dentro” para o entrevistador.

Vale ressaltar algumas especificidades das entrevistas que implicam na discussão dos resultados obtidos. No Centro da cidade foram 07 entrevistados (todos do sexo masculino) e na Urca (zona sul) foram 06 entrevistados (02 mulheres). A entrevista mais curta durou 09 minutos e a mais longa 49 minutos. A média do tempo de duração das entrevistas foi de 29 minutos. Elas foram realizadas no período de 26/10/17 a 20/03/18.

No Centro da cidade as entrevistas foram realizadas no Campo de Santana, na entrada da emergência do Hospital Municipal Souza Aguiar, na Central do Brasil e no pátio da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Na Urca todas foram realizadas na praça em frente à UNIRIO.

Ocorreram algumas dificuldades de encontrar as pessoas em situação de rua do Centro da cidade pois, por serem itinerantes e o bairro oferecer inúmeras possibilidades de trabalhos pontuais, além do fluxo intenso de pessoas que podem ofertar dinheiro, elas não ficavam constantemente no lugar que referenciavam. Com relação a uma delas, que não foi possível entrevistar, os contatos foram feitos várias vezes por telefone marcando o lugar e a entrevista não aconteceu porque houve desencontro por atraso no horário, por não comparecimento do entrevistado ou por não conciliação das agendas de compromisso (esse morador de rua trabalha como eletricista, bombeiro hidráulico e outros serviços).

Na Urca, não houve dificuldades de encontrar as pessoas, pois elas ficavam num espaço fixo e o melhor horário para elas falarem na entrevista foi no turno da tarde ou início da noite, após a realização de suas atividades. A única dificuldade foi quanto ao barulho dos próprios moradores de rua, pois conversavam entre si e algumas entrevistas foram interrompidas pelos próprios colegas. O barulho de helicóptero e os latidos dos próprios animais que cuidam também atrapalharam a audição das falas.

Todos os entrevistados se sentiram bastante à vontade para falar. Alguns demonstraram pressa para terminar, mas percebeu-se que era devido a não terem apropriação em falar de si mesmo e nem terem uma opinião crítica sobre a realidade que vivem.

Alguns entrevistados apresentaram um tom de voz baixo, um discurso não muito claro, o que pode estar revelando algo da singularidade de cada sujeito, mas também uma questão cultural, do grupo específico ao qual está inserido, onde a invisibilidade é pregnante, atingindo o que há de mais vivo num ser humano: a comunicação. Sugere, literalmente, não terem voz própria.

As pessoas em situação de rua entrevistadas estão identificadas, nesta pesquisa, pela sigla P, um número em seguida que indica a ordem das entrevistas realizadas. Ao lado a inicial do sexo e a idade. O objetivo dessa identificação é de garantir o anonimato das falas, mas identificar, para o leitor, duas características dos entrevistados importantes na análise dos dados.

Antes, porém, de apresentar as categorias para a análise dos dados, faz-se necessário expor alguns dados mais objetivos deste estudo que se assemelham aos resultados de pesquisas já realizadas com as pessoas em situação de rua num levantamento mais quantitativo e que permeiam a pesquisa em questão: dos entrevistados 84.6% são homens, a faixa etária prevalente na rua é de 31 a 60 anos (84.6%) e entre esses 45% tem acima de 50 anos.

No quadro abaixo podem ser visualizados os dados sociodemográficos dos entrevistados.

Quadro 1 – Dados sociodemográficos dos entrevistados e local das entrevistas

	Sexo	Idade	Tempo na rua	Escolaridade	Ocupação	Local da entrevista
P1	Masculino	50	2 anos e meio	2º grau	Carregador	Campo de Santana
P2	Masculino	36	10 anos	Analfabeto	Vendedor ambulante	Campo de Santana
P3	Masculino	45	11 anos	1º grau incompleto	Agente Redutor de Danos	Central
P4	Masculino	57	17 anos	2º grau	Estacionamento de carro, reciclagem, liderança do espaço onde fica	Urca
P5	Feminino	47	8 meses	1º grau incompleto	Faxina, cata latinha	Urca
P6	Masculino	49	3 meses	1º grau incompleto	Vendedor de doce	Hospital Municipal Souza Aguiar
P7	Masculino	57	12 anos	1º grau incompleto	Vendedor ambulante	Urca
P8	Masculino	23	20 anos	1º grau incompleto	Vendedor ambulante, engraxate, estacionamento de carro, cata latinha	Central
P9	Masculino	28	18 anos	1º grau incompleto	Engraxate	Urca
P10	Masculino	58	5 anos	2º grau	Vendedor ambulante	Central
P11	Masculino	57	8 meses	2º grau	Carregador de carroça de cachorro quente	Urca
P12	Feminino	41	01 mês	1º grau incompleto	Cata latinha	Urca
P13	Masculino	37	01 ano	2º grau	Educador Social	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Cruz, J.R. 2018.

Diante das falas mais pertinentes nas entrevistas e as observações destacáveis e analisadas no campo foram propostas 03 categorias para a sistematização dos resultados. São elas: chegada na rua; viver na rua e saída da rua.

4.1 Categoria 1: Chegada na Rua

Toda causa é importante para se entender a situação apresentada e assim buscar caminhos para pensar numa mudança de lugar daquela situação, se assim for desejada. Esta categoria é importante para situar a motivação das pessoas de estarem na rua e entender porque chegaram até ela e assim, começar a delinear possibilidades e perspectivas de mudança.

Os laços fragilizados ou rompidos com a família é a causa primeira que leva a pessoa para a rua. Os laços acabam sendo destroçados por situações ou opções de vida da pessoa que interferem na organização da estrutura familiar. O uso da droga enquanto dependência física e emocional é o grande vilão de uma vida familiar organizada.

Minha ex mulher falou na minha cara: eu nunca fui sua esposa, eu fui sua amante porque sua esposa é essa porra branca que tu bota no nariz. Eu sou sua amante, você é casado com a cocaína. Aí quando lembra da amante, aí vem pra casa. E ela..., isso sempre ficou na minha cabeça isso aí, desde que eu me separei dela, é mesmo. Quantas vezes, cara, eu deixei de curtir a companhia dela pra tá na rua... (...) Aí minha vida começou a descer ladeira abaixo quando eu me separei da minha segunda mulher porque aí eu entrei numa, numa fossa muito grande e aí comecei a beber, beber, beber pra esquecer e aí perdi o meu emprego. É, perdi a confiança dos familiares e aí fui perdendo tudo, tudo, tudo até terminar onde eu terminei. (P1/M50)

Os conflitos conjugais que acarretam uma separação entre o casal foi um outro fator apresentado que leva o homem a ir para a rua, pois quando sai de sua casa e não tem como custear um outro espaço para morar vai perambulando de casa em casa de familiares, mas não encontra o “seu lugar”. Sente-se um intruso. Busca a liberdade na rua.

Quem ficou na rua foi eu... E casa dos meus irmãos não vou. É chato eu... tentei ficar no meu irmão... na minha irmã... primeiro mês é bom, segundo mês... mas depois... *Num* é igual você tá na sua casa, você chegar... você andar até pelado... andar... *Num* é!... Tem horário pra deitar, às vezes você quer descansar até mais tarde... (P6/M49)

Temos um quantitativo pequeno de mulheres na rua. A mulher quando sofre violência doméstica quer ficar afastada do agressor e prefere largar tudo e, como última opção, busca a rua como o caminho para se preservar.

Vim pra rua por problema familiar... Porque..., eu ajudei a construir a casa do meu ex-marido, e ele entrou na Maria da Penha, que ele judiava de mim e dos meus filhos, então a Maria da Penha entrou em 2006. Estamos em/ tô mentindo? Ele me espancava muito. E ia... "Voltei, não fui preso". Aí chegou uma hora que chegou a Maria da Penha. Então, lá não podia viver que é 500 metros. Então o lote é da minha ex-sogra. Usucapião. O que vem de lá é usufruto da sogra. (P5/F47)

A violência doméstica é outro fator que leva as pessoas para a rua. Violência com os filhos, entre casais. Na fala abaixo esse motivo levou uma pessoa para as ruas desde criança:

É... eu vim pra rua com 8 anos de idade. Minha mãe começava a me bater... Aí foi onde eu conheci a rua. Conheci uma assistente social lá de Brasília que me ajudou... aí ganhei uma bolsa escola. A minha mãe pegava. Aí nas férias minha mãe me trouxe pro Rio de Janeiro contra a minha força de vontade... Quando a gente chegou no Rio de Janeiro, conheci meu pai, aí começaram a me bater de novo. Como eu já conhecia a rua, fiquei morando na rua e nunca mais vi ela. Aí nesses dias pra cá fui pra rua...(P2/M36)

A rua como um lugar de liberdade foi uma das causas apontadas para a pessoa buscá-la como opção de vida.

Foi tipoooo... um menino... menor *mermo* que queria tipo... conhecer o mundo. Ser livre. Mas jamais sabia que nele ia encontrar vários tipos de maldade. Entendeu, mano? Vários tipos de droga... Tá ligado? Que acabouou... vivendo ali naquele mundo ali, entendeu? Quando eu ainda era bem... criança, eu ainda vinha pra rua... Ia pra casa, tá ligado? Voltava. Isso que eu não conhecia nada! Mas depois que eu conheci... o mundo da droga... acabei... ficando... nesse mundo. Até hoje. (P9/M28)

(...) *Ihhh*, rapaz. Aí que é o grande problema. Vim pra rua, foi uma opção minha. Porque... como é que se diz?... Trabalhei 50 anos. Chega, né? Quer dizer, 50 não, ao todo são 58 anos. (Risos) Quer dizer, já chega. Não *tô* mais afim de continuar preso não. Agora fiquei mais na rua, mais liberdade mesmo... E pra poder ver se eu faço outras coisas que eu não fiz, nesse tempo todo preso, *né*? São 50 anos de oficina, é muita coisa, preso em oficina. (P10/M58)

Outra causa que vem sobressaindo nos últimos anos é a perda do trabalho ou do emprego que leva as pessoas a viverem na rua. Normalmente são pessoas, que pela idade, têm muitas dificuldades de se reinserirem no mercado de trabalho.

A... a... alternativa foi o seguinte, que... quando eu saí do emprego... eu arrumei um trabalho na praia. Entendeu? Porque eu não tinha... pela, pela, pela própria idade, né? A pessoa depois que passa dos 50 anos é difícil você arrumar um emprego de carteira assinada. Aí, o que foi que aconteceu? Pra mim foi melhor arrumar um emprego de tipo ambulante... trabalhar na praia. Entendeu? E aí assim eu fui conhecendo as pessoas aqui da rua, da da praça, de outras praças, daí parei... Passando por aqui eu conhecia essas pessoas que estão aqui, parei, fiz amizade... trabalhando perto deles, *né*? Na praia e na rua e... quer dizer aí, as vezes não dá pra ir pra casa, pelo horário. Pelo próprio cansaço e horário de término do trabalho aí fui dormir na praia, na praça aliás. Entendeu? (P11/M57)

4.2 Categoria 2: Viver na Rua

Nesta categoria as pessoas falam do cotidiano da vida na rua. Quais as situações de vulneração que interferem no seu dia-a-dia, como se organizam, com quem contam, quais são

as suas escolhas subjetivas, quais são as facilidades e dificuldades de estar na rua e o quanto isso interfere na escolha do caminho a percorrer.

Vai ser possível, por esta categoria, ter um olhar crítico quanto a proteção e autonomia dessas pessoas na rua e a implicação delas no caminho de saída da rua. É a delimitação do objetivo da pesquisa quanto aos impactos das vulnerações na subjetividade das pessoas em situação de rua.

A vulneração pela violência é muito presente no espaço da rua. Há roubos dos pertences por outras pessoas em situação de rua que não têm no trabalho a forma de conduzir sua vida. Há violência do poder público que quer retirá-los da rua. Há violência da sociedade civil que não sabe lidar com a diferença e a desigualdade social. Há o desrespeito ao sujeito.

Rouba meu dinheiro, rouba minha pipoca, rouba minha muleta... Rouba minhas roupas todas, aí às vezes eu tenho que andar com a roupa toda... porque só tem/... não é porque a gente dorme na rua que a gente é relaxado. Não relaxado. Como eu vou andar limpo? Eu quero... lançar umas *roupa*, botar roupa na mochila... e na hora de dormir uma pessoa vai e me rouba. Tem como eu andar limpo na rua?... Não tem como. Tem como eu andar com uma roupa só, que eu sei que ninguém vai roubar essa roupa que eu tô no corpo... (P2/M36)

Choque de Ordem. Vem polícia. Vem o caminhão da *columbia*. Aí parece que a gente é um ladrão. Mas a gente não *somos* ladrão. Vai subir no morro! Vai entrar na bala lá. Eles vêm aqui, com pau e tudo em cima da gente. A gente não *somos* ladrão não. Somos morador de rua. Somos humildes. Aqui a gente é uma família, um pelo ou/ *somos* ladrão não! (P5/F47)

Que foi suficiente pra mim, pra ser alvo de violência abusiva por autoridade policial, de violência física por pessoas que moram nos prédios onde a gente fica nas marquises. É... outros tipos de violência, que não físicas, que a gente faz sofrer no cotidiano porque a gente tá na rua. É... da diminuição do sujeito, do desrespeito ao sujeito. Parece que é... eu uso muito essa expressão. A gente é uma segunda categoria de ser humano. A gente não é da mesma categoria do ser humano que tem casa. E isso é uma experiência muito desagradável. (P13/M37)

As variações climáticas interferem na vida das pessoas em situação de rua pela falta de um abrigo que as protejam da chuva, do frio e do vento. As marquises dos prédios são o principal acolhimento do tempo chuvoso na rua. Ao ocuparem esses espaços nem sempre são bem acolhidos pelos moradores ou proprietários dos estabelecimentos, gerando conflitos e situações de desrespeito ao ser humano. Esta vulneração expõe essas pessoas a estarem literalmente afetadas pela falta de uma moradia.

...dificuldade tem. Que é quando chove... A maior dificuldade da população de rua é quando chove. Que acontece o que? Não tem um lugar pra ficar... porque a dificuldade da Urca, onde tã da rua, quando você *tá* no Centro ou em qualquer outro lugar, você tem marquise. Então, a dificuldade fica bem menos. Por causa de que? Você se abriga na marquise. Se abriga da chuva. Na Urca... não... existe... marquise... Por que? Na Urca não existe prédio com marquise. Quando existe marquise, todos eles são gradeados. Então, o que acontece? O pessoal tem que usar lona. Como eu comprei três *lona pra* poder trancar, abrigar eles. (P4/M56)

A maior companheira das pessoas em situação de rua é a cachaça. É uma oferta fácil e barata. Combate a falta de alimentação do momento e alivia as dores da alma, mas traz impedimentos de uma organização de vida. É uma vulneração potente na vida dessas pessoas.

O problema é a cachaça, que é uma droga barata, de fácil acesso. Qualquer 2, 3 reais você compra e com um efeito devastador na mente e na alma do ser humano. (P1/M50)

...eu não sabia disso, mas o álcool ele inibe apetite. E tem muita gente que bebe pra matar a fome. Não é porque é alcoólatra. É porque é mais barato comprar uma cachaça do que uma comida. E aí entre comprar a comida e a cachaça e daqui a pouco não vai estar sentindo fome mais... (P13/M37)

A falta da privacidade é um fator de vulneração muito presente na rua. É estar no público e no coletivo todo o tempo.

...porque isso não é vida pra ninguém, entendeu, você não ter nenhum canto seu, para ter um momento de privacidade, estar sempre no coletivo. (P1/M50)

Tudo é coletivo. As refeições são no coletivo, os quartos são no coletivo, os banheiros são no coletivo. Não existe o indivíduo e parece que a lógica é essa. Parece que é no coletivo. Chega um bonde, sai um bonde. (P13/M37)

A estigmatização das pessoas em situação de rua pela sociedade é uma vulneração que as afeta no sentimento de dignidade humana. Interfere na busca de possibilidades para sair do lugar em que se encontram. Faz uma relação direta com a exclusão social.

Pra mim a questão foi sempre como é que eu conseguiria tirar de mim esse estigma, de me sentir essa pessoa vulnerável, suja... é... menor. Menosprezado... que eu me tornei nesse pouco tempo que eu fiquei na rua. (P13/M37)

...você quando você entrega, você vai fazer uma entrevista de emprego, um currículo alguma coisa, quando você dá o endereço de um abrigo, um endereço da, de assistência social, assim que você vira as costas o cara joga o teu currículo fora, porque ele já, automaticamente ele já sabe que você mora na rua. E ninguém confia em morador de rua. (P1/M50)

A oferta de alimentação foi a facilidade mais sinalizada pelas pessoas em situação de rua nas entrevistas e, como consequência para alguns, a naturalização de estar na rua. A alimentação, pelo excesso e não pela falta, é uma vulneração que atinge essas pessoas, comprometendo sua autonomia e o caminho de saída das ruas.

Facilidade é comer. Na rua o teu sofrimento são outros. Comida é fácil. Boca de rango é o que não falta. (P1/M50)

Sobre alimentação você não precisa se preocupar. (P6/M49)

Chegou a época da minha... da minha mulher falou pra mim: " Ah, eu prefiro viver na rua porque a madame dá fralda, a madame... dá comida e aí... viver na rua é bem mais fácil... que não precisa fazer nada"... Então, a vida na rua não é... vida. É é... subterfúgio da vida. Então, aqueles que *ajuda* aqueles que vivem na rua *tá* ajudando a própria população... a continuar na rua... A verdade é essa. (P4/M56)

Outra vulneração que vem se destacando atualmente é a oferta de trabalho informal para as pessoas em situação de rua. São os trabalhos que não oferecem direitos trabalhistas, os famosos “bicos”. A instituição ou o ser pagante não se responsabiliza por qualquer risco possível na execução do trabalho e paga um valor muito inferior ao mercado de trabalho.

Aí as pessoas preferem contratar gente como mão de obra itinerante, trabalha 12 horas, sem direito nenhum pra ganhar uma mixaria no final do dia, que em meia hora você vai gastar no botequim. Porque fica, se o cara trabalha 12 horas, não tem vínculo, se se machucar fica por sua conta e risco, você não tem carteira assinada, não tem vínculo trabalhístico nenhum. Aí quer dizer, os caras só lembram da gente quando é pra esse tipo de serviço, pra fazer o serviço que ninguém quer fazer. Aí eles lembram da gente. (P1/M50)

4.3 Categoria 3: Saída da Rua

Esta última categoria diz respeito às possibilidades que as pessoas em situação de rua veem para sair da rua. É uma categoria importante, pois indica quais os caminhos na construção de políticas públicas para essa população. É valorizar que essa construção se faz a partir da escuta deles.

Foi prevalente na fala dos entrevistados que é através do trabalho (emprego formal ou emprego autônomo) que a pessoa pode sair das ruas. É ter a oportunidade de um trabalho para reorganizar suas vidas. Falaram que essa organização não se faz imediatamente após a conquista do trabalho. É preciso esperar alguns meses para a adaptação e a organização de um novo lugar na vida. É um novo olhar para si mesmo com responsabilidade para buscar um cantinho para ficar.

Mas a solução é sempre uma só: um trabalho, um pouco mais de responsabilidade, aprender a controlar, a se controlar, controlar seu dinheiro principalmente, a fazer bom uso dele, a ter uma, digo uma postura de responsabilidade, recuperar a tua autoestima que fica sempre muito lá embaixo, recuperar a tua vaidade que você vai perdendo, e nisso a gente vai tendo que reaprender na pista né e o meu medo é me conformar com essa situação. (...) Primeiro de tudo um trabalho. Trabalho por trabalho mesmo, carteira assinada, vale transporte, aquela coisa toda. (...) Eu quero um trabalho, eu quero poder chegar e alugar o meu barraco numa favela dessa da vida, ou um quartinho aqui no Centro e não ter mais que andar com a minha casa nas costas, igual um caramujo, um não dá, é isso que eu quero, quero é trabalho, quero alguém que me dê uma oportunidade de trabalhar, de mostrar a minha capacidade, de... agora eu também tenho que ter responsabilidade, eu também tenho que ter um controle porque não adianta se você trabalhar aí no primeiro pagamento falta 03 dias, não pode. Eu que tenho que primeiro me tratar depois arrumar um trabalho, mas esses são os objetivos. (P1/M50)

Lógico que começando a trabalhar, eu não vou sair daqui, lógico, no outro dia. Mas eu vou ter que... primeiro mês pra me organizar... Ainda vai ser mais um.... vai dar

pra ter mais uns mesinhos de luta ainda aí. Pra organizar, e depois de se organizar, aí sim. (P6/M49).

Para a pessoa em situação de rua o trabalho é a grande virada em suas vidas. É o resgate da dignidade e da cidadania.

A chave, Jane, é isso, é recolocar quem tá em condições de trabalhar, de ser recolocado no mercado de trabalho. Isso é o essencial, pra aumentar a nossa autoestima, pra gente se sentir gente de novo porque a autoestima de um morador de rua ela tá na sola do pé. Jane, passa uma mulher bonita pô na rua, se ela me olhar, eu olho pro chão porque eu não me acho em condições de olhar na cara de uma mulher bonita porque eu tô, eu tô sujo, eu tô mal vestido, eu tô com olheira, entendeu? Você sabe que não tem nada pra oferecer pra essa mulher porque nem um trabalho você tem, nem uma casa você tem, então isso vai, vai acabando com a tua autoestima. A partir do momento eu que você começa a trabalhar, a tua vaidade já volta, já começa a se vestir melhorzinho assim, já se arruma, já sai de casa sem mochila, com a barba feita. Aí você começa a se sentir gente de novo, você começa a saber que você pode ter uma vida normal, pode ter uma namorada, pode ter uma casa, pode ter uma família, pode ter um lazer de domingo, sadio, pegar o seu filho dá um rolê, almoçar com ele. Tudo isso arruma no estilo... Então o essencial pra qualquer ser humano é trabalho. (P1/M50)

Além da oportunidade de trabalho para a saída das ruas dessas pessoas, alguns relatos apontaram que as Políticas Públicas Municipais deveriam ter o compromisso de ações que privilegiassem a saída das pessoas que vivem na rua. As Unidades de Reinserção Social (URS) – os abrigos – dispositivo da SMASDH têm esse objetivo, mas os entrevistados apontam que essas instituições precisam ser melhoradas em suas condições de acolhimento, além de serem localizadas em bairros distantes dos locais da concentração de oferta do mercado de trabalho. Os abrigos estão localizados em áreas de risco e longe da zona comercial do Rio de Janeiro. Também foi sinalizado que os abrigos, como instituição de reinserção social, deveriam oferecer cursos profissionalizantes e estabelecer parcerias com instituições de trabalho para o encaminhamento das pessoas que assim desejarem trabalhar.

É melhorar as condições dos abrigos. Tirar os abrigos de área de risco... tinham que ter cursos profissionalizantes lá dentro pra quem pudesse encaminhar. Tinha que ter uma assistência psiquiátrica boa, tinha que ter tudo isso pra você separa o joio do trigo e saber quem realmente, tá, já tá muito tempo na rua e tá e se acostumou com isso para se ressocializar. E quem tá há pouco tempo, querendo voltar para o mercado de trabalho, arrumar uma oficina, alguma coisa, é parceria com empresas. E o governo dá tanta, dá tanta isenção fiscal aí pra qualquer coisa, não pode dá isenção fiscal para empresa que contrate morador de rua. É que aqui na rua tem pedreiro, tem pintor, tem eletricista. (P1/M50)

...porque eu não vejo que existe uma política de realmente ajudar quem está na rua a sair da rua. Existe sim o interesse de sumir com essa pessoa que está na rua. Então bota ele num abrigo lá em Antares, lá em Realengo, lá na Ilha do Governador, que ele fica escondido... (P13/M37)

O cuidado também foi apontado como uma das possibilidades da pessoa sair da rua, no sentido de um programa de tratamento de saúde para ela que está em tal situação. É o cuidado nas situações de dependência do uso abusivo de álcool e drogas e o cuidado da saúde mental, do empoderamento do sujeito. Ninguém consegue sair da rua sozinho. O acolhimento dessas pessoas é fundamental para a construção desse empoderamento e a possibilidade de buscar novos caminhos em suas vidas. É um olhar, um abraço que fortalece o sujeito e o referencia como um ser humano como outro qualquer. Essa atenção é a grande possibilidade do sujeito se sentir importante para si mesmo e para o outro.

Quem tá na rua precisa de cuidado. Quem tá na rua precisa de casa. Primeira coisa que eu acho que uma pessoa que tá na rua precisa é de um abraço. De um acolhimento real. De alguém que sente com essa pessoa igual a gente tá sentado aqui num final de tarde bonito e gostoso, pra ouvir o que essa pessoa tem a dizer. (...) Ou por ter aderido a um programa de tratamento que é... me salvou a vida. Eu devo a minha vida ao meu tratamento. E aí eu preciso sempre lembrar disso porque “eu tô vivo porque eu tô me tratando”. ...”E aí eu fico querendo que todo mundo que eu encontro na rua tenha essa mesma oportunidade que eu tive. De ter consciência de que eu sou muito mais do que as pessoas estão dizendo que eu sou. Que eu sou muito mais que um cracudo, eu sou muito mais que um drogado. Eu sou muito mais que um *viado* que foi posto pra fora de casa porque era *viado*. Eu sou muito mais que qualquer rótulo, que qualquer coisa que essas pessoas querem, que qualquer coisa que a sociedade queira me nomear. Mas eu sei disso. E eu entendo isso. (...) Mas graças a Deus eu tive a sorte de cruzar pelo caminho de pessoas que entenderam isso e que toparam me ajudar. Porque sozinho eu também não teria conseguido sair da rua. Ninguém consegue sair da rua sozinho assim. É muito difícil pra uma pessoa conseguir sair da rua por conta própria. E eu fico muito, muito, muito grato. De saber que... que... tem gente que ainda tá olhando pra gente. E falando: “não... tem muita gente aí que merece esse atendimento, merece esse acolhimento”. Muito obrigado. (P13/M37)

Nesta terceira categoria observou-se também o impacto das vulnerações na vida da PSR. É difícil para essas pessoas pensarem num futuro, pois o aqui e agora é muito presente. Quando foi pedido que falassem de uma perspectiva de futuro as fisionomias revelaram um leve estranhamento, como pensassem: como pensar num futuro se o meu presente é incerto? Ao serem indagadas sobre seus desejos foi mais difícil ainda. Houve alguns segundos de silêncio para responderem, pois falar de desejo envolve pensar em si mesmo e, na maioria das vezes que se propuseram a isso, a dor foi intensa e até insuportável que a cachaça vinha para minimizá-la. Foram momentos intensos e emocionantes.

5 DISCUSSÃO

A PSR é composta por pessoas que têm uma marca histórica, social e subjetiva forte em suas vidas. Analisar, compreender e interpretar seus comportamentos, suas atitudes, seus desejos, suas crenças e seus valores é estar em contato direto com as contradições, com os avessos, com o contraposto, com as emoções, com o compartilhamento e ao mesmo tempo com a solidão, com a tristeza e com a esperança, com a invisibilidade e a exclusão e com o desejo de ser gente como qualquer outro cidadão. É compreender o incompreensível e o inaceitável, é analisar nas entrelinhas da fala, do olhar e das atitudes, um sujeito desejante em sua singularidade, potente em suas habilidades e competências, mas sofrido, massacrado, o que o torna um lutador que precisa de ajuda na conquista dos seus objetivos de vida que, por muitas vezes, estão escondidos ou naturalizados diante da grande invisibilidade que se encontra enquanto um sujeito de direitos e digno moralmente.

Qual o sentido de vida para essas pessoas?

Só é possível fazer uma leitura da situação de vida dessas pessoas, compreendendo-as, quando se tem um olhar empático, que está para além da técnica especializada de um profissional, e que se constrói numa relação próxima a elas, na prática da vida delas (MINAYO, 2012).

Vida na rua. Cuidado na rua. Quais as relações possíveis de construção de subjetividade no território, no espaço e na cidade onde a rua é o lugar de vida para o sujeito que se encontra em situações de extrema vulnerabilidade e experimenta e é afetado pelas vulnerações dessa vida na rua?

A princípio, faz-se necessário perceber que a rua é um espaço e um território dinâmico, no sentido de produção de vida nas relações construídas com a sociedade e com o próprio sujeito. A experiência de viver na rua afeta os cuidados subjetivos em função do que sofrem, das vulnerações às quais são expostos. A *clínica da rua* apontada por Souza e Macerata (2015) se faz pertinente nesse olhar para essas pessoas. É estar no território, é estar no espaço e na cidade na qual elas vivem para conhecer (parcialmente) seus desejos, suas limitações, suas apostas, suas relações e poder produzir, junto com elas, vidas qualificadas na rua ou fora dela. Daí a importância de afirmar que o território do qual se está falando é o território existencial, termo que Guattari (1992) trata ao se referir às relações dinâmicas construídas processual e relacionalmente pelos sujeitos. São vidas em movimento na rua que

se desenham num espaço e numa cidade, produzindo sentido e expressões por aqueles que ali ficam ou moram.

Este estudo de pesquisa privilegia a discussão em torno das vulnerações experimentadas pelas pessoas que ficam em situação de rua. O território da rua é importante nessa discussão que foi iniciada pelas causas prevalentes dessas pessoas procurarem a rua como um lugar para viverem, sabendo das condições extremas de vulnerabilidades a que estarão submetidas.

De acordo com os relatos das pessoas entrevistadas e fazendo uma articulação com o referencial teórico deste trabalho, percebe-se que as causas que levam uma pessoa para as ruas é uma sequência de situações que se inicia por uma causa primária, gerando outras devido à falta do controle da primeira. A rua é a última tentativa da pessoa de dar seguimento à sua vida, diante das outras possibilidades que foram esgotadas de ficar no seio familiar.

Existem crianças que vivem na rua. Esse não é o foco deste estudo, mas foi apontado na fala dos entrevistados adultos que eles estão na rua desde criança por não terem tido no seio familiar o afeto, o cuidado e um vínculo que os fortalecessem na família. A pobreza induz as crianças a irem cedo para rua com a finalidade de trabalharem e ajudarem na subsistência da família, mas acabam ficando soltas e sentem uma liberdade das regras familiares e, se os laços familiares são fragilizados, elas acabam ficando na rua. E, assim, seguem nela até a fase adulta.

Em situações de vida em que a rua se faz presente desde a infância, esse espaço é convidativo pela oferta de informações e experiências que levam a uma liberdade para aquele ser imaturo de não ter que responder as regras impostas pelos responsáveis que, na maioria das vezes, tem o peso da violência. Não há, por parte da família, um atrativo que se resumiria em construção de laços afetivos, para marcar o lugar do sujeito no registro familiar. Sendo assim, a rua com as suas supostas vantagens para o ser em formação, vai amarrando-o em suas armadilhas que dificilmente, nessa etapa da vida é revertido. Então ele conhece, cedo demais, o que há de mais tenebroso na rua: o uso de drogas e o desacerto com as leis da justiça.

Ainda na questão do seio familiar, uma das causas prevalentes das pessoas irem viver nas ruas, é pelo rompimento ou pela fragilidade dos laços familiares. Algo, nessa trajetória familiar se desfez pelo excesso ou pela falta: dinheiro e bens à vontade e sem responsabilidade e limites; falta de cuidado, no sentido ampliado, pelos responsáveis; falta de diálogo entre pais e filhos; uso de substâncias psicoativas dentro da família, entre outras.

Essas situações podem acarretar o uso abusivo de drogas que vêm suprir um “buraco” existencial e a partir de então, vai-se perdendo a confiança dos familiares, perde-se emprego e a rua é o caminho. Escorel (1999, p. 104) fala dessa discussão: “A desagregação (ou não) daí oriunda depende dos limites de tolerância afetiva e de vulnerabilidade econômica que a unidade familiar pode suportar”.

A falta de condições mínimas de sobrevivência da família – o alimento, o teto, o trabalho, levando à miséria e à fome, geram situações de desgaste, possibilitando conflitos e violência intrafamiliar, fragilizando os vínculos familiares existentes (ESCOREL, 1999). Sendo assim, o uso das drogas e a violência são fatores que desestruturam a família, levando a rupturas irreparáveis. Por fim, a rua se torna o único caminho possível de estar em algum lugar, contando consigo mesmo sem estar incomodando o outro, na busca de uma liberdade. É uma ilusão?

O número de mulheres na rua é pequeno, o que esta pesquisa corroborou. O lugar da figura feminina na família, como mãe, destaca-se pela função da organização familiar, pela construção e manutenção dos laços familiares, pela valorização do trabalho doméstico e “as referências simbólicas de identidade ligadas à casa” (ESCOREL, 1999, p. 115). Nesta pesquisa as 02 mulheres entrevistadas ficavam na rua na zona sul da cidade, pois é o lugar onde se encontra mais famílias ao contrário do outro espaço investigado, o Centro da cidade onde prevalecem lugares de estadia comercial. Assim, a mulher vai para a rua no limite de uma situação familiar insustentável, como por exemplo a violência que sofre.

A perda de pessoas importantes da família, como por exemplo, a perda da mãe e do casamento, pode gerar uma sucessão de desequilíbrios psíquicos, levando para o sujeito a perda da sua própria referência (ESCOREL, 1999). A opção em sair para outros espaços em busca de algo perdido o faz chegar às ruas, como a única e última opção.

Diante de tantas dificuldades vividas para se sustentarem no seio familiar, as pessoas em situação de rua fazem a sua escolha de ir para a rua acreditando que podem construir uma vida melhor, ou pelo menos naquele momento se livrar de uma dor maior. A rua oferece para elas uma liberdade que, ilusoriamente, as fazem sentir donas de si, mas a medida que vão sofrendo as vulnerações pertinentes à rua se tornam refém delas, principalmente quando não as reconhecem em sua dimensão de dependência. Conforme Anjos (2006, p. 174) aponta, a vulnerabilidade precisa ser reconhecida para se conquistar uma autonomia, sendo assim, tomadas como parceiras: “argumentamos no sentido de que a vulnerabilidade e a autonomia,

embora possam ser formalmente separadas, para serem adequadamente aplicadas em bioética, devem ser tomadas como parceiras, isto é, como condição conjunta do sujeito ético em ação”.

Diante de uma sociedade que se encontra em condições degradantes nos aspectos econômicos e sociais, em função de um consumismo e num absolutismo do individualismo, descaracterizando o valor da cidadania nas relações pessoais, o desemprego se torna mais evidente nessa sociedade. A tecnologia avançando em passos largos e a substituição do ser humano pela máquina nas produções econômicas levam a esse quadro de pessoas desempregadas ou desenvolvendo trabalhos informais e desqualificados financeiramente. Não há como sustentar uma família, sendo apenas uma ou nenhuma pessoa a trabalhar. Famílias se dividem em outros espaços de convivência e, normalmente, o homem vai para a rua na expectativa de conseguir um trabalho e fica mais difícil retornar ao lar porque o dinheiro é pouco e a possibilidade do emprego é pequena e não sustenta o ir e vir de casa. Assim, o desemprego tem levado muitas pessoas a viverem nas ruas, modificando o perfil tradicional que se caracteriza pelos mendigos, usuários de drogas e doentes mentais. Esse novo perfil de pessoas na rua também é atravessado pelas vulnerações que a rua impõem a cada um que nela vive e, nessa situação de fragilidade, não sustentam o cuidado a si próprio. Além dessas vulnerações da rua, o afastamento da família gera angústia, tristeza e sentimento de incapacidade por este que é o provedor do seu lar. Como aponta Escorel (1999):

A estrutura familiar se apresenta assim como a grande retaguarda afetiva e material do trabalhador pobre nas suas relações com o mercado de trabalho, como o recurso fundamental para a sua sobrevivência cotidiana. A família (a ‘casa’) é um âmbito, um domínio, um espaço onde ancorar-se, um lugar que pode chamar de seu, frente ao mundo do trabalho (a ‘rua’) que lhe oferece uma experiência de insegurança na qual a ameaça da miséria está sempre presente.

Dentre os 13 entrevistados, apenas 01 foi para a rua pelo motivo do desemprego e mantinha o vínculo familiar. Esta pesquisa apresentou a limitação de não ter conseguido encontrar os sujeitos que configuravam o perfil de pessoas em situação de rua trabalhadoras que não conseguiam voltar para casa diariamente. Percebeu-se que por estarem trabalhando durante o horário comercial foi difícil encontrá-las. As pessoas entrevistadas foram destacadas para participarem das entrevistas a partir da observação da entrevistadora no trabalho de campo onde percebeu, ou foi sinalizada pelas eCnaR, aquelas que trabalhavam. Com exceção de uma, todas mantinham um trabalho informal. Apenas 01 pessoa não tinha seus laços familiares estavam rompidos ou fragilizados.

As situações de vulneração que as pessoas em situação de rua experimentam dificultam a potencialização nas produções de subjetividade singulares que faz parte de como

o sujeito se organiza e se relaciona com ele próprio e com o outro, como aponta Guattari (1996), na inscrição de um sujeito desejante, que nessas produções aponta para um diferencial dos comportamentos serializados muito frequentes na vida social. É a marca de um gosto, de uma vontade, de uma mudança.

Na conquista de uma subsistência fisiológica primeira, como a alimentação, a higiene pessoal, o sono reparador, e sofrendo de violências físicas e morais que a sociedade, de forma geral, acometem as pessoas que estão em situação de rua por acharem que são seres sujos, intocáveis, como párias, numa relação bem parecida com o sistema de castas na Índia (VARIKAS, 2010), os vetores de singularidade dessas pessoas destacaram-se, nesta pesquisa, de várias maneiras. São eles: os locais que as pessoas escolhem para viverem ou estarem na rua e com quem se agrupam para se protegerem; as críticas que fazem às instituições de acolhimento institucional das políticas públicas ofertadas; a decisão de afastamento da violência doméstica sofrida e ir para a rua; buscar liberdade na rua por ter ficado preso a um mesmo emprego durante muitos anos de sua vida; escolher a rua como local de moradia, pois não consegue ficar em sua casa sabendo das dificuldades que os colegas passam; entre outros. Mesmo apontando seus vetores de singularidade, foi percebido que há uma desqualificação do sujeito por ele mesmo, uma descrença de suas capacidades, uma submissão ao uso do álcool para se calarem e tentarem esquecer suas angústias e desejos, comprometendo uma perspectiva de uma vida melhor e uma autonomia para diminuir as vulnerações que sofrem. É pelo empoderamento das singularidades, pelas situações vivenciadas no coletivo, que o sujeito inicia um caminho de saída de um aprisionamento de si próprio.

O vínculo com pessoas, instituições de cuidado, como por exemplo o CnaR, auxilia no processo de empoderamento dessas pessoas e o quanto os profissionais conhecendo essas vulnerações, no cuidado ético e moral, contribuirão para a construção de uma autonomia nessas pessoas, estabelecendo o caminho contrário do desempoderamento à qual estão inseridos.

As pessoas em situação de rua compõem o grupo dos vulnerados que sofre mais de situações de vulneração. Todo ser humano por serem sujeitos não completos, divididos, na relação com a finitude, são chamados de vulneráveis, mas só alguns experimentam essas situações, que de fato ferem o sujeito (KOTTOW, 2003). É o ato em si. São as vulnerações (SOTERO, 2011). Só alguns são vulnerados. As pessoas em situação de rua são vulneráveis e vulneradas, vivendo as duas condições.

A PSR experimenta muitas situações de vulneração no seu cotidiano de vida. Só é possível ter a dimensão dessas fragilidades quando se fica perto deles e à disposição de escutar suas histórias e olhar em que condições vivem. Fome, dormir no chão, frio, chuva, violência, dificuldade na higiene pessoal, preconceito, estigmatização, falta de acesso à saúde, educação e trabalho são algumas das vulnerações citadas por Sotero (2011).

Foi percebido pelas entrevistas que a fome, propriamente dita, não é uma vulneração que atinge essas pessoas, pois a alimentação é encontrada fácil na rua. Mas ela é evidenciada na dificuldade do sujeito ter a própria decisão do que comer e onde comer que é limitadora por não ter o dinheiro suficiente para comprá-la, aceitando as ofertas permanentes de alimentação na rua. Quando o alimento é doado, não se escolhe o que se come. Pode-se considerar que a privação da escolha do que comer e a falta de condições financeiras de comprá-la, numa situação de submissão ao outro é que é uma vulneração envolvendo a questão da alimentação.

As vulnerações atingem diretamente a autoestima das pessoas em situação de rua e sua capacidade de acreditar que são pessoas que têm direitos sociais e éticos. Vão assim, se “acostumando” a ficarem nas ruas, anos e anos e não se responsabilizando pelas conquistas de subsistência e para além dessas, as conquistas do sujeito desejante. Assim, se sentem um “nada” e é na escolha da droga que encontram uma resposta para esse sentimento, que acaba reforçando a vinculação à vida nas ruas. Se as relações familiares não estivessem fragilizadas ou rompidas poderiam ter um olhar para a saída das ruas, reforçando a fala de Escorel (1999) que as relações sociofamiliares é que sustentam o homem.

Na lógica de ser um “nada”, essas vidas estão nulas e nuas, submetidas a um poder de soberania, de um outro que diz que ele não pode ficar num espaço público, a rua. É a noção de poder sagrado que Agamben (2004) discorre descrevendo que a sacralidade captura a vida na esfera do “*matável e do insacrificável*”. A morte de uma pessoa em situação de rua em nada afeta ou impacta os poderes públicos e sua vida só se torna visibilizada no lugar de um ser incomodativo na dinâmica de uma cidade. Em situações de morte de moradores de rua que não têm vínculo familiar, o Estado não lhes oferece, em substituição à família, um enterro digno de um ser humano. Essa atitude representa, simbolicamente, que são vidas destituídas - vida nula (KOTTOW, 2013) – e desprotegidas – vida nua (AGAMBEN, 2004), desde a vida até a morte. A BP, como uma ferramenta de cuidado que trabalha com sujeitos vulneráveis e vulnerados, vem proporcionar um trabalho conjunto de autonomia e construção de caminhos possíveis de uma vida mais digna e justa (SCHRAMM, 2008). É buscar a diminuição das

vulnerações sofridas por essas pessoas, valorizando e potencializando o espaço de criação de cada um, sua singularidade na inscrição de uma subjetividade social.

Viver na rua é ter uma vida digna e justa?

Perante a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) toda a pessoa tem direito a uma moradia, sendo essa entendida como um espaço privado e composto por uma construção material que delimita um espaço de descanso, de pouso no sentido de pousar, de parar, de encontrar a si mesmo e de guarda de pertences. Existe uma relação de pertencimento que está para além de um espaço físico, mas primordialmente um espaço singular de ser. Dessa forma, ter uma moradia faz uma aproximação bem íntima com o princípio da dignidade humana. Então viver na rua se afasta de uma vida digna. E é assim que as pessoas que estão nessa condição se sentem: desvalorizadas, tristes, desrespeitadas, estigmatizadas, excluídas, invadidas na sua subjetividade.

A rua é um espaço muito dinâmico. Relações se estabelecem e se rompem (PALOMBINI, 2015). É o lugar de todos e de ninguém. Tudo surge na rua, de facilidade e de dificuldade. É importante notar o uso que cada pessoa faz dessas vulnerações nas suas expectativas de vida. E esse uso tem a ver com o olhar que ela faz dela mesma, nas marcas de sua singularidade e da formação sociofamiliar que construiu seu alicerce. Isto quer dizer, que pessoas na rua passam pelas mesmas dificuldades e facilidades, mas o que importa é como se apropriam ou não dessas situações para conduzir suas vidas. O que importa é que, para se criar e potencializar ações políticas, é necessário escutar as pessoas que estão vivendo na rua. Potencializar sua fala e perceber as suas significações, conhecer as relações que são estabelecidas no território, no espaço e na cidade que escolheram para viver e, assim, quais os caminhos possíveis a serem rastreados para uma autonomia e para um autocuidado.

A rua enquanto espaço público interfere no sentimento de privacidade das pessoas que nela habitam (SOUSA & BECHLER, 2008). Essa é uma outra vulneração destacada pelos entrevistados e que interfere no sentimento de discrição, intimidade que cada pessoa experimenta ao preservar sua vida interior ou íntima, que só a ela própria diz respeito. Estar na rua é estar no espaço público todo o tempo, mas sem ocupar a esfera pública, como aponta Escorel (1999, p. 234): “Essas pessoas exercem o labor no espaço coletivo, mas não participam da esfera pública, aprisionadas no incessante círculo da sobrevivência”. Quando se busca um momento ou um espaço de ficar consigo mesma, tem que estar vigilante devido às invasões do externo que são as violências e até os próprios pensamentos que acabam criando fantasmas imaginários e causando sentimentos de solidão e tristeza. Na maioria das vezes,

para se desviar de tais momentos que oprimem a alma da pessoa, a cachaça vem como uma resposta rápida de alívio. Ela é barata, compartilhada, fácil de encontrar e de efeito curto e enganoso, pois quando não há o seu uso as angústias ressurgem, rasgando o coração, da ordem do insuportável, então novamente ela é utilizada, perpetuando um ciclo difícil de romper. Estar na rua é estar sendo olhado sem estar sendo visto. É ter muita gente ao redor e estar sozinho.

Existem situações em que as pessoas ficam nas ruas e outras em que moram na rua. Essas duas possibilidades têm uma relação direta com a relação familiar estabelecida e, como aponta Varanda e Adorno (2004), como consequência a cronificação no tempo de permanência na rua. Quem *fica na rua* ainda estabelece vínculos com a família, esses não foram rompidos e podem estar fragilizados. Retornam para casa quando podem ou quando querem. A pessoa que *fica na rua* não consegue voltar para casa todos os dias ou por motivo de falta de dinheiro da passagem do transporte público, ou por ter encontrado um trabalho que a impeça de voltar para a casa durante alguns dias, ou por não desejarem voltar. Aquele que *mora na rua* tem nesse espaço o seu local de permanência e a impossibilidade de retornar para casa. Os vínculos familiares estão rompidos ou fragilizados.

A estigmatização das pessoas em situação de rua pela sociedade – outra vulneração apontada – é uma dificuldade para o avanço dessas pessoas para uma expectativa diferenciada de vida. As pessoas acabam naturalizando estar na rua, não acreditando na possibilidade de encontrar caminhos de potencialização de si mesmas e nem na condição de mudança de vida. Há pessoas que estão na rua há mais de 10 anos e refletem um “é assim mesmo” como acomodação a essa condição.

Essa estigmatização gera sofrimento, desqualifica o sujeito, é a morte da subjetividade no enquadramento de que todos são iguais. São ladrões, são mal cheirosos, são bêbados, são vagabundos. Há pessoas diferenciadas nas ruas, que têm desejos diferenciados, e uma história diferenciada (MATOS & FERREIRA, 2004). O preconceito, a estigmatização e a exclusão são situações que fazem marcas profundas nessas pessoas e a sociedade com esse movimento de enquadrá-las vela as diferenças sociais, culturais e subjetivas às quais todos os seres humanos estão sujeitos e que nessa condição se torna uma aberração, um enfrentamento que não é sustentável, levando a invisibilidade desse grupo específico.

A oferta de alimentação é importante para aqueles que vivem na rua diante das dificuldades de recursos financeiros para adquiri-la. As políticas públicas de assistência social são responsáveis por essa ação, associando oportunidades de atividades que busquem

qualificar essas pessoas em suas competências e habilidades, no objetivo de uma reinserção familiar e social. Mas essas pessoas não encontram nesses dispositivos públicos essa perspectiva de mudança de vida. Na rua há a oferta da alimentação e do dinheiro por pessoas da sociedade que se deparam com as diversas demandas surgidas pelas pessoas que ficam na rua, mas não conseguem saber como respondê-las e encontram limitações em suas próprias ações.

Alguns entrevistados apontam que a facilidade da comida e do dinheiro ofertado na rua trazem o imediatismo na supressão das necessidades biológicas, mas é uma ação isolada e não se propõe, ou não consegue propor, ações vinculadas de construção de responsabilidade do próprio sujeito e das políticas públicas, vislumbrando outras situações de vida que valorizem as habilidades e competências de cada um. Dessa forma, essa facilidade pode levar a uma dificuldade: a submissão do sujeito a ficar nas ruas, interferindo nas suas escolhas pessoais, no seu olhar mais ampliado e no saber dos direitos adquiridos enquanto ser humano. Nas situações que envolvem a supressão das necessidades biológicas (que é fundamental) sem um alinhamento de ações de empoderamento do sujeito, a construção subjetiva (ao longo prazo) na inscrição do desejo se torna uma dificuldade. Como aponta Guattari (1996), há um esforço do sujeito na sua construção subjetiva pela predominância da subjetividade social. Esse autor continua dizendo que na sociedade capitalista há um investimento forte para se produzir subjetividades serializadas que buscam bloquear os processos de singularização (subjetividades singulares).

Para sair desse lugar de receber é preciso que o desejo de estar em um outro lugar esteja muito fortalecido. Para tanto são os determinantes sociais, familiares e subjetivos resultados de uma história de vida construída, que conduzirão esta decisão. Ações de outras pessoas, instituições, políticas públicas ajudam a viabilizar que a PSR seja protagonista de sua própria vida e não o assujeitamento a uma fragilidade constituída. A BP surge como um instrumento reflexivo a partir da constatação de desigualdades entre os cidadãos e tem como proposta amparar grupos vulnerados, aqueles que são feridos, na busca de desenvolver sujeitos com autonomia, colaborando com recursos necessários para o exercício dessa e auxiliando no processo de singularização dessas pessoas. Essas medidas protetoras não são atitudes paternalistas (SCHRAMM, 2008). O importante é desenvolver com essas pessoas um trabalho potente de reconhecimento de suas reais necessidades.

As pessoas que estão em situação de rua, normalmente já têm uma profissão ou apresentam habilidades para algum trabalho, o que foi percebido no trabalho de campo e nas

entrevistas. As dificuldades de encontrarem emprego morando na rua são grandes devido ao estigma e preconceito que, pela condição de excluídos da sociedade, se torna marcante. Acabam essas pessoas se desqualificando e pela questão da sobrevivência aceitam qualquer trabalho que não está regulamentado – “bicos” – se tornando uma mão de obra barata e sem compromisso ético e trabalhista daquele que o paga, com exposição a riscos de vida que ninguém se responsabiliza. Por ir perdendo a sua qualificação profissional e pessoal, o morador de rua se habilita a subempregos, os únicos oferecidos para eles.

O trabalho, para essas pessoas, está na condição de subsistência e dificilmente na apropriação de uma qualificação. Cada vez mais lutar pelo seu lugar como sujeito fica mais difícil, pois a sociedade faz o caminho inverso do reconhecimento daquele enquanto sujeito de desejo. Nessa situação, as relações de poder são massacrantes, pois evidenciam que aquele que tem obtém o domínio da situação ou do outro. São as relações de dependência que enfraquecem o sujeito. Ter um trabalho com carteira assinada para as pessoas em situação de rua é ter de volta a dignidade, é ter a apropriação dos seus direitos. Mas é muito difícil que o trabalho para elas seja com todos os direitos trabalhistas garantidos. As ofertas são de subemprego, marcando o lugar que essas pessoas têm na sociedade.

Por tantas dificuldades encontradas, ser ambulante de mercadorias é o trabalho com mais possibilidade de subsistência para as pessoas em situação de rua. Elas próprias compram sua mercadoria e a revende em espaços de grande circulação de pessoas para garantir o “pão de cada dia”. Também o que surgir de trabalho no momento elas pegam. Nessas situações surge o sentimento de desqualificação, tristeza e revolta que acabam levando a atitudes defensivas ao lidarem com a sociedade.

Para as pessoas em situação de rua, é através do trabalho que se pode organizar e planejar uma vida futura. É percebido que aqueles que estão na rua e desenvolvem algum trabalho conseguem uma organização melhor de vida nesse espaço, além de se potencializarem nas lutas pelos direitos humanos. Castel (1997) afirma que o sujeito é situado na sociedade pela sua inserção no trabalho, estabelecendo uma relação dicotômica exclusão-inclusão. Nessa ótica, há o reforço da marginalidade para as pessoas que não conseguem se enquadrar nesse perfil, configurando uma desvalorização do sujeito e uma desorganização na vida de cada um, fragilizando os processos relacionais. É importante ficar atento para essas situações de vulnerabilidade extremas pela ausência do trabalho e da fragilização dos laços relacionais, que podem acarretar uma cronificação do sujeito nessa condição, impedindo-o de se deslocar para uma zona menos frágil de vulnerabilidade, daí a valorização do trabalho pelas

peças que se encontram em situação de rua. Na vida nas ruas aqueles que desenvolvem um trabalho são menos discriminados, como por exemplo, os catadores de rua, por terem uma ocupação profissional e pertencerem a associações que os enquadram num grupo de menor vulnerabilidade (VARANDA E ADORNO, 2004).

O tempo de permanência na rua também influi na perspectiva de vida dessas pessoas. Aquelas que estão há pouco tempo na rua não conseguem se perceber numa continuidade de sofrimento pelas vulnerações que a rua impõe. Não naturalizam as vulnerações sofridas. Estão mais apropriadas de sua singularidade e de sua individualidade. As interferências das vulnerações são neutralizadas por um desejo potente de recuperar a vida familiar anterior e sair daquele espaço sem vida própria. Aqui cabe, como aponta Prates, Prates e Machado (2011, p. 194) que os “processos preventivos e a intervenção junto àqueles que estão ainda há pouco tempo em situação de rua parecem ser fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas”. E aquelas que já estão há bastante tempo na rua não conseguem acreditar que pode haver uma mudança em suas vidas, indicando um fator de cronificação. O tempo de permanência na rua faz uma relação com o *processo de rualização* indicado por Prates, Prates e Machado (2011) que é um processo social que vai se configurando a partir de múltiplos condicionantes, num *continuum*, na medida do tempo ali permanecido.

As vulnerações vividas pelas pessoas em situação de rua interferem na autoestima delas. Elas se sentem pessoas diminuídas pela discriminação e exclusão social que vivem. São reconhecidas por estigmas e não pelo nome que tem um significado singular para o sujeito. São os cachaceiros, os cracudos, os mendigos. São alvos de violência e tratadas como objetos. São os *sobrantes*, utilizando-se uma expressão de Castel (2000) no sentido de que não há espaços para todos numa sociedade que prioriza a competitividade social e econômica. Essas pessoas sobram, pois não dão o retorno da produção do mercado de trabalho. Não fazem circular o dinheiro como produto do seu próprio trabalho, são sujeitos rejeitados. Essas vulnerações trazem consequências graves para a sustentação do sujeito enquanto um ser humano, podendo levar a uma desvalorização de que a vida fica sem sentido algum. Assim, fica difícil pensar numa vida futura.

Reiterando, as situações de vulneração que as pessoas em situação de rua estão expostas na condição de vida nas ruas interferem em sua subjetividade, isto é, nas suas escolhas de vida que ficam comprometidas pela naturalização de que estar na rua é não ter direito a ter direitos, é não poder sonhar, é não poder desejar, é não planejar uma vida futura.

É se colocar num lugar de subhumano, de objeto. É ser reconhecido por um nome que é de todos e não só seu, que represente a sua singularidade.

Castel (1997) quando fala sobre exclusão social referencia o trabalho como medidor desse fato, classificando-o em zonas de integração diante da posição que o sujeito estabelece com ele pela precarização do trabalho e a fragilização dos apoios relacionais que as situações de vulnerabilidade despontam. Sendo assim, as pessoas em situação de rua se encontram na última zona de exclusão social apontada por Castel: zona de marginalidade ou desfiliação que marca “a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional” (CASTEL, 1997, p. 23).

Discutindo a perspectiva de um futuro com as pessoas entrevistadas, elas apontaram que é através do trabalho que há possibilidade delas se organizarem e saírem das ruas. Elas identificam no trabalho uma fonte de potência, desenvolvendo o sentimento de pertencimento a si mesmo e a sociedade. É o trabalho na função de valorização da autoestima. É através do trabalho que o processo de inclusão se potencializa.

A Assistência Social tem como uma de suas funções proteger aqueles sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade, vivendo em sociedade, de acordo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído em 2005.

As Unidades de Reinserção Social (URS) são instituições de acolhimento institucional das Secretarias de Assistência Social que ofertam o abrigo para as pessoas que estão em situação de rua, mediante o desejo delas quando em idade adulta. Têm como objetivo reinserir as pessoas em suas famílias, ofertar cursos de capacitação para qualificação para o trabalho, além de oferecer um espaço de moradia que dignifique as vidas dessas pessoas. Estar na rua é uma questão social prevalente. É de responsabilidade também dessas instituições públicas ofertar cuidado para essas pessoas. As pessoas em situação de rua reconhecem essa responsabilidade, mas não lhe conferem credibilidade pelas condições sanitárias inadequadas desses espaços de acolhimento, que são os abrigos.

São instituições que se localizam longe dos grandes centros comerciais da cidade do Rio de Janeiro, dificultando qualquer inserção no mercado de trabalho dos abrigados, além de indicarem um espaço de isolamento da convivência daqueles que estão inseridos na sociedade. Os entrevistados sinalizaram que não percebem a oferta de oficinas profissionalizantes e muito menos cuidado singularizado. Tudo no abrigo é no coletivo, como na rua. Então preferem estar na rua onde conseguem um espaço de singularização mais potente.

O sujeito que vive nas ruas na busca imediata de suprir necessidades fisiológicas têm dificuldades de se confrontar com sua própria investigação de sujeito desejante. Para eles, num confronto permanente de resistências às estigmatizações, ou vão se assujeitando a esses lugares institucionalizados ou vão criar formas de se imporem como sujeitos – singularização – através das práticas de si (FOUCAULT, 1990). Percebe-se que, muitas vezes, não conseguem forças para resistir a um poder já dado e instituído, pelo desgaste das vulnerações que sofrem, daí a dificuldade de se reconhecerem como seres falantes, na apropriação da sua fala.

Um projeto terapêutico com cuidado singularizado para as pessoas em situação de rua é um caminho para a ressignificação da vida delas. É apostar num processo de escuta dessas pessoas, encontrando e costurando possíveis saídas de situações degradantes que lhes afetam o dia-a-dia, através do fortalecimento do sujeito pelas experiências de práticas de si que o ajudam a se transformar pelos cuidados de si, na proposta dos modos de subjetivação do sujeito de Foucault (2009). Para este filósofo, a constituição do sujeito se configura pelas relações e enfrentamentos que ele faz consigo mesmo e com o outro (podendo ser uma outra pessoa, um meio, uma instituição, um grupo, uma sociedade), buscando se adequar nos pensamentos e atitudes que giram em torno de uma ética, de um saber e de um poder. É tomar uma posição existencial e política.

Cabe a nós, sociedade civil, profissionais que trabalham na lógica da inserção do sujeito pelas vias da saúde, da proteção social, da habitação, do trabalho e renda e também dos voluntários que, no seu trabalho informal pela oferta de subsistência para essas pessoas, construir junto com elas a possibilidade deste cuidado de si que as habilitem a ocupar o lugar da cidadania.

As relações que as pessoas em situação de rua estabelecem, a partir dos seus enfrentamentos na rua, parecem que são privilegiadamente de cunho social. De fato muitas são, mas pouco se quer saber ou prestar atenção nos sentimentos, nas emoções, nos questionamentos íntimos dessas pessoas e nos confrontos com esses enfrentamentos. Todos têm uma história de vida construída e nada fácil de ser falada, mas quando encontram um espaço de escuta ocorre uma transformação no sujeito no sentido de uma valorização de si mesmo. Acolher suas demandas e seus medos sem juízo de valor, olhando no olho deles, surte um efeito benéfico na autoestima de cada um. Chamá-los por seus nomes, pactuar acordos de cuidado do tipo “vamos fazer juntos” é fundamental para um sucesso de vida. Eles começam a se permitir olhar para si mesmos e se legitimam a criar espaços de singularização – estilos

próprios de vida – perante a uma subjetividade serializada, como diz Guattari (1996), que os provocam todo o tempo.

A transformação do sujeito se faz pela potência em si mesmo nas relações que estabelece com o social que são influenciadas mutuamente. Nas entrevistas apenas duas pessoas sinalizaram a importância do tratamento de saúde mental como estruturante em suas vidas. Percebe-se que as pessoas que estão em situação de rua têm a dificuldade de questionarem seus conflitos, suas inquietações. Até acham que não há tempo para tal, diante das situações concretas de sobrevivência que enfrentam cotidianamente, ou as soluções são difíceis de serem encontradas e preferem esquecer num gole de cachaça, se despotencializando.

Na proposta deste estudo de responder se as situações de vulneração que as pessoas em situação de rua enfrentam afetam o cuidado de si e, conseqüentemente a sua inscrição como sujeito singular, foi concluído que há uma interferência significativa na constituição do sujeito. Elas acabam por não acreditar numa possibilidade de mudança de vida, se naturalizam nas dificuldades e sofrimento que vivenciam, pois assim também as vemos, não conseguem falar de seus desejos porque não acreditam que eles possam ser realizados, não têm perspectiva de futuro porque não conseguem planejar uma outra vida, não se sentem pertencentes a espaços que são utilizados por qualquer pessoa, pois não percebem que seus direitos são iguais, e são?, e por tudo isso, para que procurar um tratamento de cuidados em saúde se a sua vida é um “nada”? Assim não percebem que é através do fortalecimento de si mesmas que se estabelece num contexto coletivo, que as portas da saída da rua podem se abrir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem a sua importância para os profissionais que cuidam das pessoas em situação de rua, para as pessoas que querem cuidar delas, para a sociedade que tem dúvidas de como cuidar delas e, principalmente, para as políticas públicas que têm o compromisso ético e político de cuidar delas.

O maior valor deste estudo está na direção da proximidade à vida vivida pelas pessoas que estão em situação de rua. Foi através da escuta dessas pessoas, da participação em alguns momentos de suas vidas, em estar junto com elas, que foi possível conhecer que a rua é a última opção de um espaço de reconstrução de vida em função do esfacelamento dos vínculos familiares e dos vínculos trabalhistas e na crença de encontrar, na cidade grande, uma vida de menos miséria que vive com sua família.

O que a rua atrai? É a crença que, num espaço de liberdade, no sentido de ser dono só e unicamente de si próprio, encontra-se forças para reconstruir sua vida. É nesse encontro consigo mesmo, fragilizado por rupturas importantes e atravessado por situações de vulnerabilidades (as vulnerações), que o sujeito se vê só e fraco para enfrentar as condições perversas da rua.

A rua não é um espaço de fortalecimento do sujeito. As vulnerações sofridas pelas pessoas em situação de rua interferem em suas subjetividades e singularidades. Há um esfacelamento dessa subjetividade que, muitas delas, não conseguem acreditar que seus desejos ainda existam, pois estão escondidos na luta diária da sobrevivência e impossibilitam que elas possam “sonhar” e ter planos para o futuro. Assim vão se “acostumando” a viverem na rua, perdendo uma autonomia de decisão sobre sua própria vida.

Ninguém consegue sozinho sair de uma situação de extrema desqualificação. A Bioética da Proteção tem a proposta de ofertar um cuidado baseado na autonomia de pessoas e populações vulneradas enquanto um suporte e desenvolvimento de habilidades com a finalidade de garantir a equidade e evitar a discriminação. Vê-se a importância dessa abordagem para a saúde pública, pois ampara as situações de vulnerabilidade, buscando o caminho da justiça e da igualdade diante das diferenças impostas pela sociedade. É possibilitar que o sujeito saia de uma vida “nua” (sob o poder de um soberano) e “nula” (destituição do sujeito) para uma vida de criações, da inscrição do sujeito desejante, apostando no cuidado de si para a retomada do sujeito singular.

O cuidado às pessoas em situação de rua não é nada fácil, devido às tantas vulnerações que sofrem no seu dia-a-dia, que vai esvaçando a autoestima. As oportunidades de inclusão no mercado de trabalho pela oferta de cursos de qualificação profissional, valorizando o protagonismo de cada pessoa, é uma via que possibilita a valorização do sujeito e um caminho para a saída da rua. Para tal feito, as políticas públicas precisam oferecer condições de higiene e moradia dignas para essas pessoas, construindo projetos singulares de cuidado a fim de despertar o desejo de mudança em suas vidas.

Pensando na valorização do sujeito a fim de potencializá-lo para reconstrução de uma vida digna, as políticas públicas devem apostar mais em espaços de escuta dessas pessoas, no caso a caso, investindo em trabalhos de construção de subjetividade em atividades individuais e grupais, num foco terapêutico do cuidado. É preciso disponibilizar profissionais capacitados para esse cuidado e em número maior, para poder responder às necessidades prementes dessas pessoas que estão na rua.

Por fim, acredita-se que a possibilidade que as pessoas tiveram de falar nas entrevistas, como um espaço singular, foi de especial valor para elas. Tiveram a oportunidade de ressignificar os lugares que ocupam frente a si mesmas e à sociedade, pensar em possíveis escolhas de vida, perceber os direitos que lhes são devidos de forma consciente e articulado, sugerir soluções, reconhecer que o compartilhamento é essencial para se construir uma vida mais digna. Há sofrimento em viver na rua. Se pudessem não estariam nesse lugar, mas percebem que sair dele não é nada fácil. E vão vivendo um dia após o outro.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- ALCANTARA, S. C.; ABREU, D. P.; FARIAS, A. A. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Rev. Colombiana de Psicol.*, v. 24, n. 1, p. 129-143, 2015.
- ALVAREZ, A. M. S.; ALVARENGA, A. T.; RINA, S. C.S. D. Histórias de vida de moradores de rua, situações de exclusão social e encontros transformadores. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 259-272, 2009.
- ANJOS, M. F. A Vulnerabilidade como parceira da autonomia. *Rev. Bras. Bioética*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 173-186, 2006.
- ARÁN, M.; PEIXOTO JÚNIOR, C. A. Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade. *Rev Saúde Pública*, v. 41, n. 5, p. 849-857, out/2007.
- BAPTISTA, M.R. Notas sobre o conceito de vida em Giorgio Agamben. *Profanações*, n. 1, p. 53-74, jan/jun 2014.
- BOSI, M. L. M.; UCHIMURA, K. Y. Avaliação da qualidade ou avaliação qualitativa do cuidado em saúde?. *Rev. Saúde Pública*, v. 41, n.1, p. 150-153, 2007.
- BRASIL. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília. **MDS**. 2008.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico de 2010*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34, 2000.
- CANDIOTTO, Cesar. Ética e política em Michel Foucault. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 33, n. 2, p. 157-176, 2010.
- CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Caderno CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, M. B.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Orgs). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDU, 2000. p. 17-50.
- CONSELHO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE CIÊNCIAS MÉDICAS. **Diretrizes éticas internacionais para a pesquisa biomédica em seres humanos**. São Paulo: Loyola; 2004.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Rev. Virtual Textos & Contextos*, n. 4, p. 1-15, dez. 2005.

DANNER, F. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. *Rev. Estudos Filosóficos*, Minas Gerais, n. 4, p. 143-157, 2010.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias da exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FARIAS, D. C. S.; RODRIGUES, I. L. A.; NOGUEIRA, L. M. V.; MARINHO, I. C. Saberes sobre saúde entre pessoas vivendo em situação de rua. *Psicol. Saber Social*, v. 3, n. 1, p. 70-82, 2014.

FELÍCIO, J. L.; PESSINI, L. Bioética da proteção: vulnerabilidade e autonomia dos pacientes com transtornos mentais. *Revista Bioética*, v. 17, n. 2, p. 203-220, 2009.

FELINTO, G.M. *Consultório na Rua e a produção de cuidado à população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro*. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

FIGUEIREDO, L.C. As diversas faces do cuidar: considerações sobre a clínica e a cultura. In: Maia, M. S. *Por uma Ética do Cuidado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 121-140.

FISCHER, R. M. B. Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 39-59, jan/jun 1999.

FOUCAULT, M. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. *Revista Internacional de Filosofia*, Concórdia, n. 6, p. 99-116, 20 jan. 1984. Entrevista concedida a H. Becker, R. Fernet-Betancourt, A. Gomez-Müller.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Tradução Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade III**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALDO, Rafael; PESSOA, Thalita. A noite, o chão e mais nada: um perfil da crescente população de rua no Rio. **O GLOBO**. Rio de Janeiro. 26 de maio. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/a-noite-chao-mais-nada-um-perfil-da-crescente-populacao-de-rua-do-rio-21369108>>. Acesso em: 26 maio. 2018.

GUARATTI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed 34, 1992.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HOSSNE, W. S. Dos referenciais da bioética – a vulnerabilidade. *Bioethkos - Centro Universitário São Camilo*, vol. 3, n. 1, p. 41-51, 2009.

JUNGES, J. R.; BARBIANI, R. Interface entre território, ambiente e saúde na atenção primária: uma leitura bioética. *Revista Bioética*, v. 21, n. 2, p. 207-17, 2013.

KOTTOW, M. H. Comentários sobre Bioética, Vulnerabilidade e Proteção. In: Garrafa, V.; Pessini, L. (Org). **Bioética**: poder e injustiça. São Paulo: Loyola; 2003. p. 71-78.

LEVEL, J. **Foucault**: Conceitos Essenciais. Tradução Maia do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. São Paulo: Claraluz, 2005.

LOUZADA, L. O. *Análise das práticas das primeiras equipes de consultório na rua do município do Rio de Janeiro*: caminho para o exercício da clínica ampliada na perspectiva dos profissionais. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

MACERATA, I; SOARES, J. G. N.; RAMOS, J. F. C. Apoio como cuidados de territórios existenciais: Atenção Básica e a rua. *Interface: comunicação, saúde e educação*, vol. 18, supl 1: 919-30. 2014.

MACKLIN, R. Bioética, Vulnerabilidade e Proteção. In: Garrafa, V.; Pessini, L. (Org). **Bioética**: poder e injustiça. São Paulo: Loyola, 2003, p. 59-70

MAGGI, A. Vulnerabilidade e proteção: a prática e a pesquisa em psicologia. *Conjectura*, Caxias do Sul, v. 14, n. 1, p. 157-165, jan./maio 2009.

MANSANO, S. R. V. Sujeito , subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Rev. Psic. UNESP*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 110-117, 2009.

MATIAS, H. J. D. Sedução e descaminho – Narrativas e identidades de jovens em situação de rua. *Psicol. Reflexão e Crítica*, Brasília, v. 26, n. 3, p. 543-551, 2013.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? – Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicol. e Sociedade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 47-58, maio/agosto 2004.

MENDES, A. A.; MACHADO, M. F. Uma clínica para o atendimento a moradores de rua. *Psicol. Ciência e Profissão*, v. 24, n. 3, p. 100-105, 2004.

MIGUEL, R. As Reflexões de Robert Castel sobre os conceitos de “risco” e vulnerabilidade social”. *VII Jornada Internacional Políticas Públicas*, Maranhão, agosto 2015.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Direitos do morador de rua**: um guia na luta pela dignidade e cidadania. Minas Gerais. 2010

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em Situação de Rua: Os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por este segmento. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 191-215, dez. 2011.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. *Unic*, Rio de Janeiro, n. 5, jan. 2009.

PALOMBINI, L. L. *Dos subespaços ao território descontínuo paradoxal*: os moradores de rua e suas relações com os espaços urbanos em Porto Alegre/RS- Brasil. 2015. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de GeoCiências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Plano Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (2014-2017). *Secretaria Municipal de Saúde*, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3700816/4128745/PMS_20142017.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Estudo realizado sobre a população em situação de rua no município do Rio de Janeiro. *Observatório da Coordenadoria Técnica de Proteção Social Especial da SMASDH*, Rio de Janeiro, dez. de 2016.

ROZENTHAL, E. Cuidado de si e cuidado do outro: sobre Foucault e a psicanálise. In: Maia, M. S. *Por uma Ética do Cuidado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 225-236.

SANTOS, L. N.; MOTA, A. M. A.; SILVA, M. V. O. A Dimensão subjetiva da subcidadania: considerações sobre a desigualdade social brasileira. *Psicol. cienc. prof.*, Bahia, vol. 24, n. 3, p. 100-105, set. 2004.

SEBRAE/RJ. Painel Regional do Observatório. *Observatório SEBRAE/RJ*, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj/institucional/observatorio-paineis-regionais,02a15c50047f3510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

SCHRAMM, F. R. A bioética de proteção: uma ferramenta para a avaliação das práticas sanitárias?, *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1531-1538, 2017.

SCHRAMM, F.R. Bioética dos Vulnerados. *Centro de Bioética do CREMESP*, São Paulo, Set. 2009. Disponível em: <<http://www.bioetica.org.br/?siteAcao=Destaques&id=134>>. Acesso em: 06 maio. 2018. Entrevista concedida ao site do Centro de Bioética do CREMESP.

SCHRAMM, F. R. Bioética da proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. *Rev. Bioética*, v. 16, n. 1, p. 11-23, 2008.

SCHRAMM, F.R. A saúde é um direito ou um dever ? Autocrítica da saúde pública. *Rev. Bras. Bioética*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 187-200, 2006.

SCHRAMM, F.R. Bioética para quê? *Rev. Camiliana da Saúde*, ano 1, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002.

SCHRAMM, F. R.; KOTTOW, M. Principios bioéticos em salud publica: limitaciones y propuestas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 949-956, 2001.

SOTERO, M. Vulnerabilidade e vulneração: população de rua, uma questão ética. *Rev. Bioética*, Brasília, v. 19, n. 3, p. 799-817, 2011.

SOUSA, E. L. A.; BECHLER, J. Labirintos na cidade contemporânea. *Psic. Ciência e Profissão*, Rio Grande do Sul, v. 28, n. 2, p. 390-403, 2008.

SOUZA, T. P.; MACERATA, I. A clínica nos consultórios na rua: territórios, coletivos e transversalidades. *Ayvu: Rev. Psicol*, v. 1, n. 2, p. 03-23, 2015.

TAQUETTE, S. R. Análise de dados de pesquisa qualitativa em saúde. *Investigação Qualitativa em Saúde*, 5º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, v. 2, p. 524-533, 2016.

TARACHUQUE, J. ; SOUZA, W. Bioética e vulnerabilidade da população em situação de rua: um estudo a partir da realidade da cidade de Curitiba. *Telecomunicação*, v. 43, n. 1, p. 145-169, jan./jun. 2013.

TODAMATÉRIA. Polis Grega. Artigo revisado em 20/07/2018. Disponível em: <<http://www.todamateria.com.br/polis-grega/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

UNESCO. Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. 33º sessão da Conferência Geral da UNESCO, Portugal, Out. 2005.

VARANDA, W; ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 56-69, janeiro/abril 2004.

VARIKAS, E. Os refugos do mundo – Figuras do pária. *Estudos Avançados*, Tradução Paulo Neves, Paris, v. 24, n. 69, p. 31-60, 2010.

VASCONCELLOS, J. A cidade sob controle: subjetividade e tecnologia do virtual. *Revista Logos: comunicação e universidade*. Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação Social/UERJ, ano 7, n. 12, 20.

APÊNDICE A - Síntese das entrevistas

1) P1/M50

P1 é um homem 20 anos que vive na rua há 02 anos e meio. Foi entrevistado no Campo de Santana. Ele passava pelo parque quando foi encontrado pela entrevistadora que aguardava outra pessoa para entrevistar. P1 participou do grupo Papo de Rua realizado por uma das eCnaR. Com mochila nas costas, bem arrumado, estava indo tentar encontrar algum trabalho. Logo ao ser colocada a proposta da entrevista, P1 se colocou à disposição.

Os motivos que o levou à rua foram o uso de drogas e a separação conjugal. Intensificou o uso do álcool para esquecer a tristeza pela separação do casamento e perdeu o emprego e a confiança dos familiares, indo para a rua.

É usuário de drogas e álcool. Em sua vida na rua tem um acesso fácil à droga e por um custo pequeno: “ela age como um antidepressivo, eu não preciso de uma receita e é barata”. Não tem privacidade e está sempre no coletivo. Tem momentos de solidão, melancolia e tristeza por “não ter um lar, de não ter uma família, de ter jogado toda a sua vida fora”. Está fazendo um tratamento de saúde mental, mas tem algumas recaídas no uso da droga. Recebe alguma ajuda na rua por instituições de caridade, pelo Consultório na Rua, mas ele mesmo não se ajuda, pois perdeu toda a sua documentação pronta para dar entrada no “Minha casa, minha vida” por conta da cachaça. Não tem dificuldades em arrumar alguns biscates para pagar uma diária num hotel e/ou garantir sua alimentação, além de uma oferta significativa de comida na rua. Entende que tudo que é conseguido de graça na rua gera uma acomodação nas pessoas e uma falta de responsabilidade. Vive-se o hoje como se não houvesse o amanhã. A oferta de trabalho na rua é de exploração da mão de obra barata sem vínculo trabalhista e sem garantia de qualquer proteção.

P1 aponta como caminhos para a saída da rua um trabalho com carteira assinada e, assim, a possibilidade de recuperar a autoestima. Não usar álcool e drogas e poder resgatar a confiança da família. Tratamento primeiro para depois trabalhar.

Ao finalizar a entrevista a autora percebeu que P1 teve um relato bem crítico e articulado com às suas experiências na rua. Levantou questões importantes para ele e para o cuidado às pessoas em situação de rua que levam a muitas reflexões significativas. Teve momentos emocionantes para ele e para a entrevistadora.

2) P2/M36

P2 é um homem de 36 anos que viveu na rua há 10 anos e retornou há 06 meses, depois de uma ausência de 17 anos. Foi entrevistado no Campo de Santana. A entrevistadora o encontrou trabalhando, vendendo sua pipoca e doces. P2 participou do grupo Papo de Rua realizado por uma das eCnaR. Ele se colocou à disposição prontamente para a entrevista. Estava um pouco nervoso, pois dizia que não sabia falar bem. Foi colocado que falasse do seu jeito.

O motivo que o levou à rua foi porque a mãe batia muito nele aos 08 anos de idade. Morava em Brasília. Foi ajudado por uma Assistente Social que lhe conseguiu uma bolsa escola. Voltou para casa. Foi passar férias no Rio de Janeiro e conhecer seu pai. Os dois começaram a bate nele de novo e como já conhecia a rua, voltou para ela. Passou pelo sistema prisional durante 17 anos e agora retornou para as ruas.

Vive na rua trabalhando como ambulante, para poder comer. Já sofreu violência como roubo de seu dinheiro, de suas roupas e de sua muleta. Sofre discriminação e deboche dos guardas municipais. Faz uso de maconha. É deficiente físico. Não tem uma das pernas que perdeu, no sistema prisional, por motivo de negligência de cuidados pela instituição. A lesão na perna se deu enquanto trabalhava dentro da prisão.

P2 aponta como caminhos para a saída da rua a regularização de seus documentos para poder pedir a aposentadoria por invalidez e ter seu salário certo todo mês.

Ao finalizar a entrevista a autora percebeu que P2 tem mágoa do Governo do Estado pela negligência que sofreu enquanto estava preso e que, atualmente, também não tem ajuda do poder público para se reerguer. Por já ter sofrido muito se sente “calejado” para fazer os enfrentamentos na rua e entende que tem que ser feito de forma honesta e pela força do trabalho.

3) P3/M45

P3 é um homem de 45 anos que vive na rua há 11 anos, com intervalos de retorno para casa. Foi entrevistado na Central do Brasil após um evento da campanha do Novembro Azul que participou junto à equipe do CnaR. Aceitou prontamente a participar da entrevista. É tímido e apresenta um comportamento introspectivo. Estava triste.

Os motivos que o levou à rua foram o uso das drogas e a depressão. Quando começou a usar drogas ficava na rua por alguns dias, mas retornava para casa. Quando sua mãe faleceu a família se dividiu, indo cada um para um lado. Teve depressão pela morte da mãe, pois achava que o motivo de sua morte foi o desgosto que deu a ela pelo seu uso das drogas. A

partir de então se desorganizou na vida. Tinha uma carrocinha de pipoca e, pelo uso mais abusivo das drogas, perdeu o seu bem, entrou em depressão e foi para a rua.

Em sua vida na rua encontra pessoas que ofertam roupas e comida, mas sofre a discriminação da sociedade em geral. Sofre violência pelo roubo de seus pertences. Se percebe ter um bom relacionamento com os outros moradores de rua, pois não se mete em confusão. Trabalha com Agente Redutor de Danos do projeto Bike da Prevenção da Secretaria Municipal de Saúde.

P3 aponta alguns caminhos para a saída da rua: se livrar dos vícios da rua e poder trabalhar, conquistar um crachá, uma camisa do trabalho, um cartão de banco.

Ao finalizar a entrevista a autora percebeu que P3 é uma pessoa triste, depressiva. Em sua fala teve momentos de desesperança e de baixa de autoestima.

4) P4/M57

P4 é um homem de 57 anos que vive na rua há 17 anos. Foi entrevistado na Urca em frente à UNIRIO. A entrevistadora o buscou para ser entrevistado por ser o líder deste espaço. Se colocou à disposição para falar de forma satisfatória. É deficiente físico (não tem uma perna) e foi encontrado sentado no chão, num papelão, e ali se deu a entrevista.

O motivo que o levou à rua foi porque começou a trabalhar na rua e teve uma sensação de liberdade que o fez optar em morar nela.

Vive há 01 ano no espaço da Urca em frente à UNIRIO. É um grupo de, aproximadamente, 15 pessoas que vive lá. Aponta a chuva como a maior dificuldade em morar na rua, pois na praça onde fica não há marquise. Improvisou uma proteção com compras de lonas grandes. É o líder do espaço onde fica junto com outras pessoas. Construiu um local de moradia organizado. Cada pessoa tem uma atividade que desenvolve neste lugar que é rotativa semanalmente, na limpeza, na função da preparação da comida, na compra dos alimentos, entre outras. Todos contribuem com uma cota de dinheiro para a manutenção do espaço e compra de alimentação. A documentação de todas as pessoas que ali moram são guardadas em pastas. Há o apoio da saúde e da assistência social no grupo. Todos desenvolvem algum tipo de trabalho. Tem televisão para os momentos de lazer. No espaço eles utilizam a água da Universidade para tomar banho e usam o banheiro desta. Há o uso da cachaça, que é monitorado por ele, com frequência no local. P4 é referência para os outros que ali se encontram. É chamado de “pai”. Ele tem família e casa própria, mas diz que prefere ficar na rua, pois se preocupa com os colegas nas condições desta. De vez em quando vai em casa ver a mãe. Trabalha na organização do estacionamento dos pescadores.

P4 aponta como caminho para a saída da rua a construção de projetos de emprego pelas políticas públicas para o morador de rua.

Ao finalizar a entrevista a autora percebeu que P4 tem um prazer no lugar que ocupa de liderança deste grupo, sentindo-se importante, apontando assim, para uma ferida em sua autoestima. Apesar de ter casa e uma família (filhos, mãe e irmãs) que o acolhe, quer morar na rua, pois diz que se ficar em casa está o tempo todo pensando nas fragilidades que os colegas de rua vivem. Ele demonstra que a sua presença vai diminuir essa fragilização. Desenvolve uma liderança autoritária e centralizadora, mas ao mesmo tempo, comunitária. Busca a organização do espaço para melhor convivência entre eles.

5) P5/F47

P5 é uma mulher de 47 anos que vive na rua há 08 meses. Foi entrevistada na Urca em frente à UNIRIO. Desejou participar da pesquisa quando foi exposto pela entrevistadora o propósito do trabalho. Foi percebido que havia feito o uso do álcool pelo cheiro e por seu comportamento diferenciado.

O motivo que a levou à rua foi porque sofria violência física e psicológica do companheiro. Denunciou na lei Maria da Penha. Ele não podia se aproximar dela, mas voltou e começou a violência novamente. Como morava na casa da sogra e era usucapião dela resolveu sair de casa e foi para a rua.

Vive no grupo do espaço da Urca. Trabalha no garimpo de material reciclável. Sofre discriminação das pessoas que acham que os moradores de rua são ladrões e cracudos e por isso não oferecem oportunidade de emprego. Outra dificuldade que passa é quando chove, mas foi resolvido com a compra da lona. Tem um companheiro que vive com ela na rua.

P5 aponta como caminhos para a saída da rua ter um trabalho e uma casinha para morar com o companheiro.

Ao finalizar a entrevista a autora percebeu que a entrevistada valorizava a vida que tinha com o companheiro na rua. Demonstrou a importância de dividir afeto, que é uma das características da mulher em seus espaços de convivência.

6) P6/M49

P6 é um homem de 49 anos que vive na rua há 03 meses. Foi entrevistado na frente do hospital municipal Souza Aguiar. Estava trabalhando na sua carrocinha de doces. Bem disposto.

O motivo que o levou à rua foi a sua separação conjugal. A casa que morava era da sogra. Tentou ficar na casa dos irmãos, mas não se adaptou. Foi para a rua.

Vive na rua trabalhando na venda de doce numa barraca para uma senhora. Diz que no Centro da cidade é fácil conseguir dinheiro, pois sempre tem um trabalho a fazer, desde que você seja correto e de confiança. Está há 03 meses na rua e sempre conseguiu um trabalho. Sofre discriminação pela sociedade, pois existem outros moradores de rua que não tem um bom comportamento e “aqueles que estão na rua por necessidade como eu”, são discriminados. Já foi para um hotel da prefeitura, mas não conseguiu ficar nenhuma noite, pois havia muita falta de higiene, reforçando a incapacidade de oferta de acolhimento das políticas públicas para os moradores de rua ficarem para descansar e trabalhar no dia seguinte.

P6 aponta que o caminho para a saída da rua é através de um trabalho certo. É necessário ficar alguns meses na rua para se organizar depois da conquista do trabalho e sair definitivo dela.

Ao finalizar a entrevista a autora percebeu que P6 é uma pessoa equilibrada e centralizada nas suas ideias e perspectivas. É importante sinalizar que ele tem pouco tempo que vive na rua e não está impregnado das suas vulnerações.

7) P7/M57

P7 é um homem de 57 anos que vive na rua há 12 anos. Foi entrevistado na Urca em frente à UNIRIO. É deficiente físico e utiliza uma cadeira de rodas. É uma pessoa triste e fala pouco, mas quis participar da entrevista.

Os motivos que o levou à rua foi pela separação conjugal depois de 24 anos de casamento e pelo falecimento da mãe. Ficou morando com as irmãs, mas elas brigavam muito. Decidiu ir para a rua para “aliviar a cabeça”.

Vive na rua e faz uso permanente do álcool. Tem uma perna amputada por um acidente. Está buscando aposentadoria por invalidez pelo INSS. Tem maior dificuldade quando chove, pois não há proteção da chuva. Participa das tarefas do grupo onde mora.

P7 aponta que o caminho para a saída da rua é conquistar sua aposentadoria e construir um outro lar, uma outra família.

Ao finalizar a entrevista a autora percebeu que P7 apresentava uma tristeza e uma acomodação à situação que se encontrava. Foi notado que o entrevistado se dispôs a falar por uma questão de esvaziar uma angústia presa.

8) P8/M23

P8 é um homem de 23 anos que vive na rua há 20 anos. Foi entrevistado na Urca em frente à UNIRIO. É jovem e apresenta um comportamento descontraído e simpático.

O motivo que o levou à rua foi que, desde criança, ia para as ruas com a família para vender alguma coisa e “manguear”. Voltava para casa, mas retornava. Ficava alguns anos na rua e a mãe ia buscá-lo. E ficou nessa situação durante alguns anos até ficar definitivo na rua.

Vive na rua trabalhando com qualquer coisa: vende latinha, água, engraxa sapatos, toma conta de estacionamento de carro. Diz que é fácil conseguir dinheiro na rua, pelo trabalho ou contando a sua verdadeira história de privações. A dificuldade de viver na rua é quanto ao frio e a fome. Faz uso da cachaça de forma significativa, pois assim consegue esquecer os problemas. Aponta que existe muita violência nas ruas entre os moradores, mas não se mete nesses grupos, apesar de às vezes não controlar alguns comportamentos impulsivos.

P8 aponta que o caminho para a saída da rua é pelo trabalho, mas às vezes sonha em ganhar na loteria para poder tirar todos os seus amigos da rua e morarem juntos numa grande comunidade.

Ao finalizar a entrevista a autora percebeu que o entrevistado, por ser jovem e querer viver esse momento, não tem o compromisso contínuo com o espaço que vive, pois algumas vezes fica fora alguns dias, mas é acolhido em seu retorno. Tal qual uma relação familiar que experimenta essas situações. É uma pessoa mais sonhadora.

9) P9/M28

P9 é um homem de 28 anos que vive na rua há 18 anos. Foi entrevistado na Central do Brasil, após um acompanhamento da entrevistadora junto com a eCnaR no território. É um jovem que, hoje, apresenta um comportamento mais centrado e responsável depois de ter ficado em privação de liberdade algumas vezes.

O motivo que o levou à rua foi quando era um menino queria conhecer o mundo. “Ser livre. Mas jamais sabia que nele ia encontrar vários tipos de maldade”. Voltava para casa, mas quando conheceu as drogas “ficou nesse mundo, até hoje”.

Vive na rua tentando fazer a coisa certa para viver bem, pois foi preso algumas vezes e sofreu na prisão. Hoje, mais amadurecido, trabalha como engraxate. Ganha pouco, mas dá para viver e de forma correta. A rua tem uma liberdade, “ir para qualquer lugar sem ninguém mandar”. A dificuldade encontrada é quanto a alimentação, pois às vezes não tem dinheiro algum para adquiri-la. “A vida na rua é difícil se não tiver mente”. Tem uma companheira e cuida dela que tem problemas de saúde.

P9 aponta que o caminho para a saída da rua é ter um trabalho e uma casa.

Ao finalizar a entrevista a autora percebeu que P9 é uma pessoa amadurecida depois de ter atravessado situações cruéis na vida. Numa outra visão de sua vida, consegue traçar planos para o seu futuro.

10) P10/M58

P10 é um homem de 58 anos que vive na rua há 5 anos. Foi entrevistado na CF Nélio de Oliveira onde há uma eCnaR. Apresenta uma fala articulada e crítica das condições de vida das pessoas em situação de rua. Tem uma aproximação com a eCnaR do Centro, participando de suas atividades.

O motivo que o levou à rua foi por opção própria. Não queria mais ficar preso ao mesmo trabalho de 50 anos. Queria fazer coisas diferentes, ter mais liberdade, pois se sentia preso. Como não podia mais trabalhar por questões de saúde, não podia ter mais compromissos de pagar conta e seus filhos estavam grandes e criados, resolveu ir para a rua.

Vive na rua, trabalhando em uma barraca na Central do Brasil, vendendo água e doces e está tentando regularizá-la na Prefeitura. Sofre discriminação de que todo o morador de rua é ligado a “tóxico”. Tem o cuidado de não se misturar com os moradores de rua que brigam, pois há vários tipos de pessoas em situação de rua. Há roubos de pertences na rua e acha que poderiam ser criar espaços de guarda de objetos pessoais daqueles que moram na rua e trabalham. Tem dificuldades em fazer sua higiene na rua. Para comer, às vezes tem que buscar as carreatas de comida pelo Centro da cidade.

P10 aponta que o caminho para a saída da rua é pelo trabalho, mas quer trabalhar e continuar a viver nas ruas.

Ao finalizar a entrevista a autora percebeu que P10 vai tentando driblar as dificuldades de viver na rua através dos vínculos que estabelece com instituições públicas que cuidam da população de rua. Tem conhecimento de seus direitos e sai em busca deles.

11) P11/M57

P11 é um homem de 57 anos que vive na rua há 08 meses. Foi entrevistado na Urca em frente à UNIRIO. É uma pessoa calma. Não demonstra angústia e nem ansiedade por viver na rua, como se viver nela não apresentasse dificuldades.

O motivo que o levou à rua foi porque ficou desempregado e arrumou um trabalho na praia e não dava para voltar para casa por conta do horário e do cansaço. Começou a dormir na rua. Tem casa e uma família de mãe e irmãs, mas não gosta de ficar em casa, gosta de estar na rua trabalhando. Mas às vezes passa uns dias em casa. Foi jogador de futebol e depois que parou de jogar sempre trabalhou na rua, na praia.

Vive na rua trabalhando, pois sempre aparece trabalho. Isso é uma facilidade. A dificuldade é quando chove. Monta-se as lonas e barracas para proteção. Morar na rua não é difícil, pois está acostumado a se adaptar a situações de mato e selva por ter servido ao Exército Brasileiro. Quando não se sente bem vai para casa.

P11 aponta que o caminho para a saída da rua é ter um trabalho de carteira assinada e “me aposentar e viver sossegado”.

Ao finalizar a entrevista a autora percebeu que para P11 a vida na rua é tranquila. Não sofre dificuldades nela por ter vivido a maior parte de sua vida fora de casa, pois foi jogador de futebol e viajou muito. Não gosta de se sentir preso à responsabilidade de um lar.

12) P12/F41

F12 é uma mulher de 41 anos que vive na rua há 01 mês. Foi entrevistada na Urca em frente à UNIRIO. A partir do seu interesse pela pesquisa foi convidada a participar, mas resistiu no início. Ficou envergonhada e desconfiada.

O motivo que a levou à rua foi o uso do álcool. Se diz dependente química.

Sua vida na rua é de discriminação pelas pessoas: ficam lhe olhando da cabeça aos pés. Cata latinha, pede dinheiro na rua. Mas se sente bem, pois não está roubando.

P12 aponta que o caminho para a saída da rua é estudar. “Apesar de que não é fácil”. “Eu creio, claro, que sozinho ninguém consegue. *Né?* Eu pedindo um apoio, alguém que me ajuda... que confia em mim. Eu creio”. É ter um trabalho, assinar uma carteira e ter um quartinho. “Ter um lugar pra ir e vir”. Ter dignidade e “voltar para a sociedade”.

Ao finalizar a entrevista a autora percebeu que a atitude de desconfiança de P12 se deu porque estava há pouco tempo vivendo na rua. Anteriormente estava numa instituição de cuidados para dependentes químicos. Teve uma fala mais contida.

13) P13/M37

P13 é um homem de 37 anos que vive na rua há 01 ano. Foi entrevistado no saguão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O encontro da entrevista foi marcado por telefone. P13 fez parte do projeto da Bike da Prevenção e por isso um contato mais estreito com a entrevistadora. É uma pessoa que apresenta posicionamento crítico às questões sociais e políticas. Compartilhou sua fala e experiência na pesquisa com muito prazer. Momentos emocionantes e impactantes.

O motivo que o levou à rua foi que, após a morte do pai, entrou em depressão e como já era usuário de drogas desde os 12 anos, intensificou o uso e foi para as ruas para tentar o

suicídio. Tomou remédios e foi acolhido pelo CREAS que o encaminhou para o cuidado emergente em saúde e para um abrigo.

Viveu na rua e sofreu estigmas. Se sentia menosprezado, “o que foi suficiente pra mim, pra ser alvo de violência abusiva por autoridade policial, de violência física por pessoas que moram nos prédios onde a gente fica nas marquises. É... outros tipos de violência, que não físicas, que a gente faz sofrer no cotidiano porque a gente tá na rua. É... da diminuição do sujeito, do desrespeito ao sujeito”. P13 vive num abrigo em Antares. Diz que não há cuidados na vida nos abrigos. Colocam as pessoas que estão na rua nesses espaços de acolhimento distantes do Centro da cidade com o objetivo de escondê-las. É viver no coletivo todo o tempo. “As refeições são no coletivo, os quartos são no coletivo, os banheiros são no coletivo. Não existe o indivíduo e parece que a lógica é essa”. Não admite ser tratado como uma segunda categoria de ser humano. “Até porque eu já aprendi o endereço da defensoria pública... é... eu consigo me posicionar, enfim”. Faz tratamento de saúde mental no CAPS. Só tem sido cuidado porque se posicionou diferente, “em relação à instituição, quanto em relação a mim mesmo, quanto em relação à minha situação de rua com o resto das pessoas que estão na rua ou que não estão na rua”. Luta pela valorização e direitos das pessoas que estão em situação de rua. Trabalha num CREAS como educador social.

P13 aponta que o caminho para a saída da rua é investir em políticas públicas que realmente ajudem as pessoas a saírem das ruas. Não é o que ele vê nas ruas. O trabalho dignifica e enobrece o homem. Percebe que sempre é oferecido trabalho de subemprego para o morador de rua. “A pessoa não pode sonhar, a pessoa não pode ter ideais. ‘Ah, eu gostaria de ser cientista. Eu gostaria de ser... sociólogo. Eu gostaria de fazer um exame, um teste vocacional pra saber o que que eu poderia ser’” Para sair da rua é importante oferecer uma qualificação profissional. “Acho que é uma oferta de qualificação permanente, de acompanhamento”. Para sair da rua precisa de apoio, precisa de um tratamento. “Quem tá na rua precisa de alguém que dê a mão, porque é muito difícil. E sair da rua é muito difícil também”.

Ao finalizar a entrevista a autora percebeu que P13 apresenta um saber articulado sobre a vida das pessoas que estão em situação de rua, num olhar crítico e real das implicações pessoais, sociais e políticas na vida delas. Valoriza o conhecimento científico, respaldado na proximidade da experiência com o objeto de estudo, como abertura para construções de políticas públicas. Ele é um diferencial como uma pessoa em situação de rua.

APÊNDICE B - TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisa: “O impacto da vulnerabilidade na subjetividade dos trabalhadores em situação de rua e suas consequências”.

Pesquisador: Jane da Rocha Cruz – Tel: (21) 99948-8730 – Email: cruzjanerocha@gmail.com

Orientador: Stella R. Taquette - Te:l: 2868-8349 – Email: taquette@uerj.br

Instituição responsável pela pesquisa: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/IMS/PPGBIOS. Rua São Francisco Xavier, 524, bloco E, 7º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20550-013.

O/A senhor/a está sendo convidado a participar de uma entrevista que tem por objetivo conhecer o que os moradores de rua pensam sobre sua própria condição de vida na rua e que necessidades têm. Pretende-se com estas informações oferecer sugestões ao poder público para que faça políticas de melhoria da qualidade de vida da população de rua.

Antes de dar seu consentimento leia atentamente as informações descritas a seguir:

- 1) As informações que os próprios moradores de rua têm sobre sua condição de vida são essenciais para o atendimento de suas reais necessidades
- 2) A participação neste estudo é voluntária e o/a senhor/senhora pode interrompê-la a qualquer momento sem nenhum prejuízo.
- 3) Caso o/a sr/sra participe do nosso estudo, não haverá nenhum problema institucional legal, uma vez que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ e da SMS/RJ e os riscos que podem acontecer diz respeito a um pequeno constrangimento devido às perguntas se referirem a sua vida pessoal e a vergonha pela condição de vida que vive.
- 4) Não será oferecido nenhum tipo de pagamento pela participação neste estudo e nem haverá gastos para o senhor/a e qualquer despesa será custeada pela pesquisa.
- 5) Sua participação nesta pesquisa será feita através de uma entrevista, utilizando um gravador de áudio. Este material ficará sob a guarda da pesquisadora, sendo ela a única a ter acesso a ele e após 05 anos este será incinerado (queimado).
- 6) O/A senhor/a pode e deve fazer todas as perguntas que julgar necessárias antes de consentir

em participar da entrevista, assim como a qualquer momento durante a mesma.

7) A sua identificação será mantida como informação confidencial. Os resultados do estudo serão publicados, sem que seja revelada a sua identidade ou a de qualquer outro participante.

8) Este documento possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável.

Eu, _____, abaixo assinado/a concordo voluntariamente participar desta pesquisa. Declaro que li e entendi todas as informações referentes a este estudo.

Rio de Janeiro, ___/___/___

Responsável: _____

Pesquisador: _____

“Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato ao Comitê de Ética em Pesquisa da SMS/RJ: Rua: Evaristo da Veiga, 16 – 4º andar – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20031-040, email: cepsms@rio.rj.gov.br - Telefone: 2215-1485”.

APÊNDICE C - Roteiro de coleta de dados/Entrevista

Roteiro da Entrevista com a População em Situação de Rua para o Projeto de Pesquisa “O impacto da vulnerabilidade na subjetividade dos trabalhadores em situação de rua e suas consequências”.

- 1) Dados pessoais: fale-me um pouco de você
- 2) Dados familiares: fale-me um pouco sobre sua família
- 3) Histórico de vida até a chegada à rua
- 4) Como é viver na rua: coisas boas e ruins; dificuldades e facilidades
- 5) Fale-me dos seus desejos
- 6) Fale-me de como você se cuida
- 7) Fale-me do que você sabe fazer
- 8) Fale-me um pouco sobre as ajudas que recebe do poder público e das pessoas
- 9) Fale-me se tem conhecimento sobre o acolhimento do poder público
- 10) Fale-me um pouco do seu futuro

ANEXO - Parecer do comitê de ética em pesquisa

Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

Parecer: Aprovado

Número do Parecer: 2.100.260

Data: 05 de junho de 2017

CAAE: 68828617.1.0000.5279